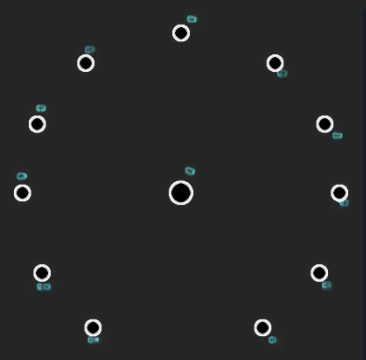
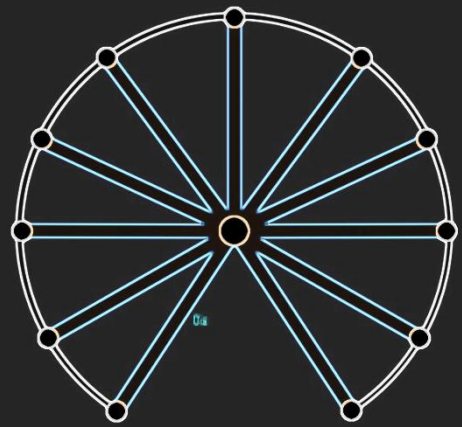




REVISTA
GeoSertões



Cajazeiras – PB
Vol. 2, Nº 4 – jul./dez. 2017
ISSN 2525-5703



A **GeoSertões** é uma revista acadêmica com publicação semestral em meio eletrônico da Unidade Acadêmica de Geografia do Centro de Formação de Professores, campus Cajazeiras, da Universidade Federal de Campina Grande. Seu objetivo principal é oportunizar a divulgação de múltiplos conhecimentos da Ciência Geográfica e áreas afins.

EXPEDIENTE

EDITOR-GERENTE E EDITOR

Dr. Santiago Andrade Vasconcelos, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

EDITORES DE SEÇÕES

Dr. Santiago Andrade Vasconcelos, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias, Universidade Federal de Campina Grande (UAEd-CH-UFCG), Brasil.

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Aloysio Rodrigues de Sousa, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

Dr. Marcelo Brandão, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

Dra. Jacqueline Pires Gonçalves Lustosa, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

Dr. Santiago Andrade Vasconcelos, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

CONSELHO CIENTÍFICO

Dr. Caio Augusto Amorim Maciel, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil

Dr. Ivan Silva Queiroz, Universidade Regional do Cariri – (URCA), Brasil

Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias, Universidade Federal de Campina Grande – (UAEd-CH-UFCG), Brasil

Dr. Gleydson Pinheiro Albano, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Dra. Firmiana Fonseca Siebra, Universidade Regional do Cariri – (URCA, Dep.de Geociências), Brasil

Dra. Emilia de Rodat Fernandes Moreira, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Dr. Marco Antonio Mitidiero Jr., Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Dr. Wagner Costa Ribeiro, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

Antônio Lourenço Filho



FICHA CATALOGRÁFICA

Revista GeoSertões – Unidade Acadêmica de Geografia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande. – v. 2, n. 4 (2017).
Cajazeiras: Universidade Federal de Campina Grande, 2016 -
Semestral: 2016 –

ISSN: 2525-5703

I Ensino superior – Periódicos. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Título

Revista GeoSertões

Unidade Acadêmica de Geografia (Unageo)

Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG)

Rua Sérgio Moreira de Figueiredo s/n - Casas Populares - CEP 58900-000 - Cajazeiras - PB

Tel.: (83) 3532-2000 (ramal 2101)



Revista GeoSertões (Unageo/CFP-UFCG). Vol. 2, n. 4, jul./dez. 2017

<http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/index>

geosertoes@gmail.com





SUMÁRIO

Editorial/Apresentação [05-06]

ARTIGOS

AS RUGOSIDADES DO COMÉRCIO ALGODOEIRO NO ESPAÇO URBANO ATUAL DE CAMPINA GRANDE-PB [07-31]

Paulo Sérgio Cunha Farias e Antônio Albuquerque da Costa

EL EPA: UNA OPORTUNIDAD DE INCLUSIÓN SOCIAL EN LA EDUCACIÓN RURAL DE LA PROVINCIA DE FORMOSA-ARGENTINA [32-55]

Laura Viviana Maza

O ENSINO DE GEOGRAFIA NO ÂMBITO DA LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE [56-73]

Fabiano Custodio de Oliveira

PAISAGEM, TERRITORIALIDADE E PRÁTICAS CULTURAIS NO QUILOMBO GRILO – PB [74-100]

Guilherme Amisterdan Correia Lima e Sérgio Luiz Malta de Azevedo

ALDEIA KOIUPANKA - O “NOVO” E O “TRADICIONAL” COMO FORMA DE HABITAR [101-113]

Marcos Rodrigues Lins, Moabe Soares Lima, Tiago Vieira Lima, Mateus Lima Barros, Roni da Silva Araújo e Wellington Amâncio da Silva



APRESENTAÇÃO

A Revista GeoSertões oferece aos seus leitores um novo número. Nele vocês encontrarão a diversidade de temas que têm caracterizado esta que é uma construção coletiva, portanto múltipla.

O nosso país segue em crise, sofrendo golpes e mais golpes, o que tem afetado nossa educação e a produção de ciência e tecnologia, mas temos que seguir em frente e lutar. Assim, nossa Revista GeoSertões segue em meio as dificuldades resistindo e trazendo aos leitores um novo número.

No presente número contamos com cinco artigos que versam sobre variados assuntos, de diferentes lugares e com a contribuição de muitos autores, desde iniciantes até os mais experientes e gabaritados.

Abrindo este número temos a contribuição de Paulo Sérgio Cunha Farias e Antônio Albuquerque da Costa que tratam das rugosidades do comércio de algodão presentes no espaço urbano da cidade de Campina Grande, Paraíba.

Laura Viviana Maza nos proporciona conhecer uma experiência de educação rural realizada em Formosa, Argentina. Com o artigo “El EPA: una oportunidad de inclusión social en la educación rural de la provincia de Formosa-Argentina”, a autora faz um relato de sua experiência enquanto profissional que atua no *Programa de Acción Integral para el Pequeño Productor y su Familia*.

Na mesma linha do artigo anterior em proporcionar ao público leitor conhecer experiências empíricas, o professor Fabiano Custodio de Oliveira nos oferece o artigo “o ensino de geografia no âmbito da licenciatura interdisciplinar em educação do campo da Universidade Federal de Campina Grande”, onde pode-se conhecer como é a formação de professores para atuarem nas escolas do campo. No artigo é possível ficar sabendo como é uma formação diferenciada das outras licenciaturas, uma vez que relata como são formados os sujeitos para atuarem por área de conhecimento e não por disciplinas isoladas.

Seguindo a linha da GeoSertões de acolher o diverso, encontraremos no artigo de Guilherme Amisterdan Correia Lima e Sérgio Luiz Malta de Azevedo, um estudo da cultura na geografia, buscando entender como se estabelecem as relações entre os diferentes grupos e a vivência em comunidade. No caso específico do artigo, os autores falam sobre “Paisagem, territorialidade e práticas culturais no quilombo Grilo – PB”.

Por fim, temos um trabalho de vários autores: Marcos Rodrigues Lins, Moabe Soares Lima, Tiago Vieira Lima, Mateus Lima Barros, Roni da Silva Araújo e Wellington Amâncio da Silva. Nesse estudo eles nos oportunizam conhecer o “novo” e o “tradicional” como forma de habitar na Aldeia Koiupanka no estado de Alagoas, Brasil.

Com o presente número encerramos o ano de 2017, esperamos estarmos oportunizando a divulgação e o acesso aos mais diversos conhecimentos, como temos adotado como objetivo da Revista.

Boa leitura!

Boa leitura!

Revista GeoSertões (Unageo/CFP-UFCG). vol. 2, n. 4, jul./dez. 2017

<http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/index>

ISSN: 2525-5703

**AS RUGOSIDADES DO COMÉRCIO ALGODOEIRO NO ESPAÇO
URBANO ATUAL DE CAMPINA GRANDE-PB**

***THE ROUGHNESS OF THE COTTON TRADE IN THE CURRENT URBAN SPACE OF
CAMPINA GRANDE CITY (PARAIBA STATE, BRAZIL)***

Paulo Sérgio Cunha Farias

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

*Professor adjunto IV da Unidade Acadêmica de Educação do Campus Ida Universidade Federal de
Campina Grande. E-mail: pscarias@bol.com.br*

Antônio Albuquerque da Costa

Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

*Professor titular do Departamento de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail:
albuqcosta@hotmail.com*

Resumo

Entre o último cartel do século XIX e a primeira metade do século XX, as funções de beneficiamento e distribuição do algodão, combinadas com a condição de ponta de trilho com localização geográfica privilegiada, fizeram de Campina Grande um dos principais empórios de comercialização do algodão do país e do mundo. Isso contribuiu, sobremaneira, para um conjunto de transformações espaciais pelas quais a cidade passou, vislumbradas pela imposição de novos objetos e novas ações ao seu arranjo geográfico. O objetivo desse artigo é o de analisar as rugosidades geográficas desse período que permanecem no espaço urbano campinense atual. Para isso, vale-se dos resultados de pesquisas realizadas, pelos autores, e que focalizaram parte da temática desse texto (FARIAS, 2014 e COSTA, 2003). Por fim, conclui-se que as marcas do fausto período algodoeiro ainda podem ser percebidas pelas rugosidades socioespaciais que pontuam a paisagem campinense, algumas “viúvas” (sem função atualmente) e outras preenchidas por novas funções sociais que caracterizam a dinâmica econômica da cidade no presente.

Palavras-chave: algodão; comercialização. paisagem urbana. rugosidades espaciais. Campina Grande-PB.

Abstract

Between the last cartel of the nineteenth century and the first half of the twentieth century, the cotton processing and distribution functions, combined with the privileged geographical position of the rail, made Campina Grande one of the main commercialization emporiums of country and the world. This contributed, in particular, to a set of spatial transformations through which the city passed, envisioned by the imposition of new objects and new actions on its geographical arrangement. The objective of this article is to analyze the geographic rugosities of this period that remain in the present urban space of Campina Grande. For this, it uses the results of research carried out by the authors, which focused on the theme of this text (FARIAS, 2014 and COSTA, 2003). Finally, it can be concluded that the marks of the Faust cotton period can still be perceived by the socio-spatial rugosities that dot the Campina Grande landscape, some "widows" (no function currently) and others filled by new social functions that characterize the city's economic dynamics nowadays.

Keywords: Cotton. Commercialization. Urban landscape. Spatial roughness. Campina Grande-PB.

1. Introdução

Pretendemos, nessa reflexão, fazer uma caminhada por Campina Grande, atentando-nos para o período do apogeu do comércio algodoeiro vivenciado por essa cidade entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. A razão da escolha dessa periodização é que, em algumas fases dela, o espaço campinense chegou a se constituir como a segunda maior praça mundial de comercialização da fibra dessa malvácea, perdendo só para Liverpool, na Inglaterra. O olhar que lançaremos nessa caminhada e que perpassará esse recorte temporal tem como objetivo principal desvendar os reflexos do exercício dessa função comercial sobre a seu espaço geográfico citadino, atentando para os resquícios desse evento passado nas paisagens presentes da cidade. Para tanto, seremos guiados pelas fontes que trataram desse momento de maneira geral e específica, bem como por nossas pesquisas já realizadas e que focalizaram, em parte, a temática desse texto (FARIAS, 2010; COSTA, 2003).

Para iniciarmos o nosso percurso, começaremos tratando da importância da cotonicultura para a economia paraibana, em geral, e para Campina Grande, em particular, destacando como o chamado “ouro branco” para a economia do nosso Estado, pintou as paisagens do Sertão e Agreste paraibanos com as cores brancas das suas fibras. Posteriormente, tentaremos enxergar a geografia histórica do período. Para isso, direcionamos o nosso olhar sobre os impactos dessa atividade nas transformações da morfologia espacial da cidade. Em seguida, buscaremos remontar como esse tempo se comprimiu nas formas geográficas ainda presentes no espaço citadino campinense do presente, focalizando os resquícios paisagísticos do período no seu contexto urbano atual. Por fim, nas considerações finais, teceremos nossas últimas impressões sobre o revelado por nossa caminhada por essa etapa da história do espaço da cidade, enfatizando a importância de se olhar com conhecimento, para se preservar essas marcas do tempo e, conseqüentemente, a memória desse período pelos campinenses.

2. O algodão dinamiza a economia e tinge de branco a paisagem do interior paraibano

O Nordeste brasileiro se inseriu como região produtora de algodão e participante dos circuitos internacionais do capitalismo industrial na segunda metade do século XVIII. Como espaço destinado a fornecer essa matéria-prima à indústria têxtil inglesa, nesse período, nele, o cultivo do algodão teve grande impulso inicial no Maranhão que, em poucos decênios, foi

transformado numa das mais ricas sub-regiões da então colônia portuguesa na América do Sul (GUIMARÃES NETO, 1989, p. 30).

Como desdobramento desse impulso inicial, outras frações do espaço nordestino foram selecionadas para exercer a produção da referida malvacea. Entre eles, assumiram um papel de destaque a Bahia (interior semiárido), o Ceará (Bacia do Jaguaribe) e a porção oriental do território regional, notadamente os Estados de Pernambuco, Paraíba e do Rio Grande do Norte. Nos Estados do Nordeste Oriental, incluindo o da Paraíba, o algodão chegou a disputar terras e braços com a cana-de-açúcar, na Zona da Mata, porém, difundiu-se, principalmente, na faixa intermediária do Agreste e no Sertão. Em um período da história territorial brasileira de rara aplicação de capitais à natureza, segundo Prado Júnior (1987), foram as forças naturais, especialmente as condições ecológicas propícias para o bom desempenho dos cultivos, notadamente para a preservação das qualidades das suas fibras, principalmente as climáticas (chuvas menos frequentes e mais regulares que no litoral), que contribuíram para que o Agreste e o Sertão se sobrepusessem sobre a Zona da Mata na seleção de regiões para exercer a função de produtoras de algodão. Ainda de acordo com o referido autor, os Estados do Nordeste Oriental, notadamente o de Pernambuco e o da Bahia, logo suplantaram o Maranhão, em razão da maior disponibilidade de força de trabalho e de capitais que possuíam.

Além da procura mais intensa do algodão como matéria-prima pela indústria têxtil inglesa, outros fatores externos que contribuíram para a seletividade dessas frações do território nordestino e, nele, das regiões Agreste e Sertão da Paraíba, para o uso pela cotonicultura comercial e, conseqüentemente, suas inserções na divisão internacional do trabalho, foram a Guerra da Independência dos EUA (1775-83), que prejudicou o pleno desenvolvimento da cotonicultura no sul desse país; as leis de embargo e proibições de intercâmbio de 1807-10, impostas pela Inglaterra à colônia estadunidense, durante essa guerra; as guerras de 1812-15, que privaram a indústria inglesa do algodão americano; e a Guerra da Secessão nos EUA (1861-64 (EISENBERG *apud* GUIMARÃES NETO, op. cit., nota 8, p. 45).

Todavia, para Andrade (2006, p. 159-160), o verdadeiro *rush* algodoeiro nordestino atingiu o seu *clímax* durante a Guerra da Secessão, quando o Sul dos Estados Unidos, sem o controle dos mares, viu-se de fora do mercado consumidor inglês. Foi nessa lacuna deixada pela ausência da produção estadunidense nos mercados internacionais que a produção algodoeira do Agreste e do Sertão da Paraíba se inseriu. Assim, essas regiões paraibanas tiveram suas paisagens cobertas pelo branco das fibras desse “ouro branco” para a sua economia. No caso da segunda região, foi a variedade arbórea e nativa (o algodão mocó) que, pelas longas e

resistentes fibras, tinha amplo mercado e, apesar da defasagem técnica em relação a outras regiões produtoras internas e externas ao país, garantiu a permanência desse espaço regional nos circuitos mercantis do algodão durante um longo período.

“As exportações de algodão [da região e do Estado (Agreste e o Sertão)] foram excepcionais nas décadas de 1860, 1870 e 1880 (principalmente na primeira, quando os preços do algodão se situaram ao dobro do nível médio do século)” (CANO, 1990, p. 94). Entretanto, para Guimarães Neto (op. cit., p. 31), “[terminada] a Guerra da Secessão Americana, reaparecendo no mercado internacional a produção do EUA, melhor equipada tecnologicamente, destacando-se cada vez mais o algodão egípcio e asiático, é deslocada a produção brasileira”, notadamente a nordestina e, nela, a paraibana (Agreste e Sertão). O retorno do algodão norte-americano aos mercados internacionais e a expansão mundial da produção de algodão são enfatizados por Cano (op. cit., p. 94) como os fatores que colocaram a produção brasileira, diga-se a nordestina e a paraibana (Agreste e Sertão), em posição marginal no mercado internacional.

A Primeira Guerra Mundial e a recuperação da economia capitalista após a crise de 1929 representaram os dois últimos eventos que contribuíram para a inserção da produção nordestina de algodão e, especialmente, do Agreste e do Sertão paraibanos no mercado mundial. No primeiro caso, tanto as demandas por tecidos quanto o uso do línter retirado do algodão para a produção de pólvora favoreceram essa inserção. No segundo, o aumento das demandas internas e externas, provocadas pela recuperação do crescimento das economias capitalistas avançadas e do próprio crescimento da indústria têxtil nacional, possibilitou essa inserção e o novo impulso à produção de algodão do Nordeste (CLEMENTINO, 1986, p. 93), e, nele, do Agreste e Sertão paraibanos.

Contudo, conforme assinala Cano (1990, p. 94), já no final do século XIX, a indústria têxtil brasileira já era a principal consumidora do algodão produzido no país. Para o referido autor, a expansão desse setor industrial no Brasil, entre 1900-1920, “faria com que o algodão nordestino passasse agora a ter no mercado interno a fonte para a sua expansão”. Assim, nesse período, a cotonicultura nordestina já ocupava uma posição marginal na divisão territorial internacional da produção de algodão e já havia se introvertido para o mercado interno nacional. A partir de então, a cotonicultura paraibana se volta para o mercado nacional e, nele, enfrentou a concorrência de outras regiões produtoras e mais produtivas (São Paulo e Paraná, por exemplo).

No entanto, conforme Farias (2014), na década de 1980, já completamente voltada para o mercado nacional, fato verificado a partir da década de 1940, a cultura algodoeira paraibana entra em decadência. Essa decadência teve como causa o atraso tecnológico da sua base produtiva e das relações sociais de produção engendradas, que inviabilizaram a sua competitividade com zonas produtoras mais modernas do Brasil e do mundo. Por outro lado, esse atraso tornou-a vulnerável aos efeitos da seca e da praga do bicudo. Além disso, o algodão arbóreo de fibra longo (algodão mocó), principal expoente a cotonicultura do Sertão paraibano, perdeu mercado para o algodão herbáceo de fibra média. Porém, durante esse período, o algodão se constituiu como um fator preponderante para a organização socioespacial dessas duas regiões da Paraíba.

No Agreste, o sistema de plantio do algodão ocorreu em associação com as culturas de subsistência e com a pecuária (atividade principal), sendo praticado em grandes propriedades, nas quais as relações sociais de produção eram constituídas por mão de obra escrava (antes da abolição da escravatura), em proporção menor que na Mata canavieira e no Sertão, e assalariada, e em pequenas propriedades, onde o mesmo sistema era composto por foreiros e moradores (ANDRADE, 2006, p. 158-9).

No Sertão, o algodão consolidou a conquista e a ocupação realizadas por pecuaristas nos séculos anteriores, além de ter se constituído como elemento importante na consolidação da organização do espaço dessa região. Nesse espaço, como no Agreste, a cultura algodoeira se desenvolveu em parceria com os cultivos de subsistência e com a pecuária, a quem servia os seus restos de alimentação na estação seca (ANDRADE, 1986). Nas grandes propriedades, apesar de se usar o trabalho escravo (antes da abolição da escravatura), este não foi tão presente como no espaço canavieiro da Zona da Mata, o que proporcionou o surgimento do trabalhador assalariado, além de relações sociais de produção pré-capitalistas representadas pela parceria e o foro.

Assim, o cultivo comercial do algodão consolidou a conquista e a ocupação do Sertão e do Agreste, realizadas por pecuaristas nos séculos anteriores, além de ter se constituído como elemento importante na consolidação econômica do espaço interiorano da Paraíba; abriu perspectivas e impulsos agrícolas para zonas que só tinham conhecido o pastoreio e sua atividade subsidiária de produção de alimentos e chegou a ser o principal produto de exportação da Paraíba (FARIAS, 2014).

Por outro lado, a cotonicultura contribuiu, sobremaneira, para o desenvolvimento da vida urbana no Agreste e no Sertão da Paraíba. Cidades como Campina Grande (Agreste),

Patos, Sousa e Cajazeiras (Sertão) presenciaram mudanças significativas em suas estruturais demográficas, econômicas, sociais, políticas e territoriais, influenciadas pelo exercício da função do beneficiamento e da comercialização, isto a partir do momento em que esta etapa, antes estabelecida nas fazendas produtoras, foi deslocada para as cidades, vilas e povoações das duas regiões, e da comercialização do algodão.

No caso específico de Campina Grande, localizada no Agreste, teve nas funções de captação, beneficiamento e distribuição do algodão para os mercados de consumo, combinadas com a qualidade de ponta de trilho com localização geográfica excepcional a partir de 1907, que lhe possibilitou exercer a função de grande praça comercial deste produto agrícola, as grandes impulsionadoras da diversificação e crescimento da sua economia, do crescimento e modernização do seu espaço citadino, do seu crescimento demográfico etc., notadamente durante as três primeiras décadas do século XX (ARANHA, 1991; COSTA, 2003).

Com a chegada da estrada de ferro em 1907, Campina Grande se transformou, como afirma o historiador Aranha (1991), em ponta de trilho com localização geográfica excepcional, o que reforçou o seu papel de centro de captação, beneficiamento e distribuição do algodão para os mercados de consumo. Assim, afigurou-se como a segunda praça de comercialização do algodão do mundo nas três primeiras décadas do século XX.

O apogeu da cultura algodoeira, pela riqueza que propiciou, fez a passagem de Campina Grande da condição de vila para cidade. Por outro lado, possibilitou a ascensão política das oligarquias enriquecidas com a sua produção e comercialização aos principais postos políticos do Estado, como assegura a historiadora Gurjão (1994).

Contudo, Campina Grande, ao concentrar e centralizar a captação, beneficiamento e comercialização do algodão, comandou uma cadeia de produção que forjou relações sociais de produção extremamente hierarquizadas e de exploração. Assim sendo, na base da riqueza patrocinada pelo “ouro branco” se reproduziam relações sociais de produção que expressavam uma cadeia de extração de mais-valia que envolvia os parceiros (meeiros e foreiros), aos grandes proprietários das terras, aos atravessadores, aos operários das indústrias de beneficiamento e, no ápice, os representantes do capital comercial e financeiro.

Todavia, o foco específico desse estudo é a modernização e transformações do seu espaço geográfico citadino, promovidas pelo exercício dessas funções atreladas à economia algodoeira, e os resquícios deixados por essa função como rugosidades espaciais no presente da cidade, para onde, a seguir, caminharemos e direcionaremos o nosso olhar.

3. O comércio do algodão, a estrada de ferro e a configuração urbana campinense

Campina Grande, por conta da sua localização geográfica, desde muito cedo se tornou proeminente como ponto fundamental nas encruzilhadas dos caminhos que ligavam as regiões geoeconômicas paraibanas. Essa condição se evidenciou e trouxe grandes transformações para o seu espaço urbano com o apogeu do algodão já nas três últimas décadas do século XIX. Entretanto, como bem destaca Aranha (1991), foi com a chegada dos caminhos de ferro e sua condição de ponta de trilho com localização geográfica excepcional, combinada com a comercialização dessa fibra vegetal, que impuseram grandes transformações à sua morfologia espacial.

Assim sendo, o ano de 1907 é um marco na história de Campina Grande, quando o primeiro trem da *Great Western of Brazil Railway* chegou à cidade e passou a formar com a produção algodoeira uma simbiose responsável por muitas das transformações no seu espaço.

Tendo o transporte ferroviário timidamente se iniciado no Brasil no ano de 1854, após 30 anos de sua invenção e utilização na Europa, em 1858 já fazia a ligação Recife/Cabo, prolongando-se até Palmares, em 1862. Como afirma Andrade (1986, p.146 - 148), a “febre” de ferrovias que se instalou no Brasil entre 1850 e 1930 atinge o atual Nordeste brasileiro a partir de Recife, na década de 1850, e de Salvador, nos anos de 1860. Na Paraíba, apenas em 1881 foi que o trem chegou a sua capital e, posteriormente, a Campina Grande.

A montagem desse sistema de transporte foi, no entanto, acompanhado de grande resistência pelo governo da província da Paraíba que, diante da grande aproximação comercial entre Campina Grande e Recife, via na expansão dos trilhos Itabaiana/Campina Grande uma sangria na tributação paraibana, cuja produção seria capturada pelo porto do Recife. No entanto, tal fato já ocorria na prática e apenas se consolidaria com a estrada de ferro. A ligação ferroviária entre Alagoa Grande (PB) e Timbaúba (PE), no ano de 1901, já havia proporcionado essas vantagens ao porto do Recife, que canalizara a produção paraibana. (CÂMARA, 1998, p. 80).

Enquanto a Paraíba se debatia com o dilema da “provincialização” de sua economia, tentando excluir o raio de influência do Recife no interior do Estado e, por conseguinte, criar dificuldades para Campina Grande, que intermediava tal captura da produção, já que não houve a expansão dos trilhos da *Conde d’Eu Railway Company* integrando o interior do Estado a sua

Capital, o Estado de Pernambuco, por sua vez, já integrava ampla área do seu território e consolidava seu raio de influência sobre os Estados vizinhos. Na tentativa de evitar a fluidez entre Campina Grande e Recife, a Capital paraibana, além de não conseguir capturar para si o fluxo de mercadorias proveniente do interior o Estado, também contribuiu para que a Paraíba permanecesse defasada em relação ao transporte ferroviário.

Foi, em parte, a importância política e econômica do Recife e os estreitos laços de relações e interesses de sua burguesia com a burguesia campinense que possibilitaram, embora com defasagem, a construção do ramal Itabaiana/Campina Grande, momento em que a Conde d'Eu já havia sido encampada pela *Great Western of Brazil Railway*, fato que também viabilizou a construção da ferrovia, pela pressão dessa empresa junto ao Governo Federal, que via em tal conexão a certeza de lucros.

A inauguração da ferrovia em 02 de outubro de 1907 foi um dos acontecimentos mais esperados e marcantes para Campina Grande, pois a transformou, segundo Mello (1995, p. 162), em cidade “pernambucaníssima”. Conforme podemos observar em Nascimento (1997, p. 34 – 47), foi através dessa íntima relação estabelecida com o Recife que os campinenses começaram a modificar seus hábitos, absorvendo as inovações, tanto tecnológicas quanto culturais, que tinham como porta de entrada a capital pernambucana.

Tornou-se, portanto, a “Estação Ferroviária um dos locais mais frequentados (sic!) pela população campinense” (NASCIMENTO, *op. cit.*, p. 35), que, através dela, recebiam as notícias e novidades do Recife em primeira-mão, antes de difundi-las pelas demais áreas do interior paraibano.

Configurando-se como cidade mais importante de ampla uma região, teve o Recife na cidade de Campina Grande o seu entreposto mais avançado na drenagem da produção do interior paraibano. Como “porta de entrada” para o Sertão e como “ponta de trilhos”, Campina Grande passou a representar um centro difusor do comércio e serviços recifenses, mas também foi definindo um amplo raio de influência para si.

Nota-se que neste momento começa e se configurar uma rede urbana, cuja cidade mais importante é o Recife, com seu principal porto de drenagem da produção regional, ao mesmo tempo em que interioriza valores modernos. A forte presença do Recife em Campina Grande não se faz só através do comércio e dos comerciantes, mas também dos serviços e entretenimentos, pois, como exemplifica Moraes, “a maioria das mulheres que frequentavam a Pensão Moderna vinham do Recife, e muitas retornavam após curta temporada”. (MORAES, 1985, p. 47).

Com a chegada do trem a Campina Grande, o movimento de tropeiros provenientes do Cariri e do Sertão para a cidade se intensificou. Traziam o algodão e retornavam para as suas regiões abastecidos de mercadorias. O ritmo desse movimento, que continuou acelerado até a década de 30 (séc. XX), só diminuiu após os anos de 1940, com a difusão do caminhão (ARANHA, 1993, p. 8). Tal fato se explica pela ausência da infraestrutura de transportes no território a partir de Campina Grande, pois a redução do fluxo de tropeiros coincide exatamente com a abertura das rodovias.

Como as modernizações não alcançam igualmente todos os espaços, observa-se a coexistência de fluxos rápidos que aceleravam as trocas entre Campina Grande/Recife/externo, através de um território equipado com sistema de transporte ferroviário moderno e propenso a racionalidade, com os fluxos lentos dos tropeiros e do gado que, partindo do interior, dirigiam-se para Campina Grande, mas que se complementavam através dos objetivos capitalistas. Neste momento, o espaço campinense se integra diretamente a uma economia capitalista internacionalizada, integração que foi viabilizada pelo moderno sistema de transporte ferroviário e a comercialização do algodão.

São atribuídas à ferrovia e à comercialização algodoeira as modernizações pelas quais Campina Grande passou nos anos seguintes a 1907: pensões e hotéis, cinemas, associações culturais, jornais e semanários, escolas, clubes dançantes e esportivos, telefones, armazéns para mercadorias em trânsito, fábricas, luz elétrica, transporte urbano, bancos etc. (CÂMARA, 1998). Os próprios automóveis que começaram a aparecer na cidade chegavam transportados pelo trem, pois só em 1915 foi que Campina Grande se ligou a Soledade através de uma estrada de rodagem, até então o que existia eram os caminhos do gado e as estradas carroçáveis. (ARANHA, 1993, p. 253 – 256).

A produção algodoeira que se direcionava para Campina Grande, contando com a presença dessa ponta de trilho, deu a cidade proeminência comercial que foi adquirida já no ano de 1917, momento em que o espaço brasileiro era formado por verdadeiros arquipélagos econômicos regionais. Campina Grande, na área de influência do Recife, foi se consolidando como importante capital regional, graças às modernizações dos transportes que possibilitaram a cidade se tornar um centro de drenagem da produção de ampla área interiorana, mas também um centro difusor de inovações a nível regional.

A importância que representou a ligação entre Campina Grande e Recife através da ferrovia se reflete também no seu contingente populacional, pois em nenhum outro momento a cidade teve tamanho crescimento populacional relativo, visto que o número de seus habitantes

quase que quadruplicou em apenas treze anos da chegada do trem, passando de 17.806 habitantes, em 1907, para 70.806 habitantes, em 1920 (CÂMARA, 1998, p 24). Este crescimento, que continuou acelerado até os anos de 1960, foi acompanhado por um crescimento econômico que colocou a cidade em posição de destaque no Estado, visto que, em 1940, Campina Grande apresentou a maior arrecadação entre as cidades paraibanas, e nos anos de 1941 e 1942 sua arrecadação foi quase que o dobro da arrecadação apresentada pela capital do estado. (CÂMARA, 1998)

Conforme aponta Barros (1987, p. 74), o crescimento demográfico apresentado pelas maiores cidades paraibanas se deveu, em primeiro lugar, a emigração interna do próprio Estado e, em segundo lugar, a imigração dos estados limítrofes, como Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, fato que ocorreu também com “Campina Grande, cuja área de influência urbana transcende os limites estaduais”. (BARROS, *op. cit.*).

Em 1923 o transporte urbano de mercadorias, que era feito por carroças de bois, passou a ser feito por caminhões, através de determinação da municipalidade. A cidade passou a contar também com o transporte urbano de passageiros através de duas linhas bondes a gasolina. Fatos que marcam as modernizações do período.

Os anos 30 do século XX marcaram a consolidação do comércio campinense com o advento do automóvel. Os caminhões foram substituindo os tropeiros e já circulavam duas linhas de ônibus coletivo na cidade. Campina Grande continuava como ponta de trilho, porque a ferrovia só se expandiu até Soledade (PB) no ano de 1958. Porém, esta ampliação da ferrovia não teve o mesmo impacto para o fluxo de mercadorias e de pessoas que tivera a estrada de ferro no início do século XX, uma vez que já havia se iniciado a época das rodovias, fazendo-lhe concorrência.

No entanto, Campina Grande passou a se beneficiar da nova função de “nó rodoviário”, na sua consolidação como capital regional. Soma-se a esta nova vantagem, às condições pretéritas da cidade enquanto “boca do sertão” e “ponta de trilhos”, tendo permanecido nesta última condição ao longo de quatro décadas.

Desta forma, embora Campina Grande não tenha se beneficiado da herança colonial como sede do poder político-administrativo, condição apontada por Santos (1967, p. 81) como sendo a primeira mais importante para o sucesso das cidades brasileiras, apresentava outro fator significativo que, segundo este geógrafo, era a centralidade de agentes e atividades econômicas, já que “os maiores êxitos econômicos estavam relacionados com a demanda do exterior”. (SANTOS, 1967, p. 81).

O comércio da cidade, que sempre se direcionou para o oeste, acompanhando a fixação dos “forasteiros”, já se destacava na modalidade atacadista nos anos de 1930, localizando-se na Rua das Areias (atual Rua João Pessoa). Foi esta atividade comercial que passou a se distinguir como principal função de Campina Grande por mais de quarenta anos, ampliando o raio de influência da cidade e definindo sua regionalização.

Em 1936, Campina Grande destacava-se como a mais importante cidade do interior nordestino, com uma população aproximada de 100.000 habitantes e 6.121 imóveis na zona urbana, tinha quatro prensas hidráulicas, cinco estabelecimentos bancários, fábricas (três de tecido, três de sabão, duas de gelo, uma de cama e lavatório de ferro, uma de mosaicos etc.), um curtume, colégios, cinemas, sociedades recreativas e culturais. Foi o momento em que o prefeito Vergniaud Wanderley iniciou a primeira etapa da grande reforma arquitetônica da cidade. (CÂMARA, 1998, p. 124).

De acordo com Câmara (1998, p. 130), a irradiação comercial que a ferrovia proporcionou para Campina Grande dentro do Estado, foi dilatada para o Nordeste com a rodovia. Porém, a consolidação da cidade como polo de fixação populacional só ocorreria, de fato, com a implantação dos serviços de água e esgoto, em 1939. Tal afirmativa, no entanto, não condiz com os dados populacionais já citados, o que leva a crer que a ferrovia e o comércio do algodão foram, de fato, os elementos que proporcionaram a fixação demográfica em Campina Grande, bem como os vetores modernizantes que transformaram a sua paisagem urbana.

Quanto à água, apesar da escassez e dos problemas com a qualidade, a população pobre se abastecia nos barreiros, lagoas e cacimbas existentes em toda a periferia da cidade, situação que só começou a mudar com o abastecimento a partir do açude de Boqueirão, em 1958. O que não significou, num primeiro momento, benefício direto para a população pobre dos bairros, cujo acesso ao precioso líquido se fazia pela compra nos chafarizes ou nas poucas residências com condições de instalar tubulações hidráulicas.

O período compreendido entre 1940-60 foi marcado pelo surto de ‘progresso’ que consolida Campina Grande como polo regional, o que, na opinião de SÁ (1986, p. 191), deveu-se a vários fatores, entre os quais predominam um de ordem econômica (a produção e comercialização do algodão) e outro de ordem física (posição geográfica). Já outros autores enfatizam a importância da cidade ter permanecido como ponta de trilho, dentre os quais destacamos Josué de Castro, ao afirmar que:

No Nordeste do Brasil, a cidade de Campina Grande, situada na Serra da Borborema(sic!) constituiu-se em capital do algodão, enriquecendo com o comércio

deste produto, pelo simples motivo de nela terminar a estrada de ferro, vinda dos portos de Recife e Cabedelo. Campina Grande, prosperou tanto quanto a capital política do Estado da Paraíba, sendo a maior cidade do interior do Norte do País, quase nos limites do agreste com o sertão. (CASTRO, 1966, p. 120)

Câmara (1998, p. 140) entendia que o ‘progresso’ de Campina Grande teria sido ainda maior se, em vez de ter permanecido por mais de 40 anos como ponta de trilho, a ligação da cidade com outros lugares tivesse acontecido rapidamente. Defende este ponto de vista citando cidades que apresentavam grande prosperidade sem que, no entanto, fossem pontas de linhas, enquanto que outras que permaneciam como pontos terminais de caminhos de ferro, mantinham-se estagnadas.

Porém, Aranha (1991, p. 83) observa que a importância não estava apenas no “simples fato de ter se tornado ponta de trilho e sim às condições excepcionais dessa ponta de trilho”, geograficamente bem localizada no entroncamento das mais importantes estradas paraibanas, atendia a vasta hinterlândia com rarefação de vias de circulação, seu comércio algodoeiro já apresentava importância no início do século XIX, e já era a mais importante praça comercial entre o Litoral e o Sertão, o que representou para *Great Western of Brazil Railway* situação lucrativa sem a necessidade de investir na construção de ferrovias para o Sertão, cujas vantagens eram incertas.

O período compreendido entre 1940-60 foi marcado por transformações espaciais significativas para Campina Grande, que registrou grande índice de crescimento e viu a formação de duas zonas industriais nos eixos rodoviários que cortam a cidade – BR 230 e BR 104 (SÁ, 2000, p. 182). Eram indústrias relacionadas ao beneficiamento de matérias-primas regionais, tais como, têxteis, alimentícias e curtumes, que se localizaram nas proximidades do Açude Velho e do Açude de Bodocongó. Tal padrão de localização é definido por Corrêa (1995, p. 12-15) como sendo de indústrias periféricas, que mantinham proximidade das fontes de água - necessárias às operações fabris - mas não distantes do núcleo urbano.

Outra característica desse processo industrial estava na origem das empresas, pois como mostra Aranha (1993, p. 12-15), as firmas que se instalaram em Campina Grande em 1925 eram dedicadas à atividade algodoeira, em sua maioria de pequeno e médio porte. Este perfil industrial começou a mudar a partir de 1930, com a entrada de poderosas multinacionais do setor algodoeiro, tais como a SANBRA e a Anderson Clayton, que abalaram os pequenos empreendimentos algodoeiros locais.

Porém, se o comércio algodoeiro, embora hegemônico, não impediu e até possibilitou a ampliação do comércio varejista e atacadista em Campina Grande, fato semelhante ocorreu com

a indústria, que embora voltada ao beneficiamento e transformação do algodão, não impediu que outros tipos de indústrias, de portes diversos, pontilhassem o seu espaço urbano, fazendo-se presentes até pelo menos a década de 1960.

Como era de se esperar, foram as indústrias de maior porte e relacionadas à produção algodoeira que introduziram as inovações das vilas operárias no espaço campinense, tendência que já ocorria em outros lugares, como forma de manter, controlar e disciplinar a força de trabalho e mantê-la em ambiente higienizado. Em Campina Grande, essa tipologia espacial para classe operária se fez presente através da Indústria Têxtil, em Bodocongó, e da SAMBRA, no Bairro da Liberdade (Figuras 1 e 2).

Figura 1 - Vila Operária da Indústria Têxtil Bodocongó



Figura 2 Resquícios da vila operária da SAMBRA - Bairro Liberdade



Fonte: ALMEIDA (2015).

A ideia de progresso e as novas concepções urbanísticas da modernidade se fizeram presentes em Campina Grande nos anos de 1940, quando no início dessa década o Prefeito Vergniaud Wanderley iniciou a mais espetacular reforma urbanística que a cidade conheceu. Nessa reforma, não só abriu ruas e avenidas, mas também demoliu alguns quarteirões na área central reconstruindo-os em *art déco*, transformando a cidade a partir das ideias e da estética modernista. Tendo suas ações se voltado não apenas para os mocambos e prostíbulos, mas tendo diretamente atingida as oligarquias locais com as demolições, por isso, as atitudes do prefeito foram repudiadas por essa elite conservadora, que comandara a vida da cidade no período anterior e que via seu prestígio desaparecer junto com os seus casarões.

Imbuído da imagem da *destruição criativa* que impregnou o projeto modernista, Vergniaud viu a necessidade de eliminar a arquitetura antiga para dar lugar ao novo, compondo uma paisagem urbana na qual a uniformidade e as linhas retas se fizeram presentes. Ideia aplaudida por Rios (1964, p. 37) que, ao abordar a falta de planejamento em Campina Grande, considerou o prefeito como o único, na cidade, que teve visão administrativa. Mesmo assim, tece crítica ao código de obras da referida administração, que considerava uma cópia de projetos para outras cidades, “sem grandes preocupações de adaptação”. (RIOS, *op. cit.*)

Aplausos às ideias e ações modernistas do prefeito também são encontrados em Ferreira (1960, p. 234), ao observar que “Campina Grande tomou feição de ‘urbs’ moderna com a construção de numerosos edifícios públicos e particulares”, ao que, “muito se deve ao Prefeito Vergniaud Wanderley, precursor dessa revolução urbana”.

Ainda na década em tela, teve início a construção do aeroporto Presidente Vargas, no Bairro do Velame. Com isso, em 1947, a cidade passou a contar com voos de quatro empresas aéreas, além de contar com uma escola de formação de pilotos que funcionava no Aeroclube de Campina Grande.

No final da década de 1950, Campina Grande já possuía uma base industrial relativamente importante e dispunha de uma política municipal de incentivo à indústria, sendo a única cidade do interior brasileiro a deter a sede Federação das Indústrias. Foi o momento em que sediou o Encontro dos Bispos do Nordeste (CARVALHO, 1987, p.61), do qual resultou o GTDN. Foram tais vantagens presentes que levaram a crer que a cidade seria a grande beneficiada com o advento da SUDENE (LIMA, 1996, p. 6).

Na verdade, com a criação da SUDENE, Campina Grande passou a frente da maioria das cidades nordestinas. Pois, como mostra Lima (op. cit.), além dos incentivos fiscais em nível municipal e estadual que já eram praticados, com o advento desse órgão de planejamento estatal do desenvolvimento regional nordestino, a cidade se beneficiou dos incentivos federais, ficando entre as quatro cidades com maior número de projetos de implantação e ampliação industrial, logo após Recife, Salvador e Fortaleza. (LIMA, op. cit.).

A cidade passou a montar a infraestrutura para receber as indústrias. Este atrativo, juntamente com a oferta de mão-de-obra barata e abundante, seriam fundamentais para a consolidação da pretensa função industrial que Campina Grande passava a incorporar. Esta infraestrutura iniciada pelo prefeito Newton Vieira Rique teve continuidade na administração de Willian de Souza Arruda (1964/69), que tornou a cidade pioneira sobre vários aspectos.

Entre os anos de 1960 e 1962 o poder público municipal voltou-se mais uma vez para a reorganização do espaço urbano, elaborando o plano Diretor Físico da Cidade, projeto de urbanização do Açude Velho, do Açude Novo e construção do Teatro Municipal.

O golpe de estado que instaurou a ditadura militar passou a implementar uma política centralizadora que beneficiou a capital do Estado em detrimento de Campina Grande. Somando-se a política do governo, o modelo de industrialização implantado pela SUDENE, também entrou em crise.

Lima (1996, p. 7) aponta o fechamento das fábricas e o conseqüente desemprego como responsáveis pelos males que passaram a afligir a cidade, tais como: saúde, educação, moradia, marginalidade. Ressalta, no entanto, o crescimento das atividades “informais” como alternativa de sobrevivência para a população ativa sem oportunidade de se inserir no mercado formal.

Ramalho (1998?) também observa que essa crise que passou a assolar Campina Grande se refletiu na questão da moradia, pois, como mostra, a cidade tinha, em 1979, três favelas que, em nove anos, multiplicaram-se para 17, com uma população aproximada de 60 mil habitantes. Embora esse aspecto social da urbanização campinense já fosse advertido por Rios (1963, p. 37) em 1963, ao dizer que a “capital econômica do Estado” às vésperas da comemoração do seu centenário tinha problemas sociais sérios, tais como a presença de favelas e grande número de desempregados e de mendigos.

Os anos de 1960 encerram a fase áurea de Campina Grande, porém, como é possível perceber, esse espaço, reflexo de uma sociedade capitalista, não se desenvolveu sem desigualdades, uma vez que, ao lado de uma classe social esnobe e esbanjadora, cresceu uma população proletária que serviu como mão de obra desqualificada e barata.

Nos anos setenta (séc. XX) as cidades médias passaram a ser consideradas aquelas que tinham população superior a 100.000 habitantes, cifra que Campina Grande já ultrapassara em 1940 (127.000), portanto, era uma cidade populacionalmente atrativa, no momento de intenso processo de urbanização pelo qual passava o país.

Tem sido comum caracterizar determinadas etapas da vida econômica e social de Campina Grande a partir de um tipo de atividade econômica desenvolvida, como se a cidade tivesse se constituindo em verdadeiros “ciclos econômicos”. Assim, no início de sua história são suas feiras de cereais e de gado que dão vida a essa localidade. Posteriormente, a cidade passou a ser conhecida como praça algodoeira. Depois, foi o comércio atacadista que contribuiu para o distintivo de Campina Grande como “empório comercial”. Por fim, a industrialização esboça-se como uma atividade com probabilidade de definir uma nova função para Campina Grande.

Não se pode, no entanto, definir Campina Grande como uma cidade monofuncional em qualquer que seja sua etapa de formação econômica. Trata-se, portanto, de um espaço cuja complexidade e multifuncionalidade se fazem presentes desde muito cedo, embora, em alguns períodos, tenha-se sobressaído determinada função como a mais importante. Desta forma, as feiras de gado e cereais, que estavam presentes no começo da formação de Campina Grande, passaram a ser contemporâneas da fase algodoeira e até se fortaleceram com esta atividade que,

por sua vez, estimularam o surgimento de uma base industrial e intensificaram o comércio atacadista e varejista. Esses “ciclos econômicos” não foram excludentes nem rivalizaram entre si, pelo contrário, até se beneficiaram da centralidade proporcionada pelas feiras, pelo comércio do algodão e pelo comércio atacadista, dando a cidade uma feição bem mais complexa que a monofuncionalidade que, às vezes, é atribuída a ela.

Porém, nenhuma atividade econômica marcou tanto as paisagens campinenses como a comercialização e beneficiamento do algodão. Essas deixaram artefatos arquitetônicos que persistem no presente como rugosidades no seu espaço urbano. Esses artefatos se constituem como verdadeiros símbolos de uma época de prosperidade, alimentam o imaginário e forjam a identidade positiva que a população de Campina Grande nutre pela cidade.

4. As rugosidades do tempo do algodão na paisagem campinense atual

As paisagens exibem formas do tempo presente, mas também trazem em si formas herdadas de tempos passados. Sendo assim, é através da paisagem que o tempo ganha forma e chega até a nós, revelando-nos fatos de nossa história. Em Campina Grande, as paisagens contemporâneas ainda guardam muitos resquícios do período áureo da economia algodoeira, seja através das construções feitas exclusivamente para abrigar tais atividades ligadas à comercialização/beneficiamento do algodão, seja através de formas arquitetônicas que não foram projetadas especificamente para tal essas funções produtivas, mas que tiveram a sua origem na riqueza produzida pelo algodão.

Tais formas arquitetônicas herdadas do passado serão denominadas neste artigo de “rugosidades espaciais” (SANTOS, 1997), ou seja, são formas produzidas no passado para abrigar outras funções (no caso específico de Campina Grande, a produção algodoeira ou de atividades que se dinamizaram em função dela), mas que se mantêm no espaço/tempo presente, abrigando outras funções, não aquelas para as quais foram criadas.

A Estação Velha e, mais especificamente, o seu entorno é uma das paisagens derivadas do auge algodoeiro que marcam profundamente o espaço campinense, demonstrando o quanto o trem, juntamente com a produção algodoeira, foram capazes de gerar riqueza e de atribuir forte dinamismo à cidade. O mais interessante neste processo é que, diferentemente de outras cidades, onde espaços criados para abrigar determinadas atividades se degradaram com o fim destas atividades, formando o que a literatura pertinente denomina de “*Brownfields*”, ou seja,

espaços abandonados, “mortos”, degradados e/ou sem utilização, em Campina Grande tal fenômeno não ocorreu e os antigos galpões, que eram utilizados para estocar a fibra do algodão ou para beneficiá-lo, passaram a abrigar outras funções e continuam a se mostrar dinâmicos no espaço/tempo do presente da cidade.

Esta permanência da forma com mudança da função pode ser percebida em vários pontos da cidade, sendo muito evidente na Rua Almeida Barreto (Figuras 3e 4), na Rua Prudente de Moraes (Figura 5) e trecho da Rua João Moura (Figura 6). Espaços nos quais os antigos depósitos de algodão abrigam comércio e serviços variados.

A grande quantidade de galpões na Rua Almeida Barreto (Figura 3) é um testemunho espacial dos impactos que a ferrovia e o algodão provocaram na cidade, foi nesta rua onde se instalaram os dois mais importantes trustes algodoeiros do auge cotonicultor de Campina Grande: SANBRA e a Anderson Clayton. As instalações da primeira fábrica da SANBRA foram demolidas e em seu lugar foi construído o supermercado Hiper Bompreço, fato muito comum nesta cidade, na qual a busca por modernizações tem sido muito mais importante que a preservação do seu patrimônio histórico.

Melhor destino que o prédio da antiga SANBRA teve a edificação da Anderson Clayton que ocupou as instalações da Companhia Parahybana de Beneficiamento e Prensagem de Algodão e que ainda se mantém na esquina da Rua Almeida Barreto, como vestígio da riqueza algodoeira na produção do espaço campinense (Figura 4).

Figura 3 - Rua Almeida Barreto



Fonte: Costa (2016)

Figura 4 - Rua Almeida Barreto



Fonte: Costa (2016)

Figura 5 - Rua Prudente de Moraes



Fonte: Costa (2015)

Figura 4 - Rua João Moura



Fonte: Costa (2016)

Vale salientar, no entanto, que não só a Estação Velha com seu entorno guardam estas marcas da comercialização/beneficiamento do algodão em Campina Grande, mas tais “rugosidades espaciais” se espalham por todo o tecido urbano que havia se expandido até meados do século XX, sem que muitas vezes nos apercebamos disso e sem a devida valorização histórica e cultural do que tais paisagens representam, a exemplo do coeso acervo arquitetônico presente no Bairro da Prata. Nesse espaço, já não refletindo a importância da ferrovia para o escoamento da produção algodoeira, mas da abertura da rodovia que passou a ligar Campina Grande ao Sertão paraibano e impulsionou o crescimento da cidade na direção oeste. (Figuras 5, 6, 7 e 8).

Figura 5 - Fachada preservada de Antiga Fábrica na esquina da Av. Getúlio Vargas com rua Duque de Caxias



Fonte: Costa (2014)

Figura 6 - Galpões na rua Duque de Caxias



Fonte: Costa (2014)

Figura 7 - Rua Sargento Hermes Ferreira Ramos



Fonte: Costa (2015)

Figura 8 - Rua Conde D'Eu

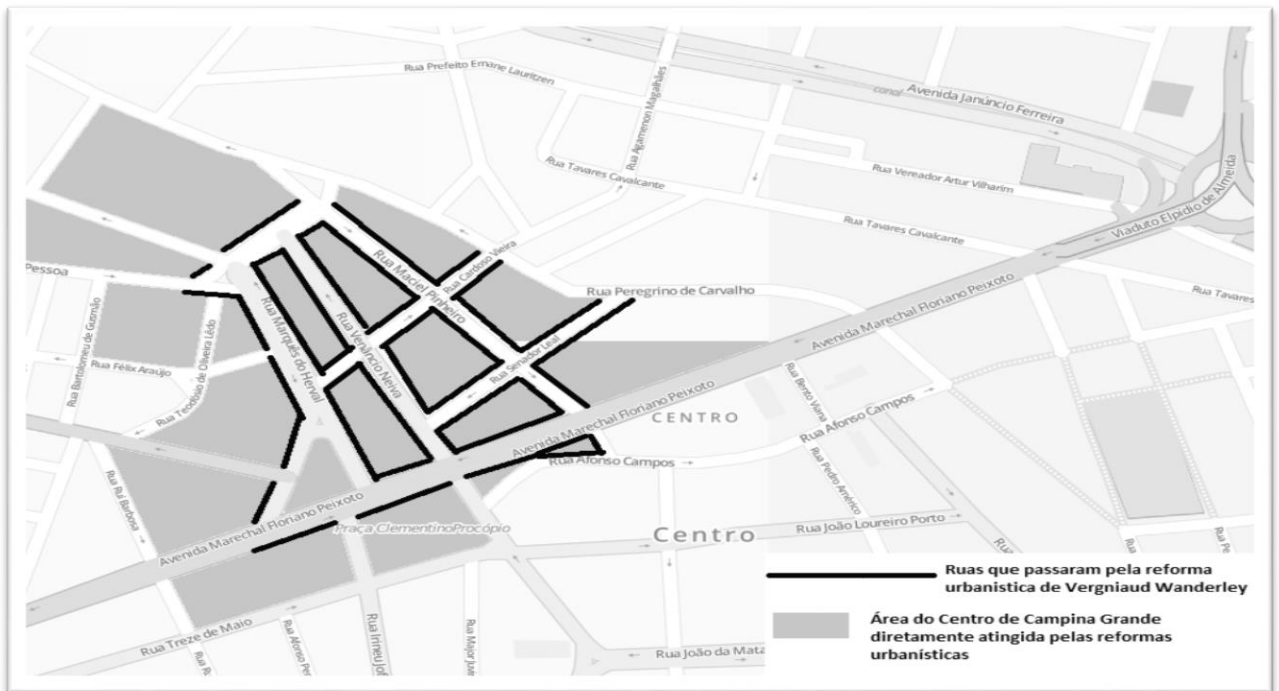


Fonte: Costa (2014)

As paisagens produzidas pela cotonicultura em Campina Grande têm como característica marcante as edificações em estilo *Déco*, arquitetura introduzida pelo prefeito Vergniaud Wanderley na reforma urbanística implantada na década de 1940, na qual todo o centro comercial foi demolido para abraçar tal estilo que passou a ser símbolo da modernidade campinense. Neste aspecto, convém ressaltar que as edificações das Ruas Maciel Pinheiro, Venâncio Neiva, Cardoso Vieira, Monsenhor Sales e Semeão Leão, que formam um importante conjunto arquitetônico em estilo *Déco*, foram construídas não diretamente para abrigar funções cotonicultoras, mas como resultado da riqueza produzida pelo algodão e com finalidade não apenas estéticas, mas também funcionais de fluidez, tais como o alinhamento e alargamento de ruas adequadas ao tráfego de veículos e de calçadas apropriadas para o passeio público.

Porém, o espaço urbano de Campina Grande conseguiu preservar algumas construções que nos remete a riqueza produzida pela cotonicultura anterior à reforma urbanística e a adesão ao *Déco* enquanto estilo próprio deste apogeu. Neste caso, o exemplo que nos salta os olhos é a sólida construção que abrigou a indústria têxtil Marques de Almeida, na Avenida Getúlio Vargas e Boninas. (Figuras 11 e 12).

Figura 9 - Representação cartográfica da área do centro de Campina Grande modificada pelo projeto urbanístico de Vergniaud Wanderley.



Fonte: <http://www.gosur.com/map> - Adaptado por Costa (2016).

Figura 10 - Rua Monsenhor Sales - Trecho homogêneo no estilo Déco



Fonte: Costa, 2016.

Figura 11- Antiga Indústria têxtil Marques Almeida - Av. Getúlio Vargas



Fonte: Costa, 2010.

Figura 12 - Fachada posterior da Indústria Marques de Almeida (Boninas)



Neste acervo histórico que Campina Grande ainda exhibe em suas paisagens provavelmente uma das heranças mais importantes deste apogeu econômico seja a presença do Centro Nacional de Pesquisa de Algodão da EMBRAPA. Embora esse centro tenha sido instalado nas antigas instalações do Departamento de Produção Mineral, outro produto importante da economia campinense que também deixou marcas na sua paisagem, e em 1975 (EMBRAPA, s.d.), momento em que a produção algodoeira nordestina, com exceção da Bahia, já ocupava a posição secundária em relação ao restante do país. (FARIAS, 2010)

Figura 13 - Edificações da EMBRAPA



Fonte: <https://www.google.com.br/maps> . Imagem capturada em 15 de agosto de 2016

Como é possível constatar nas figuras que ilustram este texto, os galpões que se espalharam pela cidade de Campina Grande com a função de armazenar algodão, embora em sua maioria em *arte Déco*, não ostentam a mesma magnitude dos prédios construídos no centro da cidade para abrigar o comércio varejista, bancos, órgãos públicos etc. Entretanto, isto não é o fato mais importante, o que se pretendeu mostrar aqui foi como a história de Campina Grande

está presente nas suas formas geográficas e o quanto a riqueza produzida pela cotonicultura contribuiu para produção do seu espaço, deixando fortes marcas nas suas paisagens atuais.

5. Considerações finais

Considerando que o espaço é fator social e instância que contém e está contido nas outras instâncias sociais (históricas, culturais, econômicas, políticas etc.), o término da caminhada pelo período do apogeu da comercialização do algodão em Campina Grande nos proporcionou perceber o quanto essa função econômica, combinada com a sua condição de ponta de trilho ferroviário com localização geográfica privilegiada, contribuíram para um conjunto de transformações pelas quais a cidade passou no último cartel do século XIX e na primeira metade do século XX, notadamente as espaciais, vislumbradas pela imposição de novos objetos e ações ao seu arranjo geográfico. Por outro lado, se os eventos passam o quanto tempo, às vezes, permanecem como espaço, podendo ser captados através da sua materialidade na paisagem. Assim, o tempo se comprime nas formas geográficas que acabam revelando o passado no presente e alimentam a memória das pessoas. Nesse caso, as marcas do fausto período do comércio algodoeiro ainda podem ser percebidas pelas rugosidades socioespaciais que pontuam a paisagem campinense, algumas viúvas (sem função atualmente) e outras preenchidas por novas funções sociais da dinâmica econômica do presente da cidade. Remontar esse passado através das suas marcas espaciais deixadas na paisagem é condição, também, para que elas possam ser preservadas, contribuindo, assim, para que a memória do período não desapareça para as gerações do presente e do futuro. Assim, procurou-se esclarecer o quanto esse período foi marcante para a história do espaço da cidade, clamando para que as escolas trabalhem com os seus alunos a importância desse período para a compreensão da cidade atual.

6. Referências

ALMEIDA, Wellington Vinício de. **Dinâmica Socioespacial da Feira Livre do conjunto Severino Cabral no bairro de Bodocongó** - Campina Grande – PB Monografia (Graduação). Universidade Estadual da Paraíba. Centro de Educação. Departamento de Geografia. Curso de Licenciatura Plena em Geografia. Campina Grande, 2016.

ANDRADE, Manuel Correia de **A terra e homem no Nordeste**: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

ARANHA, Gervácio Batista. **Campina Grande no Espaço Econômico Regional**: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907 – 1957). 1991. 296 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande.

_____. Trem e Empório do Algodão em Campina Grande: notas sobre a história de uma cidade (regionalmente) cosmopolita. **Cadernos Nordeste em Debate** Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, ano 1, n. 1, p. 7-23, 1993.

BARROS, Nilson Crócia Cortez de. **O pequeno comércio no interior do Nordeste do Brasil**: estudo sobre o comércio ambulante na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba. 1987. 364f. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses**. Campina Grande: Editora Caravela, 1988.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

CLEMENTINO, M. do L. **O maquinista de algodão e o capital comercial**. Natal: Editora da UFRN, 1986.

CARVALHO, Ioná Maria de. **O Nordeste e o Regime Autoritário**. São Paulo: Hucitec, SUDENE, 1987.

CASTRO, Josué de. **Ensaio de Geografia Humana**. 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1966.

CORREIA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995. (Série princípios)

COSTA, Antônio Albuquerque da. **Sucessões e coexistências do espaço campinense na sua inserção ao meio técnico-científico-informacional**: a feira de campina Grande na interface desse processo, 2003. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Geografia CFCH/DCG/UFPE, Recife, 2003.

EMBRAPA. <https://www.embrapa.br/algodao/historia>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

FARIAS, Paulo Sérgio Cunha. **Os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação do algodão colorido e derivados da Paraíba (2000 - 2008)**: uma dimensão geográfica da flexibilização do produto, da produção e do consumo de moda, fibras, têxteis e confecções. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia, 2010.- Recife: O Autor, 2010.

GURJÃO. Eliete de Q. **Morte e vida das oligarquias**. João Pessoa: Editora de UFPB, 1994.

GUIMARÃES NETO, L. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 1989.

LIMA, Damião. **O processo de industrialização via incentivos fiscais:** expansão e crise em Campina Grande. 1996. 120 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande.

MELLO, José Otávio de Arruda. Economia, algodão, ferrovias e urbanização. In: _____. **História da Paraíba:** lutas e resistência, 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1995.

MORAES, Antonio Pereira de. **Vi, ouvi e senti:** crônicas da vida campinenses - versinhos de ontem e de hoje. Campina Grande: EPIGRAF, 1985.

NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes. **Disciplina e Espaços:** construindo a modernidade em Campina Grande no início do século XX. 1997, 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** 35. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

RIOS, Arthur José (coordenador). **Campina Grande um Centro Comercial do Nordeste.** Rio de Janeiro: SESC/SEPLAN, 1963.

SÁ, Maria Braga de. **Algumas considerações sobre o papel de Campina Grande na rede urbana paraibana.** Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1986, p.187-199.

SANTOS, Milton. Crescimento Nacional e a rede urbana: o exemplo do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 4, ano 29, p.78 –92, 1967.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

Espaço de Diálogo e Ruptura na Universidade. João Pessoa: Editora UFPB, 2011.

**EL EPA: UNA OPORTUNIDAD DE INCLUSIÓN SOCIAL EN LA
EDUCACIÓN RURAL DE LA PROVINCIA DE FORMOSA-ARGENTINA**

***O EPA: UMA OPORTUNIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO RURAL DA
PROVÍNCIA DE FORMOSA-ARGENTINA***

Laura Viviana Maza

Programa de Acción Integral para el Pequeño Productor y su Familia

Lic. en Trabajo Social- UNSE (Universidad Nacional de Santiago del Estero) - Equipo profesional del Área Social del PAIPPA (Programa de Acción Integral para el Pequeño Productor y su familia) en articulación con la Modalidad Educación Rural- MCYE- Formosa-Argentina.

Resumen

Este artículo pretende poner de manifiesto el desarrollo de una tecnología social que implica la implementación de una metodología construida de manera intersectorial, interdisciplinaria y participativa que se desarrolla en el marco de la Modalidad Rural del Ministerio de Cultura y Educación de la provincia de Formosa-Argentina. Se desarrollan aspectos que van desde la metodología hasta las primeras conclusiones de la experiencia. Transita la delimitación, los paradigmas, los actores involucrados, el equipo de trabajo, el desarrollo de competencias y la participación de la comunidad.

Palabras claves: Tecnología para la inclusión Social. Comunidad. Desarrollo de la Comunidad. Praxis Social. Intersectorialidad. Interdisciplinario. Participación. construcción colectiva.

Resumo

Este artigo tem como objetivo destacar o desenvolvimento de uma tecnologia social que envolve a implementação de uma metodologia construída de forma intersectorial, interdisciplinar e participativa que se desenvolve no marco da Modalidade Rural do Ministério da Cultura e Educação da província de Formosa-Argentina. Desenvolvemos aspectos que vão desde a metodologia até as primeiras conclusões da experiência. Traça a delimitação, os paradigmas, os atores envolvidos, a equipe de trabalho, o desenvolvimento de competências e a participação da comunidade.

Palavras-Chave: Tecnologia para Inclusão Social; Comunidade; Desenvolvimento Comunitário; Práxis Social; Intersetorialidade; Interdisciplinar; Participação; Construção Coletiva

“Los habitantes rurales tienen el derecho irrenunciable de exigir una educación emancipadora y nuestro gobierno no quiere eximirse de esta responsabilidad” (Dr. Alberto Zorrilla-Ministro de Cultura y Educación)

1. Delimitación de la experiencia

El Equipo de Animación y Promoción (EPA), es una tecnología social¹ iniciada en el 2012, promovida por la Modalidad Rural del Ministerio de Cultura y Educación de la provincia de Formosa (Mapa 01), en el marco de en una serie de políticas públicas que apuntan al desarrollo rural inclusivo.

Mapa 01 – Ubicación de la Provincia de Formosa-Argentina



Fuente: https://en.wikipedia.org/wiki/Formosa_Province

¹ **Tecnologías para la inclusión social:** son productos, técnicas y/o metodologías replicables, desarrolladas en interacción con la comunidad y que representan efectivas soluciones de transformación social. (POSTELA, 2009) aplicado por Red Tecnología Social. Cuando nos referimos a re- aplicación de la tecnología, nos referimos a la adecuación y difusión no mecánica a diversos contextos locales.

La Escuela Formoseña requería poder pensarse a sí misma y reconocerse como parte de un contexto comunitario; advertir las necesidades de las comunidades; respetar la naturaleza única e irrepetible de la persona y alentar el desarrollo de capacidades y valores para actuar y producir en un mundo que exige sujetos competentes en contextos cambiantes.

Para ello, resultó necesario replantear la función social y pedagógica de la escuela rural, en el marco de los procesos de desarrollo y realizar cambios institucionales, pedagógicos y de vinculación comunitaria.

La Ley General de Educación Provincial N° 1613², en su Art. 44. Establece que; “La Educación Rural del Sistema Educativo Provincial asume los lineamientos políticos que sustentan al Instituto Provincial de Acción Integral para el Pequeño Productor Agropecuario (P.A.I.P.P.A.) comprometiendo todas sus acciones hacia un nuevo paradigma educativo.

En este sentido, la **Misión del Instituto PAIPPA** es: “Fortalecer y acompañar el desarrollo integral y sostenido del pequeño productor agropecuario y su familia para que alcance, desde su identidad cultural, el autosostenimiento, ocupe de manera eficaz su tierra con la fuerza transformadora de su trabajo y, asociado con otros vecinos, consolide, mediante la unidad, organización, solidaridad, capacitación y participación, el proceso social y productivo liberador, que nace del modelo formoseño”.³

El Instituto PAIPPA se propuso lograr el desarrollo humano equitativo y sustentable de aquellas familias de campesinos que:

- 1- Vivan en la chacra.
- 2- Con explotación primordialmente familiar.
- 3- Agricultores: de 1 -10 has. de producción.
- 4- Ganaderos: no más de 50 cabezas de ganado mayor (hembras), y/o no más de 200 cabezas de caprinos (hembras).
- 5- Que manifiesten su disposición a integrar grupos.
- 6- Que acepten producir también en forma comunitaria.

Esta decisión política se debió a que en la provincia de Formosa, se localizan alrededor de 10.000 familias de productores minifundistas, que históricamente, no han estado en condiciones de gozar de una vida digna, como resultado final de su trabajo en la tierra a la que están ligados por afectos, por herencia y por necesidad.

² Ley General de Educación de la Provincia de Formosa N° 1613

³ DECRETO N° 641.- del Gobernador de la provincia de Formosa “Creación del Instituto PAIPPA.

Hasta los comienzos de la década de los 90, la cultura productiva del sector antes mencionado, ha incluido al algodón de manera casi excluyente, constituyendo el 86,8% del total de productores, correspondiéndoles el 45% de las superficies cultivadas.

Con el correr del tiempo esta práctica del monocultivo y la política macroeconómica condujo a una paulatina y sostenida caída de los niveles de vida de los pequeños productores, llegando a la pauperización del sector, que trajo como consecuencia el abandono progresivo del campo y la concentración precaria de las familias más jóvenes, en las periferias de los centros urbanos más importantes de la provincia y el país, con el consiguiente deterioro de las condiciones de vida.

Ante esta realidad, el Gobierno de la Provincia de Formosa analizó la situación de las pequeñas explotaciones agropecuarias y detectó que los bajos rendimientos y la falta de rentabilidad tienen origen en varias causas, que no son sólo económicas ni exclusivamente productivas, sino que tienen un fuerte componente social, y definió que las respuestas destinadas a atender los problemas del sector, deben darse de manera Integral.

Por ello en el año 1996 creó el Programa de Asistencia Integral para Pequeños Productores Agropecuarios (PAIPPA), con miras a que los mismos logren alcanzar el autosostenimiento familiar, ocupen de manera eficaz su tierra, sus herramientas, la fuerza transformadora de su trabajo, y el tiempo que poseen, promoviendo que junto a sus familias y asociados con otros vecinos, puedan ellos mismos solucionar sus problemas, logrando el desarrollo sostenido.

A través del Programa el sector cobró visibilidad, registrándose 8500 familias que integran más de 300 colonias, cada una con su propia identidad y características relacionadas, generalmente, con su origen. Actualmente cuentan con servicios básicos de educación, salud, seguridad, caminos provinciales y vecinales, electrificación rural y otros servicios, según sea la densidad de la población. Varias colonias vecinas tienen como referencia una localidad cabecera, que, en el espacio geográfico aquí descrito, son más de 25 pueblos-ciudades, verdaderos centros urbanos que cuentan con múltiples servicios de mayor complejidad y gobierno municipal o comunal.

Simultáneamente, el Gobierno Provincial implementó políticas muy valoradas por los campesinos, tales como las mensuras, titularización y escritura de la tenencia de las tierras, que brindan seguridad jurídica sobre uno de los bienes más preciados por los mismos en cualquier lugar del mundo; otros ejemplos son el seguro de salud para cada integrante del hogar rural, la vivienda rural, la apertura de nuevos canales de comercialización, la permanente acción de

mantenimiento y cuidado de la red caminera, como así también la puesta en marcha de trabajos de enripiado y asfaltado de caminos que rodean a las áreas productivas, constituyendo anillos de una red caminera facilitadora de la dinámica que requiere el sector agrocomercial. A estos hechos se deben sumar canalizaciones y otras obras en ríos y riachos, para que efectivamente funcionen como reservorios de agua dulce para riego y otros fines.

Los ministerios del gobierno provincial afectaron recursos humanos y materiales e implementaron acciones específicas que actuaron como red de contención social, muy efectiva, en los peores momentos de los años de crisis vividos por la provincia y el país.

En el año 2004, en vista de los resultados obtenidos y la creciente complejidad del tema, **se crea el Instituto Provincial de Acción Integral para Pequeños Productores Agropecuarios**, con dependencia directa del Poder Ejecutivo, para coordinar el accionar de los ministerios involucrados, con miras a acentuar las acciones y ampliar las intervenciones, en forma integral, acorde con la especificidad que caracteriza a este grupo poblacional, que constituye un factor estratégico para el desarrollo de la provincia.

La política productiva apunto a la diversificación y la administración sustentable de los recursos, incorporando en su centro al productor y su familia. Esto no significa, excluir a grandes productores, ya que en nuestra provincia hay lugar para la coexistencia armoniosa y sinérgica de los distintos sistemas productivos.

Con la misma lógica, es definida a la Educación *“como el nuevo rostro de la justicia social”* frase que lleva implícita una decisión política trascendental y con el fin de fortalecer la Educación Rural, se aprueba la creación de la coordinación de la Modalidad Rural, (Resolución N° 2347/12 M.C. Y E), también se aprueba el Sistema de Articulación Institucional para la Unidades Educativas de los distintos Niveles que coexisten en un mismo paraje o colonia (Resolución N° 2366/12), dando lugar a la re funcionalización de los centros multiniveles y se implementa el eje de capacitación *“Educación Rural y Desarrollo Comunitario”*.

Así también, desde el 2012 estratégicamente se crea el Equipo de Animación y Promoción (EPA), en el marco de en una serie de acciones que apuntan al desarrollo de la escuelas rurales. Se trata de un abordaje intersectorial, interdisciplinario y participativo. Se busca la vinculación de la escuela con la comunidad y el consenso de todos los actores, para la construcción de una línea de capacitación de carácter integral y territorial.

El Equipo, está integrado por profesionales de la Educación, Licenciado en Trabajadores Sociales, Ingenieros Agrónomos, Médicos Veterinarios, Técnicos en Gestión Tecnológica,

Técnicos en Agro Negocios pertenecientes a los diferentes Ministerios del estado provincial y niveles educativos del Ministerio de Cultura y Educación.

2. Actores participantes

Las personas y grupos que están involucrados en esta experiencia, requieren un particular análisis a fin de brindar mayor claridad, en este caso se trata de los ministerios y otras instituciones de gobierno, las familias rurales, docentes y los alumnos, según sea posible mirar en la Cuadro 01.

Cuadro 01 - Actores participantes, misión y mandatos

Organización	Misión	Mandatos
Ministerio de Cultura y Educación.	El sistema educativo provincial tiene la responsabilidad de formar a las futuras generaciones como seres humanos libres, autónomos y creativos, y, a su vez, capacitarlos para su inserción en el mundo de la producción y el trabajo, la ciencia, la tecnología y el arte.	La concepción de la educación como una cuestión de Estado. La consideración de la educación como una herramienta de cambio para la dignificación del hombre y de la mujer, a través del desarrollo de los valores esenciales para la vida. El fundamento de la educación como formadora de un nuevo hombre capaz de desarrollarse integralmente en su propia tierra, afianzando la identidad del ser formoseño revalorizando su cultura.
Instituto Pedagógico Provincial	Las acciones del Instituto Pedagógico Provincial estarán orientadas al mejoramiento de la educación, en particular del Sistema Educativo Provincial y la formación de los docentes , desde una perspectiva de justicia social e inclusión con equidad.	Profundizar las acciones tendientes a lograr la mejor calidad educativa, para lo cual se plantea incorporar metodologías de enseñanza que den resultados concretos en el aprendizaje y el logro de objetivos y metas, en mejor aprovechamiento de los recursos asignados al sistema educativo en general, y a la formación

		docente en particular, y que los docentes profundicen su conocimiento sobre la realidad actual, la historia y geografía formoseñas.
Instituto PAIPPA	<p>El Instituto PAIPPA está dirigido al hombre de campo y su familia, pretende que el productor se apropie de los beneficios de su esfuerzo y pueda desarrollarse integralmente disfrutando de una vida digna en el lugar donde nació ó que eligió para vivir.</p> <p>Es integral, porque además de los problemas productivos, merecen atención los de salud, de educación y sociales, abarcando la problemática desde un enfoque holístico. Es integrada porque esa acción se hace en forma conjunta y no como programas distintos, separados ó desconectados. Es permanente, porque se ejecuta y se ejecutará durante todo el tiempo necesario para mejorar la situación del campesino</p>	<p>Lograr la emancipación del sector de pequeños productores a partir de la revalorización de los medios materiales y de la capacidad transformadora del trabajo con que cuenta el campesino y su familia, considerando al propio hombre como "centro y artífice de su propio destino".</p> <p>Favorecer el mayor protagonismo de la comunidad a través de su activa participación en las cuestiones de interés general.</p> <p>Revalorizar el rol de las asociaciones libres del pueblo.</p> <p>Promover, facilitar e incentivar el arraigo al terruño de su nacimiento ó de su elección para desarrollarse integralmente.</p>
Ministerio de la Producción y Ambiente	<p>Compete al Ministerio de la Producción y Ambiente, asistir al Gobierno en todo lo inherente a la agricultura, ganadería, recursos naturales renovables y ecología de la Provincia.</p>	<p>Desarrollar la política provincial agropecuaria y de recursos naturales.</p> <p>La fiscalización sanitaria de la producción agropecuaria, forestal, pesquera y de caza.</p> <p>La preservación y administración de los parques, reservas y monumentos naturales.</p> <p>La aplicación de las normas sobre contaminación ambiental.</p>

		<p>La realización de estudios de localización de centros de explotación.</p> <p>Intervenir en los sistemas de créditos rurales.</p> <p>Intervenir en la tipificación, certificación de calidad y normalización para la comercialización de los productos agropecuarios, forestales y de caza entre otros.</p>
Cedeva	<p>Es el Centro de Validación de Tecnologías Agropecuarias, es del tipo de centros donde se validan tecnologías aplicadas a la producción de cultivos bajo riego.</p>	<p>El mandato es generar información rápidamente para que esté disponible para los empresarios que vengan a invertir a la zona y a la vez generar todo un paquete de tecnología que se adapte para los productores de la zona.</p>
Docentes Capacitados	<p>Lograr un cambio cognitivo en el proceso de enseñanza.</p> <p>Docentes que guías a partir de un elemento movilizador, donde el alumno entra en una fase de investigación en el que se acerca a la información, la analiza y, a partir de ahí, culmina el proyecto con la construcción de un producto final.</p>	<p>Docentes que organizan la enseñanza con secuencias didácticas y proyectos basados en el conocimiento del entorno.</p>
Pobladores Rurales	<p>Son las familias que viven en el medio rural: son pequeños productores, peones de grandes explotaciones y personas que por razones laborales optaron por vivir en esas comunidades.</p>	<p>Comunidad que interactúa con la escuela, con formas de organización paipera – aborda los temas de interés comunitario, con participación real de las familias, con organización que aproveche bien el tiempo</p> <p>Desarrollar capacidad para motivar y entusiasmar a la comunidad rural para opinar y proponer ideas.</p> <p>Facilitar la comunicación comunitaria</p>

		Tomar decisiones y enfrentar adecuadamente los conflictos Contribuir a buscar caminos para solucionar problemas comunitarios
Alumnos	Sujetos activos capaces de interrogar el mundo en que vive, buscar la información que necesita. Se acaba la idea de la escuela donde hay un único saber, el conocimiento se construye a partir de las distintas miradas sobre una misma realidad.	Alumnos que leen, preguntan, toman nota, resuelven problemas, trabajan en grupos, expresan sus dudas, sentimientos y conocimientos

Fuente: organización de la autora

3. Paradigmas: marco teórico referencial

Al realizar una experiencia en cualquier ámbito, lo primero que debemos cuestionarnos es el método, la postura epistemológica y, especialmente, el paradigma en el que nos posicionamos en nuestra praxis social⁴. En este sentido entendemos que la acción educativa en el ámbito rural es una praxis social.

El Equipo de Promoción y Animación, como experiencia concreta, se fundamenta en una visión de la realidad desde la lógica del pensamiento complejo, al asumir una variedad de dimensiones que hacen a la vida de las familias rurales.

En este sentido, los integrantes del equipo EPA, deben superar los obstáculos epistemológicos de la formación científica de cada profesión. Si analizamos el proceso de formación de cada profesión, podemos observar la vigencia del positivismo en la construcción del conocimiento que a su vez sustenta las intervenciones en el campo de aplicación.

⁴ **Praxis social:** es una acción que incorpora significados de como el sujeto ve al mundo y en consecuencia realiza acciones para transformarlo. Esto no es más que el sentido político de la práctica profesional y humana, equivale la visión de la comunidad deseada. La praxis que es concebida y construida en un proceso colectivo, con la participación de todos. El proceso genera nuevos conocimientos y nuevas prácticas siempre orientadas al cambio social.

El punto de partida, es reconocer que hay problemáticas complejas o situaciones complejas, determinadas por la confluencia de múltiples factores que interactúan de tal manera que no son aislables y que no pueden ser explicados con los enfoques parciales de las distintas especialidades. La propia realidad es interdisciplinaria y requiere una praxis compartida, lo que lleva a la deconstrucción de marcos conceptuales previos para que emerja la posibilidad de lo nuevo.

La praxis del Equipo de Promoción y Animación no solo se limita al análisis y la acción interdisciplinaria. Se construye con la participación de los sujetos protagonistas de la realidad que entienden a sus propias prácticas sociales de manera integral, porque son parte de esa realidad compleja y realizan múltiples interacciones con los diferentes sectores, que hacen al todo de su comunidad⁵.

Entendemos a la comunidad como un sistema complejo, heterogéneo e interdependiente. Por lo tanto, cualquier praxis social, debería ser pensada como interdisciplinaria, participativa e intersectorial.

4. Práctica intersectorial

El equipo de promoción y animación es intersectorial, es decir, está integrado por los diferentes sectores que hacen a la ruralidad y es viable políticamente por el compromiso de los diferentes ministros, subsecretarios y directores de los organismos del Estado, que comprenden la complejidad de la realidad rural y que ejecutan políticas integrales en el territorio, como el Instituto PAIPPA (Programa de Acción Integral para el Pequeño Productor Agropecuario) y la CRO (Comunidad Rural Organizada Ministerio de la Producción y Ambiente), no obstante como toda praxis social intersectorial, también debe vencer los mismos obstáculos de la fragmentación propios de las disciplinas. No es tarea fácil, pensar y ejecutar una acción de esta naturaleza. Significa múltiples desafíos y variadas estrategias desde abajo hacia arriba (equipos operativo y tácticos) y de arriba hacia abajo (ministros y equipos tácticos y operativos).

⁵ **Comunidad**, como “un grupo de gente que comparte un lugar, experiencias o intereses comunes”. Utilizamos este término para la gente que vive en el mismo territorio (colonia, ciudad o pueblo).

En la comunidad conviven actores que provienen de distintos sectores, prestadores de servicios o ejecutores de políticas públicas. Sector Público – Sector Privado – Asociaciones sin fines de lucro, que se diferencian en función de áreas de abordaje como la salud, la educación, previsión social, vivienda, trabajo, etc. Es importante aclarar que hasta el momento, el EPA está integrado por organismos del estado, aunque no descarta incorporar otros actores en el proceso.

Es imposible desarrollar un curso de acción en el territorio que contemple la perspectiva integral de abordaje de los problemas de la comunidad sin articular, sin coordinar, sin construir acuerdos básicos de interacción que conduzcan a disminuir el nivel de conflicto y una obtención de resultados. Consecuente con lo expuesto, el modelo de gestión establecido por el EPA está compuesto por: un Equipo Estratégico, un equipo táctico y el EPA. El primero integrado por los Ministros involucrados, el segundo por profesionales y docentes designados por cada organismo y que corresponden a un segundo nivel de decisión y el EPA, docentes y especialistas de diferentes ramas del conocimiento quienes ejecutan la política pública.

5. El trabajo en Equipo

El encuadre del Equipo EPA es el espacio real y simbólico, donde se explicita y se comparte el conocimiento, donde se definen las tareas, funciones y responsabilidades de cada miembro del equipo. Es el ámbito en el cual se analiza y se define el plan de trabajo colectivo que involucra al equipo, asigna responsabilidades y establece los mecanismos de coordinación (que generalmente se dan en el Instituto Pedagógico Provincial).

Es importante aclarar que el EPA, está compuesto por un equipo ampliado integrado por representantes de la modalidad rural y el Instituto pedagógico provincial y los capacitadores especialistas de educación rural. Este marco, se hace posible la formación certificada, la planificación y la viabilidad de los acuerdos internos y externos, para la ejecución de las acciones en el territorio⁶.

A los fines territoriales, el equipo de promoción y animación trabaja en simultáneo en 4 grupos que intervienen en diferentes Delegaciones Zonales⁷ (Pirane, Blanca, Las Lomitas, Ibarreta, Misión Laishi). En el seno de cada grupo operativo, se establecen reglas que organizan

⁶ **Territorio**, como un espacio en donde se producen las interacciones entre los diversos actores donde se visualizan la complejidad de las situaciones sociales y el desafío de interpretar esa realidad en la que nos hallamos involucrados para proponer estrategias para transformarla.

⁷ Delegaciones Zonales: organización política e institucional del Ministerio de Cultura y Educación de la provincia de Formosa en el Territorio.

la tarea a realizar, distribución de responsabilidades y roles, tiempos, plazos y criterios de evaluación del cumplimiento de los acuerdos. Trabajar en equipo requiere desarrollar destrezas sociales y, reconociendo que implica la existencia de relaciones interpersonales e intersubjetividad múltiples, superar obstáculos epistemológicos y epistemofílicos.

Cada grupo operativo EPA, promueve acciones de sensibilización y capacitación en el territorio, destinado a delegados zonales, supervisores, directores y coordinadores del ciclo básico rural. Los contenidos teóricos y prácticos son construidos en base a la propia experiencia de los directores de las escuelas primarias rurales en sus comunidades.

Se promueve que los directores, como máxima autoridad en las escuelas rurales, formen equipos con los docentes primarios, profesores y coordinadores del ciclo básico rural a modo de generar instancias de reflexión sobre sus propias prácticas escolares y sociales, y se generen propuestas renovadas y superadoras que incluyan la participación de la comunidad.

En el corto trayecto recorrido en la implementación del proyecto, se observa que las prácticas actuales en su mayoría, demuestran experiencias comunitarias promovidas desde la escuela y para la escuela. En este sentido, el equipo de promoción y animación estimula que dichas acciones sean enriquecidas con la participación de los pobladores y los demás actores del territorio (promotores, referentes de organismos, técnicos asesores técnicos de los municipios etc.) para dar sostenibilidad y sustentabilidad a la propuesta.

El perfil del profesional EPA en todos sus niveles, se va delineando en virtud de la experiencia y el desarrollo de destrezas y competencias que hacen a un tipo requerido para el desarrollo rural.

Las competencias requeridas y promovidas son:

- Conocimiento de su territorio y generación de estrategias de autoconocimiento de la comunidad.
- Capacidad de reflexión sobre su práctica.
- Capacidad de adaptarse a cambios.
- Tolerancia a la incertidumbre.
- Capacidad de iniciativa y toma de decisiones.
- Poder – autonomía para intervenir.
- Trabajo en equipo.
- Voluntad de perfeccionamiento en sus saberes.
- Compromiso ético profesional con la comunidad.
- Generación del conocimiento liberador.

- Promoción del poder social (sentido político).

6. Conceptos Ordenadores Básicos de la práctica

La metodología EPA, en el proceso de acción – reflexión – acción, propio de una práctica comunitaria, asume el desarrollo de algunos conceptos referenciales que sirvan de presupuestos básicos para el conocimiento y la comprensión de la realidad.

Entendemos a:

1 - Desarrollo de la comunidad, para Ezequiel, Ander- Egg, es una práctica social apoyada en el conocimiento de las ciencias sociales. Su objeto fundamental se dirige a la promoción del hombre, movilizandorecursos humanos e instituciones mediante la participación activa y democrática de la población. “No es una acción sobre la comunidad, sino una acción de la comunidad; donde la población toma decisiones y asume sus consecuencias”; (ANDER-EGG, 2005, p. 27)

2 - Investigación Acción- Participante: El equipo de animación y promoción, se orienta en un proceso de generación de conocimiento, pero no desde un paradigma positivista, entendemos en este proceso que es necesario “investigar para generar conocimiento teórico útil, no para satisfacer los meros intereses intelectuales sino que investigar para transformar la realidad” (Ander Egg citando a Galván, 2003, pág. 9), para resolver problemas significativos de un determinado grupo o colectivo, con el fin de mejorarlo o cambiarlo.

7. Participación de la Comunidad

Las tecnologías para la inclusión social desempeñan un lugar significativo en los procesos de cambio social, demarcan posiciones y conductas; condicionan estructuras de distribución social, generan problemas sociales y ambientales, facilitan o dificultan su resolución. Por ello las tecnologías no son meros instrumentos ni son neutrales.

Al pensar en el EPA, como una tecnología para la inclusión social, es necesario analizar el rol que cumplen en los procesos de democratización y desarrollo. La metodología EPA es intersectorial, interdisciplinaria y participativa, por lo tanto, es una tecnología que promueve y se construye con la participación de todos.

La metodología EPA considera a los pobladores del medio rural, como sujetos sociales y potencia su protagonismo como actores de cambios sociales. La comunidad participa identificando sus problemas más sentidos, investigando sus manifestaciones, analizando sus causas y consecuencias, formulando alternativas, organizándose para llevarlas a cabo, gestionando recursos, planificando acciones, evaluando su quehacer.

El equipo de animación y promoción (constituido en cada centro escolar), promueve la participación libre, activa, eficaz, consciente, crítica, donde el saber no es propiedad de los profesionales ni especialistas, ni tampoco es algo acabado y estático, sino una construcción y un aprendizaje para toda la vida.

Los conocimientos deben producirse en el propio proceso de desarrollo comunitario, no en forma personal como resultado de una mente brillante, sino en forma conjunta con el aporte de todos, con la orientación de los coordinadores y tomando en cuenta otras experiencias.

Se trata de un método que implica un proceso en el cual se integran elementos o ideas en forma ordenada, a través de la participación colectiva basada en los conocimientos y experiencias del grupo, para llegar a construir teoría y nuevos conocimientos que permitan mejorar la práctica.

8. Desarrollo de competencias comunitarias

La práctica social busca el desarrollo de capacidades en la comunidad que los hace protagonistas de sus proyectos para el mejoramiento de su calidad de vida. Esta participación social, a su vez, requiere del **desarrollo de las capacidades** individuales, organizacionales y comunitarias para que pueda ser sustentable y sostenida a través del tiempo.

Partimos entonces de un enfoque de desarrollo comunitario que se basa en el fortalecimiento de las capacidades de la comunidad. Entendemos que todo proceso de desarrollo comunitario es un proceso de desarrollo de capacidades: individuales, organizacionales y comunitarias.

Las capacidades individuales son destrezas y habilidades que requieren las personas para desempeñarse adecuadamente en la sociedad, y la institución escolar es la encargada de su desarrollo en los estudiantes.

Las capacidades organizacionales son habilidades colectivas necesarias para que la organización pueda tener un buen desempeño, por ejemplo, la capacidad de planear, gestionar,

evaluar proyectos y aprender de los mismos; la capacidad de manejar adecuadamente presupuestos y sistemas de control administrativo; de adaptarse continuamente a los cambios; o la de deliberar y concertar entre sus miembros los aspectos estratégicos y programáticos de la organización.

Las capacidades comunitarias son también habilidades colectivas de conjuntos de ciudadanos, incluidas organizaciones y líderes que les permiten trabajar de forma colaborativa, definir objetivos y gestionarlos colectivamente, formar alianzas, deliberar e implementar agendas colectivas, acceder a recursos públicos e influir en políticas públicas. Las capacidades comunitarias son esenciales para alcanzar logros que permitan una mejor calidad de vida.

Las comunidades con las capacidades antes mencionadas saben mantener vínculos fuertes con las organizaciones, son activas en la deliberación de asuntos públicos, y pueden expresar sus intereses y propuestas sobre los temas que afectan sus vidas a través de procesos democráticos.

Es propósito del equipo de promoción y animación, propiciar el desarrollo de las capacidades individuales, organizacionales y comunitarias, posicionando a las escuelas rurales como elementos claves para este desarrollo, acompañando las iniciativas institucionales y fortaleciendo la relación escuela comunidad.

Resultados

La educación rural viene de:

- Bajos rendimientos académicos y alto fracaso
- Enseñanza basada en el PROGRAMA, aislada del contexto y memorística
- Desarticulación entre los niveles y débil gobernabilidad que afecta el funcionamiento
- Un *enclave* alfabetizador

Los últimos años se avanzó mucho en:

- Las experiencias de Diagnóstico Rural Participativo⁸, como herramienta que vincula la escuela con la comunidad;
- Articular la enseñanza de las áreas con los temas abordados con los Planes de Búsqueda⁹

⁸ Diagnóstico Rural Participativo: conjunto de técnicas y herramientas que permite que las comunidades hagan su propio diagnóstico para la autogestión.

⁹ Plan de Búsqueda: es una guía elaborada con el alumno, al fin de una semana de clase, para investigar con sus padres un aspecto de la realidad cotidiana de la familia, su medio y sus vivencias. Las contestaciones al Plan de

- Organizar la enseñanza a través de Secuencias didácticas¹⁰
- Mejora de los rendimientos académicos y disminución del fracaso
- 500 docentes rurales capacitados en una forma más efectiva de vinculación comunitaria.
- En Ciencias Naturales y Ciencias Sociales, el porcentaje de estudiantes con resultado satisfactorio y avanzado, es superior al total del País- Según la Evaluación Nacional Aprender
- En la Primaria, los indicadores de repitencia, abandono y sobre edad disminuyeron notablemente.
- Existen 967 Unidades Educativas Rurales en toda la provincia
- 147 Ciclos Básicos Secundarios y Ciclos Orientados Rurales.
- 170 CBSR ejecutaron proyectos educativos comunitarios de base local.

9. Conclusión

El Equipo de Animación y Promoción entendida como una tecnología para la inclusión social, tiene la ventaja de ser replicada en diversos contextos, y situaciones siempre que se tienda a lograr mejoras en el ámbito de lo social.

Desde la educación es inexcusable incorporar estos conceptos desde las prácticas institucionales y sociales, si el objetivo perseguido es el desarrollo de la comunidad a través de las escuelas rurales. Pero no podemos ser ingenuos, al creer que las tecnologías son neutras y que por sí solas generan desarrollo. Las tecnologías son constructos sociales que tienen impactos negativos y positivos en la comunidad, es decir, pueden generar procesos de inclusión o de exclusión social, por ello es necesario la convicción, la disposición y la entereza para encarar una propuesta de esta envergadura.

Equipo de Animación y Promoción como tecnología para la inclusión social y como una política pública muestra el claro sentido político de desarrollo rural con inclusión.

Búsqueda que el alumno vuelca en su cuaderno de la chacra o del hogar, son puestas en común al volver a la escuela, entre los distintos alumnos y volcadas a las áreas de conocimiento.

¹⁰ Secuencia didáctica: estructuras didácticas, en torno a una pregunta clave dentro de un campo del saber. atender a dicho interrogante demanda a los estudiantes vincular *conocimientos y experiencias previas*, a través de actividades específicas, con una producción final.

Lo innovador es que esta tecnología inclusiva es desarrollada desde la educación, lo que significa un cambio profundo y transformador para las nuevas generaciones, no tiene plazos, es inclusiva, se construye cooperativamente y evalúa procesos de manera permanente para la verificación de logros y reconstruir sobre las dificultades. Si la Escuela cumple una función social y pedagógica dentro de un proceso de desarrollo comunitario, está cumpliendo su función de cambio social.

10. Referencias

ANDER-EGG, Ezequiel. **Métodos y Técnicas de Investigación Social**. Argentina - Ed. Lumen Humanitas, 2000.

ANDER-EGG, Ezequiel. **Metodología de Acción Social**-Argentina: Ed. Lumen Humanitas, 2010.

CASTORNOVO, Raquel. Disertación Trabajo Interdisciplinario del abordaje Territorial. Magister en Trabajo Social Universidad de la Lanús – Argentina -2008

Diéguez, Alberto José. Diseño y evaluación de proyectos de intervención socioeducativa y Trabajo Social comunitario - Argentina Editorial Espacio, 2002

FREIRE, Paulo. **Pedagogía del Oprimido**. Buenos. Aires: Siglo 21 Editorial, 2000.

Ministerio de Cultura y Educación de la Provincia de Formosa (2012): Resolución N° 314/12- Formosa: M C y E.

Ministerio de Cultura y Educación de la Provincia de Formosa (2012): Resoluciones N° 2347/12 y 2366/12, Formosa: M C y E.

PÉREZ SERRANO, Gloria **Investigación cualitativa retos e interrogantes**-Buenos Aires- Argentina Editorial La Muralla, 1997

ROBERTIS, Cristina **Metodología de Intervención en Trabajo social**. Bs. As. Argentina- Editorial El Ateneo, 2000

Herman Van de Velde, Educación popular Centro de Investigación, Capacitación y Acción Pedagógica (CICAP)/Facultad Regional Multidisciplinaria (FAREM). Nicaragua .Editorial Estelí: CICAP/FAREM. 2008.

TOMAS, Hernán y otros, **Tecnología, Desarrollo y Democracia- Nueve estudios sobre dinámica socio técnicas de exclusión/ inclusión social** Bs As. Argentina Editor - Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva-2012

Anexos

1-Mapa de Regiones Productivas

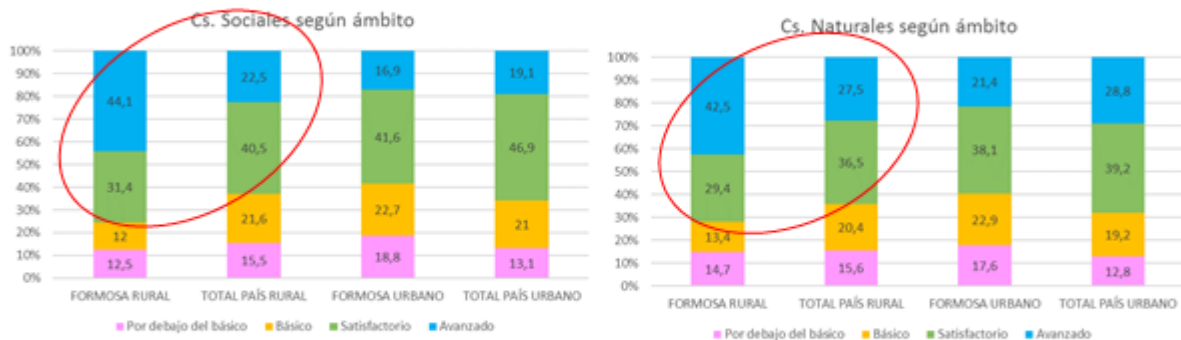


Fuente : Minsiterio de la Produccion y Ambiente de la provincia de Formosa.

2- Indicadores

6º grado primaria – Cs. Sociales y Naturales POR ÁMBITO

FORMOSA Y
TOTAL PAÍS



El porcentaje de estudiantes con resultados Satisfactorios y Avanzados en Aprender respecto a ONE para el ámbito rural es superior al del total país tanto en Sociales como en Naturales.

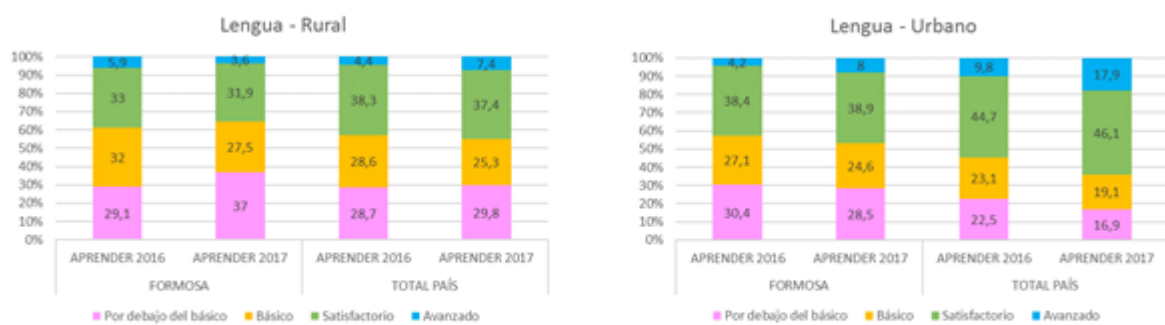
Fente: Secretaría de Evaluación Educativa, Ministerio de Educación y Deportes (2018) Aprender 2017.

Fuente: Secretaría de Evaluación Educativa de la Nacional

3 - Indicadores

5º/6º año – Lengua POR ÁMBITO

FORMOSA Y
TOTAL PAÍS



Cerca de 10 p.p separan los resultados satisfactorios y avanzados en Lengua rural para Formosa (35%) y el total nacional (45%). A su vez, la provincia disminuyó en 4 p.p su desempeño satisfactorio y avanzado entre 2016 y 2017.

En las zonas urbanas, los resultados satisfactorios y avanzados también son superiores para el promedio nacional. No obstante, Formosa mejoró el porcentaje de estudiantes con mejores desempeños entre 2016 y 2017.

Fuente: Secretaría de Evaluación Educativa, Ministerio de Educación y Deportes (2018) Aprender 2017.

Fuente: Secretaría de Evaluación Educativa de la Nacional

4- Indicadores

Evolución indicadores primaria

AÑO	Secciones	Alumnos	Al x secc	repite	promovidos	NO promovidos	Abandono	sobriedad
2006	1,124	23,308	20.7	17%	80%	19%	1%	51%
2012	1,376	20,953	15.2	13%	90%	8%	3%	52%
2014	1,382	19,587	14.2	5%	94%	4%	2%	41%
2016	1,365	18,435	13.5	6%	92%	5%	3%	29%
2017	1,366	17,521	12.8	6%	0%	0%	0%	26%

Modalidad Educación Rural 2018

3

Fuente: Secretaria de Evaluación Educativa de la Nacional

5 - Fotos de Escuelas Rurales



Fuente: Modalidad Rural.

6 – Fotos de Caminos Rural



Fuente: Equipo EPA

7 - Foto de Alumnos del 6to de primaria trabajando con la comunidad



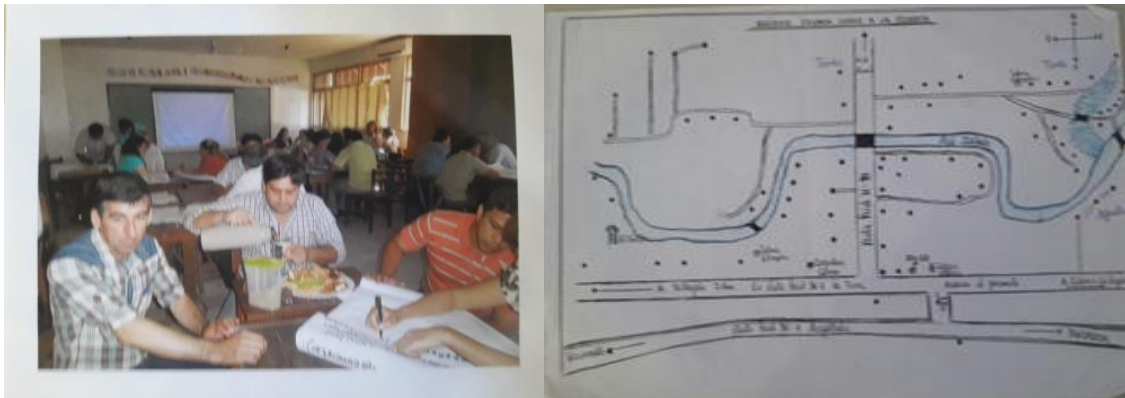
-Fuente: Modalidad Rural

8 - Alumnos de CBSR entrevistando a las familias rurales



Fuente: Modalidad Rural.

9 - Fotos de Talleres de Diagnostico Rural Participativo- Tecnica Mapa Comunitario



Fuente: Modalidad Rural.

10. Fotos de Alumnos Rurales trabajando Plan de Búsqueda



Fuente Modalidad Rural

11 - Docentes en Capacitación



Fuente: Modalidad Rural

O ENSINO DE GEOGRAFIA NO ÂMBITO DA LICENCIATURA
INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

*THE TEACHING OF GEOGRAPHY IN THE SCOPE OF INTERDISCIPLINARY
DEGREE IN COUNTRYSIDE EDUCATION OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF
CAMPINA GRANDE*

Fabiano Custodio de Oliveira

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Professor adjunto I da Licenciatura em Educação do Campo – Área das Ciências Humanas e Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – fabiano.geografia@gmail.com

Resumo

O curso de Licenciatura em Educação do Campo é voltado a formar professores para atuarem nas escolas do campo, tendo uma formação diferenciada das outras licenciaturas, pois a Licenciatura em Educação do Campo visa formar sujeitos para atuarem por área de conhecimento e não por disciplinas isoladas, gerando assim uma maior amplitude na área de atuação dos profissionais egressos do curso. Dessa forma, propomos aqui discutir a formação por área de conhecimento da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da Universidade Federal de Campina, especificamente na área das Ciências Humanas e Sociais, destacando o Ensino de Geografia e sua importância na contribuição para o desenvolvimento do senso crítico dos graduandos da referida área. O texto se inicia com uma breve história da Licenciatura em Educação do Campo; posteriormente, discutiremos a Geografia no âmbito da Formação da Área de Conhecimento - Ciências Humanas e Sociais da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da UFCG, mostrando as disciplinas de Geografia que compõem o currículo do curso e sua articulação com a Educação do Campo; finalmente, teceremos breves considerações finais acerca da temática nessa reflexão.

Palavras – Chave: Ensino de Geografia; Licenciatura em Educação do Campo; Ciências Humanas e Sociais.

Abstract

The course of degree in countryside education is aim at form teachers to act in the countryside schools, having a differentiated formation from others degrees, because the degree in countryside education aims to form subjects to act by knowledge area and not by isolated disciplines, generating a greater amplitude in the act area of former graduate professionals of course. In this way, we propose here to discuss the formation by knowledge area of interdisciplinary degree in countryside education in the Federal University of Campina, specifically in the area of Human and Social Sciences, highlighting the teaching of geography and its importance on contribution to the development of critical sense of the graduating students of referred area. The text begins with a brief history of degree in countryside education; posteriorly, we will discuss geography in the scope of formation on knowledge area – Human and Socials Sciences of the Interdisciplinary Countryside Education of the UFCG, showing the geography disciplines that set the course curriculum and its articulation with the countryside education; finally, we will weave brief considerations about the subject in this reflection.

Keywords: Geography Teaching; Degree in Countryside Education; Human and Social Sciences.

1. Introdução

A Educação do Campo é uma política pública que nos últimos anos vem se fortalecendo no Brasil. Essa política pública é caracterizada como o pagamento de uma dívida histórica do Estado aos sujeitos do campo, que tiveram negado o direito a uma educação de qualidade, uma vez que os modelos pedagógicos marginalizavam os sujeitos do campo, já que vinculavam-se ao mundo urbano, desconhecendo a diversidade sociocultural do povo brasileiro.

Os sujeitos do campo têm direito a uma educação pensada, desde o seu lugar e com a sua participação, ligada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

A partir desse direito, surgiu o curso de Licenciatura em Educação do Campo, voltado para formar profissionais para atuarem nas escolas do campo, tendo assim uma formação diferenciada das outras licenciaturas, pois o referido curso visa formar sujeitos para atuarem por Área de Conhecimento e não por disciplinas isoladas, gerando assim uma maior amplitude na área de atuação dos profissionais da Licenciatura em Educação do Campo.

Partindo do pressuposto de que a Licenciatura em Educação do Campo tem por objetivo formar professores para atuarem por Área de Conhecimento, nos surgiu a inquietação de entendermos como o Ensino de Geografia está inserido na formação por área de conhecimento no Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Campina Grande, especificamente na área de Ciências Humanas e Sociais.

Levando essa inquietação em conta, propomos aqui discutir a formação por área de conhecimento da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da Universidade Federal de Campina, especificamente na área das Ciências Humanas e Sociais, destacando o Ensino de Geografia e sua importância na contribuição para o desenvolvimento do senso crítico, da curiosidade e da criatividade dos graduandos, assim contribuindo para a eliminação de quaisquer referências estigmatizantes com relação à Educação do Campo.

Dito assim, partiremos, primeiramente, de uma breve história da Licenciatura em Educação do Campo; posteriormente, discutiremos a Geografia no âmbito da Formação da Área de Conhecimento - Ciências Humanas e Sociais da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da UFCG, mostrando as disciplinas de Geografia que compõem o currículo do curso e sua articulação com a Educação do Campo; finalmente, teceremos breves considerações finais acerca da temática nessa reflexão.

2. Breve Histórico da Licenciatura em Educação do Campo

Segundo Silva (2011), a história da implantação de projetos educacionais para os povos do campo sempre esteve ligada aos projetos econômicos de fortalecimento do capital, mostrando que a escola faz parte de um todo e tende a incorporar a forma como se estruturam as relações de trabalho na sociedade. Como resultado, temos uma organização escolar voltada totalmente para a elite do país, deixando, desse modo, a maioria da população marginalizada, ou seja, sem acesso aos direitos políticos, civis e sociais, demonstrando uma negligência em relação à escolarização.

Esse modelo de educação nasceu junto ao conceito de Educação Rural, que, por sua vez, surgiu na década de 1920, num grande jogo de interesses entre a burguesia industrial, que era emergente da oligarquia agrária e do movimento dos pioneiros da educação, passando assim a afirmar-se a partir de 1930, pois, segundo o governo da época, era necessário educar as populações rurais, povoar e sanear o interior (SILVA, 2011).

Essa visão da educação como redentora da miséria e da pobreza trouxe para o campo um modelo de escola vinculado ao projeto de modernização conservadora¹, que era patrocinado por cooperativas Norte-Americanas e propagado através do sistema de assistência técnica e extensão rural. Tinha como finalidade adequar a população do campo ao projeto desenvolvimentista, que submeteu a agricultura à industrialização, centralizada na visão de que o Brasil para se desenvolver precisaria se industrializar e urbanizar (SILVA, 2011).

A partir da década de 1950, o discurso sociológico de extinção do rural passa a ser predominante dentro e fora da universidade, num ponto de vista de que o campo é uma divisão sociocultural e deve ser superado e não sustentado. Por isso concordamos com Silva, quando a mesma afirma que:

na história da educação da classe trabalhadora rural, os anos 1940 representam dois problemas contra os quais ela lutou até hoje: a negação da escola para si e seus filhos, ou seja, a impossibilidade real e concreta de acesso ao saber sistematizado e o predomínio de projeto e campanhas pela reprodução ampliada do capital para qualificar mão de obra (SILVA, 2011, p. 406).

Dessa forma, compreende-se que na década de 1940 existia uma grande luta pelo direito à escola, impedindo assim o acesso ao saber estruturado, gerando uma repetição do capital para qualificar mão de obra boa e barata.

¹ No campo a expressão clássica da modernização conservadora é a revolução verde, ou Revolução Agrícola, em que a produção agrícola foi modernizada, por meio de implementos agrícolas, pacotes agroquímicos, sementes modificadas, etc., mas a estrutura agrária foi mantida.

Ainda segundo Silva (2011), no dia a dia das relações sociais do campo/rural observa-se como os valores da sociedade urbana são impostos de forma acentuada, fazendo uma mistura de velhos e novos elementos como partes do processo de modernização conservadora capitalista, nas relações sociais de produção, vai se construindo uma concretude e um entendimento do campo sem uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, e, portanto, sem gente.

Essas maneiras de avanço do capitalismo no campo, juntamente com o modelo de educação rural, contribuíram para a desterritorialização e a erradicação dos povos do campo de seu ambiente, e para a busca da zona urbana como única perspectiva de vida e de sobrevivência. Essa determinação leva a uma drástica perda de valores de uma cultura, a perda de identidade; por esse motivo, a escola precisa também ser pensada como lugar de resistência dessa imposição (CALDART, 2002).

De acordo com Molina (2015), as mudanças na ideia de educação rural para educação do campo não se deram unicamente pela verificação da escola rural, mas também pela rejeição ao processo conservador de modernização para o campo, protegido pelo poder político e pelas elites agrárias. Ela é contrária ao modelo de desenvolvimento capitalista que combina latifúndio e agronegócio, pois estes são grandes culpados pela exclusão e morte dos camponeses. Também, numa nova concepção, está ligada à reforma agrária, à agricultura camponesa e agroecológica.

A emergência da educação do campo caracteriza-se pela ausência, experiência e proposição da ausência do Estado, que deveria assegurar o direito dos sujeitos do campo à escolaridade, e a uma formação consistente e contextualizada para professores trabalharem nessas escolas do campo. Assim sendo, a experiência que é desenvolvida pelos movimentos sociais e organizações não governamentais foi a base para a elaboração da proposta da educação do campo (AUDER e VENDERMINI, 2012).

A partir de 1980 começaram a surgir Centros de Educação Popular, que eram constituídos em sua maioria por militares cristãos, estudantes intelectuais que procuravam recuperar a concepção de educação popular que tiveram seus trabalhos iniciados na década anterior, e tinha a finalidade de ajudar os movimentos sindicais e populares que começavam a se rearticular no país.

Segundo Silva (2011), esses Centros de Educação Populares tiveram uma grande contribuição para a implantação do movimento de Educação do Campo e das práticas educativas desenvolvidas por organizações desde o final dos anos de 1980 que tinha o trabalho

voltado para a “convivência com o semiárido”, e já existia o debate sobre a necessidade de se reinventar as escolas localizadas na zona rural, além de se ter formação inicial e continuada para esses educadores que iriam atuar no campo, e também trazer a contextualização da educação como forma de mostrar o real significado do ensino/aprendizagem e, principalmente, de colocar a escola em conversa com a realidade, os sujeitos e as organizações sociais.

A declaração de que as pessoas do campo têm direito a uma educação contextualizada com a sua realidade surgiu para oferecer aos sujeitos do campo uma educação voltada para sua vida, sua cultura e sua forma de trabalhar, que hoje em dia conhecemos como Educação do Campo (PIRES, 2012)

Ainda segundo Silva (2011), das argumentações levantadas pelos movimentos da sociedade civil organizada e de iniciativas de instituições de ensino superior, requeridos nos anos de 1990, torna-se questão estratégica e temática a formação de docentes para a educação básica. Algumas iniciativas foram fundamentais na formação e apresentação da Educação do Campo como:

O I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária - ENERA, que foi realizado em julho de 1997, a realização da I e II Conferência Nacionais Por uma Educação Básica do Campo, respectivamente em julho de 1998 e em 2004, a articulação nacional das experiências educativas da Pedagogia da Alternância nos Centros de Formação Familiar por Alternância - CEFFAS em 2000, a articulação da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro - RESAB em 2000, a Marcha das Margaridas que reivindicou a criação da Coordenação de Educação do Campo em 2004 (SILVA, 2011, p. 411).

Essas foram algumas iniciativas nacionais que fortaleceram o processo de inclusão da Educação do Campo na agenda política e viabilizaram o debate acerca da prática pedagógica nas Escolas do Campo, denunciando a precariedade das escolas localizadas no campo e também os educadores que não eram profissionais formados para atuarem nessas escolas, gerando assim a necessidade de se ter uma política educacional voltada para o campo.

A elaboração das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, pelo Conselho Nacional de Educação, que deu resultado na Resolução CNE/CEB nº 1, de abril de 2002, foi um processo político no interior do Estado Brasileiro, que conseguiu mobilizar as diferentes organizações e a academia em torno da organização do Movimento da Educação do campo, uma nova nota na legislação brasileira sobre a Educação do campo,

abrindo assim espaço para a normatização da Pedagogia da Alternância e o decreto presidencial de 2010 que criou e reconheceu a Educação do Campo e o PRONERA (CALDART, 2002).

Segundo Silva (2011), a partir desse momento, ainda como recurso em construção e como definição não concluída, a Educação do Campo, como direito dos alunos a igualdade do acesso às políticas educacionais e do respeito às diferenças, passa a difundir-se nos diferentes espaços organizativos e acadêmicos do país.

Segundo Silva (2011), em 2004 foi criado, no Ministério de Educação, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), onde existe uma coordenação de Educação do Campo, e foi organizado ainda no MEC um Grupo Permanente de Trabalho (GPT) sobre educação do campo, virando um espaço de diálogo entre Estado e Sociedade Civil dentro do MEC, e com governantes estaduais e municipais.

Esses procedimentos usados pelas políticas públicas mostram um avanço, no sentido de uma estabilização de políticas educacionais voltadas à realidade do campo. É de conhecimento público o documento da Coordenação Geral de Educação do Campo/SECAD/MEC que, dentre outras questões, podemos destacar:

- a) A necessidade de ações assertivas para corrigir a desigualdade sofrida pelos povos do campo, o que particularmente tirou ao longo dos tempos o direito à educação básica e a precariedade no funcionamento das escolas do campo, bem com a precariedade presente também na formação dos profissionais que nelas atuam; b) A necessidade de construir políticas de expansão das escolas públicas que ofereçam educação básica no e do campo, entendendo a importância de se criar alternativas de organização dos currículos e do trabalho docente, com a necessidade de mudar o quadro atual principalmente na oferta dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio; c) que considera como “escolas do campo” tanto as escolas localizadas em comunidades rurais como também aquelas que estão localizadas na zona “urbana” que atendem educandos oriundos do campo; d) Que entende a grande necessidade de se ter uma formação diferenciada e continuada para professores atuarem no campo além de aprenderem a valorizar as potencialidades existentes no campo; e) Que entende a urgência de existirem ações afirmativas que ajudem a transformar a situação educacional que hoje existe no campo. Para isso existe uma necessidade de organizar o trabalho pedagógico, e a formação em uma docência multidisciplinar por áreas de conhecimento. Isso faz necessária uma formação específica para os educadores que irão atuar nessas escolas; f) a amostra de experiências educativas relacionadas ao campo que mostre a necessidade de se pensar uma política voltada para o campo, para que assim altere o cenário de exclusão educacional que ao longo do tempo os povos do campo vem sofrendo.

Analisando as questões, verificamos que existe um esforço concentrado para a formação dos profissionais das escolas do campo e que tenta atender ao que diz o artigo 67 da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LBDEN e os artigos 12 e 13 das

Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, que sugere a formação de professores num ponto de vista de profissionalização docente, o que engloba o direito à formação inicial em todos os níveis, e um processo de formação continuada possibilitando que o professor atue no campo e na cidade com competência.

No dia 23 de novembro de 2005, a “Carta de Gramado” do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) efetuou o compromisso das secretarias estaduais de educação com a “elaboração e implementação de políticas públicas para a educação do campo”, destacando como uma das temáticas principais a “formação inicial e continuada de professores”. Abriu-se assim um canal de conversa e ampliação fundamental para implantação dos futuros profissionais da Educação do campo no mercado de trabalho (SANTOS, 2013).

Através do CONSED, quatro universidades Federais foram convidadas a desenvolverem uma experiência piloto, foram elas: Universidade de Brasília - UnB, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Universidade Federal da Bahia - UFBA e a Universidade Federal de Sergipe - UFS. Atualmente temos 42 novos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, totalizando 46 cursos em todo território brasileiro.

Segundo Molina (2015), o curso de Licenciatura em Educação do Campo tem como alvo a escola de Educação Básica, com destaque na construção da Organização Escolar e no Trabalho Pedagógico para os anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Os cursos têm como objetivo preparar educadores para irem além da docência e operarem na gestão de processos educativos escolares e na gestão de processos educativos comunitários.

De acordo com a organização da carga horária do mencionado curso, utiliza-se o regime de alternância, isto é, os graduandos alternam períodos presenciais concentrados de aulas na universidade, equivalentes a semestres de cursos regulares. Esses momentos são chamados de “tempo/espço escola-curso”. As atividades a serem desenvolvidas pelos alunos nos seus locais de trabalho e moradia, orientadas pelos professores, ou pela coordenação do curso, ou pelas assembleias dos próprios estudantes, serão desenvolvidas no que o curso denomina de “tempo/espço comunidade-escola do campo” (SILVA, 2011).

A organização curricular estrutura-se, observando a oferta de disciplinas, em três níveis de formação articulados e integrados: a) formação básica; b) formação integradora; c) formação específica. Nesse sentido, Rodrigues (2002) destaca que a educação do campo requer uma formação que ultrapasse a educação formal, por esta estar ligada às fronteiras que impedem os sujeitos de desenvolverem um projeto histórico de emancipação humana.

3. A Geografia no âmbito da Formação da Área de Conhecimento - Ciências Humanas e Sociais da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da UFCG

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo resulta de um longo processo de debates e diálogo entre movimentos sociais do campo, Ministério da Educação e as Universidades Públicas, dentre as quais a UFCG aderiu desde o princípio. O processo de criação desse curso em nível nacional foi romper com a formulação do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO, com o primeiro passo da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação – SECAD/MEC.

O PROCAMPO tem como finalidade apoiar a implementação de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo nas Instituições de Ensino Superior em todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores (as) para a docência nos anos finais do ensino fundamental e no Ensino Médio nas escolas do campo (PPC do curso de Licenciatura em Educação do Campo, 2011, p. 09).

A UFCG foi convidada a desenvolver uma experiência piloto juntamente com outras quatro universidades públicas federais: UnB, UFMG, UFBA e UFS. Por questões operacionais do Ministério da Educação, o projeto da UFCG não conseguiu ser executado neste primeiro momento. No entanto, como a discussão assemelha-se com a aprovação da criação do CDSA - Sumé, que em seu projeto já contemplava esse curso, a comissão de criação do curso deu continuidade à sua definição como um curso regular do CDSA.

Outra ocasião importante foi a apresentação e discussão da proposta inicial do curso em reunião ordinária do Comitê Paraibano de Educação do Campo (12/11/2008), que resultou em importantes contribuições para a elaboração deste projeto. Assim, buscou-se referência, na realidade social, cultural e educacional dos territórios do Semiárido, que serão potencialmente beneficiados pela oferta do Curso, além das orientações do Comitê Paraibano de Educação do Campo, organizados por representantes do Poder Público Estadual e Municipal, das Universidades Públicas do Estado e Movimentos Sociais. Nesse sentido, a Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, atendendo à referida demanda, apresenta sua proposta de Curso de Licenciatura em Educação do Campo pautada em toda uma história que reúne a

vocação desta Instituição de Ensino Superior para se relacionar com os povos e com a série de problemas do campo.

Desse modo, o objetivo geral do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da UFCG é formar professoras (es) para a Educação Básica, em consonância com a realidade social e cultural específica das populações que trabalham e vivem no e do campo, na diversidade de ações pedagógicas necessárias para concretizá-la como direito humano e como ferramenta do desenvolvimento social. O curso tem ainda como objetivos específicos habilitar professores (as) para a docência multidisciplinar na educação do campo nas seguintes áreas de conhecimento: Linguagens e Códigos, Ciências Humanas e Sociais e Ciências Exatas e da Natureza e formar educadores (as) para atuação na Educação Básica com competências a fazerem a gestão de processos educativos e a desenvolverem estratégias pedagógicas que visem à formação de sujeitos autônomos e criativos, capazes de produzir soluções para questões inerentes a sua realidade, vinculadas à construção de um projeto de desenvolvimento sustentável para o país.

A Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo se estabelece pela sua especificidade de formar professores (as) para atuarem nas escolas básicas do campo, preparando e estimulando educadores para uma atuação que vá além da docência e dê conta da gestão dos processos educativos que acontecem na escola e nos seus arredores. Para isso, seu projeto pedagógico se caracteriza para se desenvolver de modo articulado ao ensino, pesquisa e extensão para habilitar professores para a docência multidisciplinar nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio por meio de um currículo organizado por áreas de conhecimentos.

O curso está organizado no regime presencial e adota o sistema de créditos com abordagem na metodologia da alternância; compreende um total de 235 créditos e 3.525 horas, a serem integralizadas, no mínimo, em oito e, no máximo, em doze períodos letivos, com aulas concentradas em três dias da semana: quartas, quintas e sextas.

A formação específica está voltada às áreas de atuação profissional, que englobam: os conhecimentos básicos para a prática pedagógica em cada área do conhecimento para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio do campo; e a gestão, coordenação, avaliação do trabalho pedagógico, a criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos, metodologias e processos de aprendizagem que abrangem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira.

Engloba, portanto, conhecimentos designados à capacitação do docente para os conteúdos e metodologias específicas de sua área de atuação, além de conhecimentos desejando uma maior modernização da formação docente frente às transformações de uma sociedade complexa e plural.

Dessa forma, são propostas as seguintes áreas de aprofundamento: Ciências Humanas e Sociais, Ciências Exatas e da Natureza e Linguagens e Códigos. Cada uma das áreas de aprofundamento é composta por 64 (sessenta e quatro) créditos complementares obrigatórios para a formação específica, com uma carga horária de 960 (novecentos e sessenta) horas, a serem complementadas ao longo do curso a partir do 4º período, no qual os estudantes farão a opção por uma das áreas.

Uma das Áreas que é oferecida como habilitação na Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da UFCG é a Área das Ciências Humanas e Sociais, que habilita o educando a atuar como professor. A área abrange as seguintes disciplinas: História, Geografia, Filosofia e Sociologia. Segundo a Lei e o parecer 853/1971:

As Ciências Humanas e Sociais é uma área de estudos que tem por objetivo a integração espaço-temporal do educando, servindo-se para tanto dos conhecimentos e conceitos da História e Geografia como base e das outras ciências humanas - Antropologia, Filosofia, Sociologia, Política, Economia - como instrumentos necessários para a compreensão da História e para o ajustamento ao meio social a que pertence o educando (PENTEADO, 2008, p. 25).

Ou seja, é importante sempre entendermos que o ensino de História, Geografia, Filosofia e Sociologia não deve ser um ensino engessado, no qual o educando torna-se um mero reprodutor, mas é necessário mostrar aos educandos a importância dessas disciplinas, e mostrar também, de uma forma prática, que a área das Ciências Humanas e Sociais é libertadora. Isso provocará no aluno uma inquietação e uma grande curiosidade, fazendo assim com que o conhecimento seja construído e não apenas repassado. Concordamos com Penteado (2008, p. 22) quando a mesma afirma que:

As ciências Humanas e Sociais compreendem uma área do conhecimento humano alimentada pelo saber produzido por várias ciências - Sociologia, Antropologia, História, Geografia, Economia e Política, entre outras. Todas têm como objeto de estudo o homem em suas relações: entre si, com o meio natural em que vive, com os recursos já criados por outros homens através dos

tempos. Cada uma delas, por sua vez, especializa-se em determinados aspectos desse seu objeto de conhecimento, que é muito amplo.

Verificamos na citação a amplitude que existe na área das Ciências Humanas e Sociais., pois cada disciplina apresenta sua particularidade e individualidade, mas todas estão sempre interligadas com o objeto de estudo da área, que é o estudo o homem em suas relações: entre si, com o meio natural em que vive, com os recursos já criados por outros homens através dos tempos.

No âmbito da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo, a habilitação nessa área de conhecimento, de acordo com Santos (2013), deve:

Analisar o processo epistemológico das Ciências Humanas e Sociais, com destaque para a História, Geografia e Sociologia. Compreender os principais métodos e instrumentais utilizados no desenvolvimento de pesquisas na área de Ciências Humanas e Sociais. Analisar a formatação, os limites e as possibilidades da área de Ciências humanas e sociais nos currículos de ensino médio. Iniciar um processo de construção de referenciais para a pesquisa e o trabalho por área de conhecimento (SANTOS, 2013, p. 112).

De acordo com Santos (2013), na área de Ciências Humanas e Sociais deve ser adotado o materialismo histórico-dialético, o método de análise para estabelecer um patamar comum de interpretação das ciências humanas e sociais, antecedendo os seguintes conceitos: Espaço, escala, território, região, processo histórico-geográfico, temporalidade, modo de produção, totalidade, contradição, poder (relações de), ideologia, sociedade/classes sociais, forças produtivas, trabalho, hegemonia e cultura.

Por isso concordamos com Penteado (2008), quando a mesma afirma que todos esses conceitos têm por objeto de estudo o homem em suas relações: entre si, com o meio natural em que está inserido, com os recursos já criados por outros homens através dos tempos. Dessa forma, as disciplinas de Geografia que compõem o processo formativo da área são as seguintes: Introdução à Geografia; Geografia do Brasil; Geografia da Paraíba; Cartografia Geral; Geografia Agrária; Metodologia do Ensino de Ciências Humanas e Sociais no Ensino Fundamental e Estágio Supervisionado III, as duas últimas disciplinas com destaque no ensino de Geografia e História como apresentamos no ementário das disciplinas no Quadro 01.

Quadro 01 - Disciplinas de Geografia no âmbito da formação da Licenciatura em Educação do Campo e suas Respectivas Ementas

DISCIPLINAS	EMENTAS
Introdução à Geografia	Ciência geográfica: origens e etapas na evolução do pensamento geográfico. Discussão epistemológica: fundamentos e questionamentos sobre espaço, região, território, lugar e paisagem. As dimensões do espaço geográfico: o urbano, o rural e suas relações. As relações sociedade/natureza. Os fundamentos do ensino da Geografia na escola.
Geografia do Brasil	Formação territorial do Brasil. Processo de regionalização do Brasil. Características físicas do território brasileiro: relevo, clima, vegetação, hidrografia. Estudo da população brasileira: dinâmica demográfica, estrutura, formação étnica, migrações. Geografia de redes e sistemas de transportes: novos territórios no espaço contemporâneo.
Cartografia Geral	Breve histórico da cartografia. A cartografia no Brasil - bases conceituais. Os campos da cartografia e os tipos de mapas. Estudo de mapas. Orientações e rumos. Coordenadas Geográficas. A Construção de Cartas e mapas. Fusos horários. Projeções cartográficas. Declinação magnética da terra. Escalas. Fundamentos teóricos da representação gráfica dirigidos à cartografia. Relação entre cartografia sistemática e cartografia temática. Legenda na representação cartográfica. Cartografia e gestão do território.
Geografia da Paraíba	Formação territorial da Paraíba. Processo de regionalização do território paraibano. Características físicas do território paraibano: relevo, clima, vegetação, hidrografia. A geoecologia do semiárido paraibano. Estudo da população paraibana. A relação campo e cidade na Paraíba. A economia paraibana.
Geografia Agrária	Conceito de Geografia agrária. Capitalismo e a produção do espaço agrário: desenvolvimento e contradições. O desenvolvimento recente da agricultura brasileira e o papel do Estado. Os movimentos sociais no campo. Reforma agrária: o conflito entre o capital e trabalho no campo e as novas territorialidades.
Metodologia do Ensino de Ciências Humanas e Sociais no Ensino Fundamental	A história do ensino de História e Geografia. Conhecimento e metodologia de ensino. Interdisciplinaridade. A cultura escolar. Ciências Humanas: história, geografia e temas transversais no ensino fundamental. Recursos didáticos: as novas linguagens e o ensino das Ciências Humanas. O uso do livro didático: limites e possibilidades.
Estágio Supervisionado III	A Intervenção didático-pedagógica em sala de aula de ensino fundamental: observação, identificação e discussão das situações de ensino e aprendizagem de conteúdos, integrando as dimensões epistemológicas, sócio-cognitivas e didáticas na práxis com a comunidade do campo.

Fonte: PCC da LECAMPO.

Todas as disciplinas apresentadas acima são discutidas e desenvolvidas no âmbito do curso, através das dimensões da Pesquisa/ Ensino e Extensão em uma abordagem interdisciplinar, interdisciplinar entre as disciplinas de Geografia, como também interdisciplinar entre as disciplinas de História, Geografia e Filosofia que abrangem a área das Ciências Humanas e Sociais no contexto das lutas dos movimentos sociais ligados à terra, seja pelos direitos à saúde, à moradia, à segurança, à proteção da infância. As disciplinas têm uma abordagem contextualizada referente à teoria e prática, próxima da realidade dos sujeitos do campo, reconhecendo as especificidades do contexto social, econômico, cultural, político, ambiental, de gênero, geracional, de raça e etnia das populações camponesas.

A Educação do Campo, a partir do olhar da Geografia, entende que tal tendência pode ser diretamente explicada pelo fato de que a Educação do Campo se define, antes de qualquer outra coisa, por um recorte espacial com o qual ela desenvolve um importante processo de identificação. Isso faz com que a discussão do território, mais do que se apresentar como uma possibilidade para o início das conversas nas aulas de Geografia, na prática se impõe como um caminho a ser explorado no contexto do seu ensino e prática pedagógica.

O território das populações do campo torna-se, assim, uma das condições fundamentais na constituição de uma proposta voltada para a Licenciatura em Educação do Campo, seja pela dimensão material das lutas que se travaram, e ainda hoje se travam, na disputa pelo controle e apropriação fundiária da Reforma Agrária, seja pela dimensão imaterial que, além de manter a conflitualidade do campo ativada, se desdobra em diversas dimensões da sociabilidade. Fernandes (2008) aponta que:

O território imaterial está relacionado como controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc. O processo de construção do conhecimento é, também, uma disputa territorial que acontece no desenvolvimento dos paradigmas ou correntes teóricas. Determinar uma interpretação ou outra, ou várias, convencer, persuadir, induzir, dirigir faz parte da intencionalidade na elaboração conceitual (FERNANDES, 2008, p. 15).

O ensino de Geografia na Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo faz referência aos aspectos socioterritoriais que compõem a identidade dos sujeitos do campo e caracterizam seus espaços de vivência, e também, especificamente, aborda a problemática das relações campo-cidade, visto que a relação campo-cidade constitui um tema que deve ser

abordado de modo transversal, em todas as disciplinas do currículo da área de conhecimento, uma vez que envolve as múltiplas possibilidades de interação e pertencimento de seus sujeito. Dessa maneira, o ensino de Geografia deve reconhecer não apenas um “modo de vida próprio das populações do campo”, mas também que a “utilização social do campo é fundamental, em sua diversidade, para a construção da identidade social e de sua participação na definição dos rumos da sociedade brasileira.”

Dessa forma, para desenvolver um ensino de Geografia na Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo, a escolha metodológica deve levar em conta os interesses e objetivos da Educação do Campo, para possibilitar a interpretação da realidade. Nesse contexto, a Geografia deve incorporar ao seu ensino a dialética como método de investigação, método já inserido na Educação do Campo. Sobre o método dialético no ensino de Geografia, Oliveira (1989) destaca que “método dialético traz consigo a recuperação de um espaço crítico que a Geografia precisa ter”, pois, “através da crítica, é que se produz e reproduz uma ciência viva”, que se renova e transforma. Pautado nesse método, o mesmo autor nos lembra ainda que, como as demais disciplinas que fazem parte do currículo do Ensino, a Geografia

[...] procura desenvolver no aluno a capacidade de observar, analisar, interpretar e pensar criticamente a realidade tendo em vista a sua transformação. Essa realidade é uma totalidade que envolve sociedade e natureza. Cabe a Geografia levar a compreender o espaço produzido pela sociedade em que vivemos hoje, suas desigualdades e contradições, as relações de produção que nela se desenvolvem e a apropriação que essa sociedade faz da natureza. Para entender esse espaço produzido, é necessário entender as relações entre os homens, pois dependendo da forma como eles se organizam para a produção e distribuição dos bens materiais, os espaços que produzem vão adquirindo determinadas formas que materializam essa organização social. Nesse sentido, a Geografia explica com as sociedades produzem o espaço, conforme seus interesses em determinados momentos históricos, e que esse processo implica uma transformação contínua (OLIVEIRA, 1989, p. 142).

Por tudo isso, consideramos que a Geografia apresenta, para a Educação do Campo, um significativo potencial de mobilização e desenvolvimento de variedades habilidades e competências, mais especificamente a partir dos diferentes conceitos e categorias que assumem centralidade na interpretação da espacialidade dos fenômenos relacionados à vida do/no campo, por exemplo, os conceitos de Espaço Geográfico, Território, Paisagem, Lugar, Região e Natureza.

Entre as habilidades e competências ligadas à Geografia é importante mencionar a articulação de diferentes escalas – local, regional, global – proporcionada a essa disciplina, assim como o conhecimento das redes em que o espaço socialmente construído se estrutura. Também, deve haver uma abordagem da dimensão espaço-temporal envolvendo diferentes questões e temas, assim como o estímulo à problematização e à capacidade de buscar soluções no que se refere a temas relacionados à questão ambiental, às relações campo-cidade, dentro outros.

No contexto da Educação do campo, consideramos que a abordagem geográfica pode dar uma importante contribuição para o desenvolvimento do senso crítico, da curiosidade e da criatividade dos graduandos, assim como a eliminação de quaisquer referências estigmatizantes com relação ao modo no campo. Isso não apenas do ponto de vista do conteúdo tradicionalmente abordado nas aulas de Geografia, mas de um ponto de vista mais amplo, pois as disciplinas de Geografia que compõem seu processo formativo possibilitam ir ao encontro da formação almejada pela Licenciatura em Educação do Campo, através de uma abordagem interdisciplinar ou de temas geradores envolvendo, internamente, a articulação de uma pluralidade de temas, de modo que as disciplinas estão familiarizadas com o processo de construção do raciocínio que busca o inter-relacionamento entre os fenômenos (naturais e sociais), com base em sua espacialidade, e trata-os de maneira mais contextualizada, diferentemente de outras áreas em que predomina maior espacialização e verticalidade do olhar.

4. Considerações Finais

Consideramos que a Geografia, entendida como um campo disciplinar que também se identifica como um saber transversal, tem relevantes contribuições para a Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo. Os conhecimentos que podemos considerar como necessários para entender a problemática do campo do Brasil, hoje, constituem temas e questões que são discutidas por uma vertente do pensamento e da prática geográfica que se propõe pensar criticamente sobre a realidade agrária e agrícola do/no país. Desse modo, a importância da consideração da espacialidade dos fenômenos nas discussões acerca da Educação do Campo faz com que a Geografia tenha condições de assumir grande pertinência no processo analítico daí decorrente.

Para desenvolver um ensino de Geografia na Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo é preciso pensar e propor caminhos que discutam a situação das populações que vivem no campo brasileiro, hoje. Para isso, é preciso se realizar, em sala de aula, uma discussão dos problemas que afetam cada comunidade camponesa, sendo que o próximo passo pode consistir em tentativas de conhecimento do espaço concreto da vida dessas comunidades e de suas relações com outros lugares e instâncias, tanto próximos quanto distantes. Em outras palavras, é importante que a abordagem geográfica seja realizada a partir de um debate que considere as territorialidades do campo e as diversas inserções e relações territoriais de seus sujeitos. Acreditamos que somente a partir da observância dos princípios pedagógicos que regem a Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo será possível se construir um ensino de Geografia plural, democrático e que, de fato, fortaleça os camponeses nos lugares onde vivem e realizam suas práticas e suas lutas por mais educação, terra e dignidade.

5. Referências

AUED, Bernardete e VENDRAMINI, Célia Regina (Org.). **Temas e Problemas no Ensino em Escolas do Campo**. São Paulo: Outras expressões, 2012.

CALDART, Roseli Salete et al (org.). **Caminhos para transformação da Educação: Reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular: 2002.

CALDART, Roseli Salete. **Licenciatura em Educação do Campo e projeto Formativo**. In:_____. CALDART, Roseli Salete et al (org.). Caminhos para transformação da Educação: Reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular: 2002. p. 127-154.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Sobre a tipologia de territórios**. Presidente Prudente: Nera, 2008.

MOLINA, Monica Castagna, **Expansão das licenciaturas em educação do campo: Desafios e Potencialidades**, UFPR, Curitiba; 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Educação e ensino de Geografia na realidade brasileira. In: OLIVEIRA, A. U (Org.). **Para onde vai o ensino de Geografia?** São Paulo: Contexto, 1989.

PENTEADO, Heloísa Dupas, **Metodologia do Ensino de História e Geografia**, Cortez, 2008.

PIRES, Angela Monteiro Pires. **Educação do Campo Como Direito Humano**. São Paulo: Cortez, 2012.

Projeto Pedagógico do Curso da Licenciatura em Educação do Campo - UFCG, 2011.

RODRIGUES, ROMIR. **Reflexões Sobre a Organização Curricular por Área de Conhecimento**
In: _____. CALDART, Roseli Salete et al (org). Caminhos para transformação da Educação:
Reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo. São Paulo: Expressão
Popular: 2002. p. 101-126

SANTOS, Cláudio Félix dos, **O “aprender a aprender” na formação de professores do campo**, Campinas, SP: Autores Associados; 2013.

SILVA, Maria do Socorro, **A Construção da Licenciatura em Educação do Campo: Espaço de Diálogo e Ruptura na Universidade**, João Pessoa: Editora UFPB, 2011.

**PAISAGEM, TERRITORIALIDADE E PRÁTICAS CULTURAIS NO
QUILOMBO GRILO - PB**

***LANDSCAPE, TERRITORIALITY AND CULTURAL PRACTICES IN QUILOMBO
GRILO - PB***

Guilherme Amisterdan Correia Lima

*Escola Estadual de Ensino Fundamental e médio Francisco Augusto Campos, em
Nazarezinho-PB*

*Graduado em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Especialista em
Análise Regional e Ensino de Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande –
UFCG e atualmente é professor efetivo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e médio
Francisco Augusto Campos, em Nazarezinho-PB. E-mail: guilherme-lima26@hotmail.com*

Sérgio Luiz Malta de Azevedo

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

*Professor Doutor Associado da Unidade Acadêmica de Geografia do Centro de
Humanidades da UFCG e docente do Programa de Pós graduação em Ecologia Humana e
Gestão Socioambiental da UNEB.*

Resumo

O estudo da cultura na Geografia é a base para o entendimento de como se estabelecem as relações entre os diferentes grupos e a vivência em comunidade, uma vez que os objetos, elementos e símbolos têm importância na construção de sentido para esses grupos. Assim, as relações sociais e culturais moldam a organização do espaço rural ao mesmo tempo que são viabilizadas por essa organização, seja pela variedade de condições naturais e sociais ali encontradas, seja pela dinâmica interna à pequena produção pelas relações de auto sustento que se estabelecem. A reprodução de práticas e comportamentos fortalece as territorialidades e as dimensões funcionais e simbólicas que se expressam na paisagem. Nesse sentido, este artigo tem por objetivo apresentar um estudo sobre a Comunidade Quilombola do Grilo, localizada no espaço rural do Município de Riachão do Bacamarte – PB, com base na análise do processo de territorialidade e na identificação dos elementos culturais presentes na paisagem, em suas perspectivas funcionais e simbólicas. Nesse sentido, destacamos as principais formas de trabalho e suas contribuições para o fortalecimento dos laços identitários e as relações de sociabilidade.

Palavras-Chave: Quilombo, Paisagem; Territorialidade; Práticas Culturais.

Abstract

The study of culture in Geography is the base for the understanding about how the relations between the different groups of a community are established, once the objects, elements and symbols have importance in the building of meanings among these groups. Thus, social and cultural relationships shape the structure of the rural space at the same time as they are made possible by this structure, either for the variable natural conditions that can be found there or the dynamics related to the small production through the self-sustainment that is established. The formation of different practices and behaviors strengthen the territorialities and the symbolical dimensions that are expressed by this landscape. Thus, this paper aims to present a research about the quilombola community called “Grilo”, located in the countryside of the town of Riachão do Bacamarte – PB, based on the analysis of the territorial process and on the identification of the cultural elements that are present in this landscape, in both its functional and symbolical perspectives. Accordingly, it is highlighted the main forms of work and their contribution to the strengthening of identity bonds and the social relationships.

Key-Words: Landscape; territoriality; Cultural Practices.

1. Introdução

A Análise do território e o estudo das paisagens são elementos pertinentes a Geografia Cultural e a pesquisa científica em muitas áreas disciplinares, contribuindo para a formulação de conhecimentos que suscitam novas ideias e debates acerca do território e multiterritorialidades de povos do mundo inteiro.

A cultura quilombola e a valorização da identidade negra no Brasil, também são temas que vem ganhando espaço no campo científico, em função das comunidades remanescentes espalhadas em diferentes lugares do país¹, que lutam pelo o reconhecimento da memória social de suas tradições e a valorização das práticas sociais identitárias de uma cultura que permanece viva e dotada de significados.

Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo apresentar um estudo sobre a Comunidade Quilombola do Grilo, localizada no espaço rural do Município de Riachão do Bacamarte – PB, com base na análise do processo de territorialidade e na identificação dos elementos culturais presentes na paisagem quilombola do lugar, em uma perspectiva material e imaterial.

Para alcançar o objetivo proposto, identificamos os elementos culturais presentes no território e as suas relações com a paisagem. Em um segundo momento, destacamos as principais formas de trabalho e as contribuições, para o fortalecimento dos laços de sociabilidade e a formação de uma identidade negra no lugar.

A pesquisa² possui caráter teórico-documental, com trabalho de campo e observações “in loco” dos elementos simbólicos e das formas de trabalho desenvolvidas na comunidade, bem como, a realização de entrevista com uma moradora do Quilombo Grilo, que permitiu articular as informações por ela fornecidas, com trabalhos de outros autores, que também estudaram o Grilo em seus muitos aspectos.

Partimos da hipótese de que a cultura imaterial acompanha os indivíduos desde o seu nascimento, norteadando as suas ações, costumes e práticas que representam a identidade cultural

¹ A exemplo das Comunidades do Quilombo do Rosário (SE), Quilombos de Olinda (PE), Quilombo do Jaraquariquera (MA), Povoado Cruz em Del Miro Gouveia, no Sertão de Alagoas, Quilombo do Livramento (PB), entre outros.

² Desenvolvida durante os meses de março a novembro de 2017. Ressalta-se, entre tanto, que o autor possuía informações prévias do Quilombo Grilo anteriormente a pesquisa, em função do contato com alguns moradores no período em que lecionou no Sítio Serra Rajada no ano de 2015, despertando assim, interesse e envolvimento pela temática quilombola.

de um povo, a exemplo das relações sociais, modo de vida, afetividade com o espaço e pertencimento com a terra, além da perspectiva material das principais formas de trabalho e práticas culturais existentes.

Ressalta-se, entretanto, que não foi realizado um trabalho de inventário estático das atividades locais, de vez que o objetivo principal do trabalho requeria uma análise qualitativa dos processos e fenômenos aqui estudados, na perspectiva de demonstrar a territorialidade e paisagem grilense, através dos elementos materiais e imateriais.

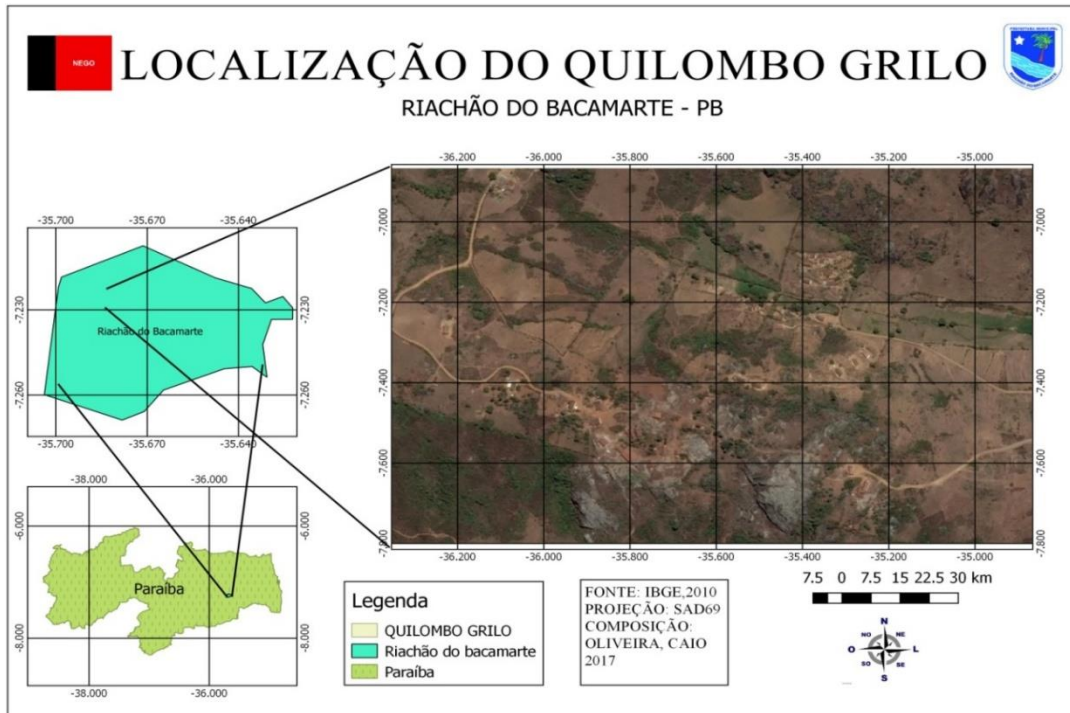
2. Grilo: formação territorial e meios de sobrevivência da comunidade

2.1 Localização e aspectos geográficos do território quilombola do Grilo – PB

O território quilombola do Grilo, anteriormente chamado de Serra Rajada do Américo, objeto desta pesquisa, encontra-se geograficamente localizado no Agreste Paraibano e pertence ao Município do Riachão do Bacamarte, situado próximo ao Sítio Serra Rajada. O Município do Riachão segundo (IBGE, 2010) faz parte da microrregião de Itabaiana e compreende uma área de 38 km², possuindo uma população estimada em 4.503 habitantes com densidade demográfica de 111,13 hab./km². No Mapa 01, delimitamos o território do Grilo, com base na identificação das coordenadas geográficas do seu território.

O acesso ao Grilo se dá em uma área de terrenos acidentados, proveniente das características geomorfológicas, (elevações do relevo da região, que apresenta serras e muitos lajedos), sendo assim, as atividades de agricultura e criação de animais se dão nas áreas de encostas. Os caminhos de acesso à localidade nos dias atuais (Figura 01) apresentam-se melhores que em anos anteriores. Outrora não era possível chegar ao local por meio de veículos automotores, como carros e motos. O trabalho dos moradores e os serviços de infraestrutura foram fundamentais na melhoria do acesso ao local, facilitando o tráfego de transportes e pessoas.

Mapa 01: Localização geográfica do Território Quilombola do Grilo – PB



Composição: Oliveira, 2017.

Figura 01: Acesso ao Território do Grilo – PB



Fonte: Pesquisa de Campo, Lima (2017)

Enfrentando as dificuldades, no que diz respeito ao acesso, é possível chegar ao quilombo do Grilo e avistar a paisagem, formada por diferentes elementos culturais,

destacando-se as moradias simples que refletem a dinâmica socioespacial dos moradores. Apesar de o Quilombo Grilo formar uma unidade territorial pelas suas características natural-culturais é comum no dia-a-dia dos moradores, a divisão da área em duas partes: Grilo de Baixo (Figura 02) e Grilo de Cima (Figura 03). Ambas, apresentam os mesmos aspectos em relação às condições de vida, moradia e forma de trabalho.

Figura 02: Grilo de Baixo



Fonte: Pesquisa de Campo, Lima (2017)

Figura 03: Grilo de Cima



Fonte: Pesquisa de Campo, Lima (2017)

2.2 A Origem do Território e do Topônimo Grilo

Compreender a origem do território Quilombola do Grilo não é simples, em função das muitas suposições existentes e das poucas evidências em relação às informações que fazem parte da memória coletiva do lugar. Os moradores que possuíam informações mais detalhadas sobre a eventual origem da comunidade, faleceram ou encontram-se debilitados em função da idade avançada.

Para evidenciar a nossa pesquisa, tomamos como referência, trabalhos realizados anteriormente no território do Grilo e os relatos orais de Leonilda Coelho Tenório dos Santos³ (Paquinha), concedidas através de entrevistas, realizadas nas visitas ao local de pesquisa. Paquinha foi essencial para intercalar as experiências e memórias do Grilo com os trabalhos realizados anteriormente por outros autores, a exemplo de Batista (2009), Amaral (2011), Barros (2012) e Maracajá (2013).

A história da formação territorial do Grilo é algo que remete à fuga de negros que sofriam no trabalho pesado em resistência a opressão de patrões que lhe cobravam árduas tarefas em troca de poucos benefícios. De acordo com Maracajá (2013, p. 53):

Os quilombolas da Comunidade do Grilo se reconhecem como uma comunidade negra rural. Eles possuem uma trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicos, com presunção de ancestralidade negra relacionada à resistência à opressão histórica sofrida, conforme estabelece o artigo 2º do Decreto nº 4. 887, de 20 de novembro de 2003.

Essa afirmação proposta por Maracajá pode ser confirmada com o relato concedido por Paquinha, que ao ser questionada sobre os primeiros habitantes do Grilo, faz uma breve descrição em relação aos seus antepassados:

- O tataravô da minha mãe veio de um lugar bem longe, ninguém sabe nem de onde. Veio fugido, não tinha nada. Dizem que quando ele veio, só foi o que ele trouxe, foi uma cabacinha, era numa vara. Já era o que minha biza falava para minha vó e minha vó falava para minha mãe, que ele veio sozinho, por dentro dos matos, todo rasgado, com medo. Fugido! O que ele trouxe foi: Mãe disse que não era saco, era trapo. Uma mochilinha amarrada com um pouquinho de água, nessas varas que balança, chegou aqui, se arranjou, aí casou e dizia que veio fugido, sofria muito e a família ficou prá lá. Ele dizia que tinha oito irmãos, tinha pai, tinha mãe, tinha tudo, mas não puderam vir,

³ Leonilda é filha de Dona Dora e do senhor Manoel Cândido Tenório, residente no Grilo desde o seu nascimento. Tomamos como referência os relatos de Paquinha (como é carinhosamente chamada) pela sua influência na Comunidade. Ela é líder do quilombo e participa ativamente dos movimentos de valorização e reconhecimento do Grilo, sempre em busca de melhores condições de vida para a população.

que já foi ele fugindo de tanto sofrimento, disse que ele era todo marcado, e daí, foi casando e formou essa família todinha.

Ressalta-se, entretanto que possivelmente, os ancestrais de Paquinha, possuem relações de Parentesco com outro território quilombola: O Quilombo Pedra D'água, como nos faz supor os trabalhos de Batista (2009) e Maracajá (2013) que relacionam a formação territorial do Grilo com o Quilombo em questão.

O relato de sofrimento e fuga vividos pelo tataravô de Paquinha é descrito no trabalho de Batista (2009) que ao relatar as memórias dos assujeitados, refere-se às muitas lutas e resistência da população negra do território brasileiro na busca da valorização e do reconhecimento quilombola, reivindicando o direito a terra como recurso indispensável à sobrevivência e a manutenção da vida.

Assim como a origem do Grilo, o topônimo “Grilo” que dá nome a localidade, também é alvo de diferentes interpretações na memória coletiva dos habitantes local. Algumas dessas suposições são cheias de elementos criativos que despertam o humor e a curiosidade de todos que visitam a comunidade e se interessam por conhecer as muitas histórias contadas pelos moradores. A ideia mais aceita para o nome “Grilo” é apresentada por Paquinha em relato:

- Quando eu tinha 14 anos, em baixo no Grilo [referindo-se ao Grilo de baixo], tinha uma cacimba, que aqui era muito ruim para água, porque hoje tão fazendo buraco em tudo quanto é canto, porque tem terra para fazer, não é? Aí vinha gente de todo mundo, dali de Serra Redonda [referindo-se à cidade de Serra Redonda que fica próxima à Comunidade], da vila ali em baixo [Referindo-se a Serra Rajada], tinha poucas casas e o povo vinha pegar água aqui. Era uma cacimba pequenininha, mas que nunca secava e era gente, que, aliás, tinha muito grilos mesmo, mas o povo era mais do que os grilos, porque era por fila para pegar água limpa e acho que era até água mineral, porque não tinha pareia. E aí, ficou o nome Grilo, por causa disso.

Nessa versão a mencionada cacimba no relato é a responsável por dar nome à localidade, uma vez que era comum os grilos cantarolarem próximo às águas. Outra interpretação também subtendida na fala da entrevistada é que o número de pessoas que vinham ao local em busca de água se assemelhava a uma população de grilos, fato que também pode ter sido motivo para dar nome à localidade.

Nos dias atuais, apesar de não haver água canalizada no quilombo, o abastecimento não é uma das grandes dificuldades enfrentadas pela população residente. Existem poços, de onde os moradores retiram água e levam para suas casas utilizando o apoio de animais, além das

muitas cisternas (figura 04) construídas próximas as residências e os diversos tanques naturais (figura 05), esculpidos em meio às rochas.

Figura 04: Cisterna próxima a residência no Grilo



Fonte: Pesquisa de Campo, Lima (2017)

Figura 05: Tanque formado em meio às rochas



Fonte: Pesquisa de Campo, Lima (2017)

2.3 O reconhecimento quilombola e a regularização fundiária

O território do Grilo se configura como uma comunidade negra rural, possuindo uma área segundo Batista (2009) de aproximadamente 50 hectares de terras, embora essas dimensões sejam questionadas pelos moradores que afirmam serem ainda maiores os limites territoriais desse espaço.

O reconhecimento do Grilo enquanto território quilombola se deu com a atuação da Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes (AACADE – PB), que até os dias atuais se faz presente na localidade, promovendo a percepção e a conscientização dos direitos da população grilense, enquanto comunidade negra rural. De acordo com as ideias de Maracajá (2013): No ano de 2006, foi encaminhada pela Associação dos Moradores, com base nos direitos garantidos na legislação brasileira, a documentação destinada ao reconhecimento do território Grilo enquanto remanescentes de quilombo, para a Fundação Cultural Palmares (FCP), que na época era a instituição responsável pelo o reconhecimento e delimitação dos territórios quilombolas no Brasil.

O processo de avaliação e reconhecimento de um território, atualmente é realizado pelo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), passando por diferentes etapas que inclui a identificação das comunidades, a partir de processos históricos ligados a ancestralidades negras, o reconhecimento e a delimitação da área, titulação e registro das terras que constitui a última etapa do processo.

Toda essa movimentação na busca pelo reconhecimento territorial quilombola do Grilo não se deu de forma harmônica, foi necessário vencer muitos obstáculos, principalmente em relação à aceitação dos próprios moradores no que diz respeito a se reconhecerem como remanescentes de quilombos, tendo em vista os preconceitos e as discriminações sofridas pelo o fato de serem negros.

Vencidas as etapas do processo de reconhecimento do território, “No mesmo ano em que encaminhou a documentação à FCP, a Comunidade Grilo obteve a certidão de autorreconhecimento e, no ano de 2007, abriu processo administrativo na seção INCRA-PB” (MARACAJÁ, 2013, p. 60).

As terras onde se desenvolveu a Comunidade do Grilo pertenciam no passado ao senhor Américo Sobrinho, de quem os moradores eram trabalhadores e pertenciam a ele nas condições de assujeitados. De acordo com as informações de Batista (2009), os “moradores” trabalhavam nas terras de Américo pelo menos cinco dias por semana, e dispunham de poucos recursos

capazes de lhes garantir uma boa qualidade de vida e dignidade. Após anos de trabalho na condição de assujeitados, o senhor Manoel Cândido Tenório (pai de Paquinha), conseguiu comprar uma pequena faixa de terra, onde construiu as primeiras moradias para a sobrevivência da família. Segundo Maracajá (2013, p. 55):

A conquista da compra de um pequeno pedaço de terra da fazenda de Honório Alves possibilitou a todos saírem da condição de ‘moradores’ tanto de suas terras quanto das de Américo Sobrinho, e os depoimentos dos momentos em que estavam nessa condição são retratados com bastante sofrimento, evidenciando, sobretudo, as condições sociais vividas na época.

Assim, os habitantes do Grilo saíram das condições de sujeição e passaram a trabalhar por conta própria, desenvolvendo a agricultura de subsistência, a criação de animais e as práticas culturais, a exemplo do labirinto e a arte com o barro, que de forma Intergeracional, foram difundidas pelos seus antepassados e que até os dias de hoje são desenvolvidas no cotidiano da localidade.

A posse efetiva da terra onde se localiza o território do Grilo se deu após muitas lutas e dificuldades para a regularização fundiária perante o INCRA, até que no dia 4 de fevereiro de 2013, foi publicada em diário oficial, a Portaria n° 54, declarando e reconhecendo a área do Grilo, como Comunidade Remanescente de Quilombo (MARACAJÁ, 2013).

Leonilda Coelho Tenório dos Santos (Paquinha) relembra em entrevista⁴ concedida a presente pesquisa, a alegria de ter as terras reconhecidas e regularizadas como remanescentes:

- Eu fui duas vezes para Brasília pegar o certificado e depois fiz a festa. Veio prá cá todo mundo, veio prá cá juiz, veio prá cá a promotoria todinha, foi uma bela festa nesse dia e a terra já é da gente, de nós trabalharmos e nós vivermos, porque já está tudo registrado.

A terra atualmente é tida como o fator principal de sobrevivência dos moradores da comunidade grilense, mediante a importância da agricultura e o papel que essa atividade possui na alimentação e na renda econômica das famílias habitantes do Grilo. Reconhecer e garantir os direitos para essa população é dar a chance que a mesma mantenha os traços identitários, os traços culturais e os laços de sociabilidade existente entre as diversas práticas humanas e o território, constituindo assim, em seu sentido material e simbólico, uma apropriação espacial,

⁴ Entrevista realizada no dia 14 de outubro de 2017, durante o desenvolvimento de nossa pesquisa.

nas quais diferentes relações e conjunturas são possíveis e propiciam diversas interpretações da produção do espaço na área.

Em relação à organização fundiária, até o momento em que a pesquisa foi concluída, não havia acontecido distribuição de terras entre os moradores, em função do reconhecimento do território ser algo recente na história da comunidade. Assim, as terras do local, formam uma unidade familiar na qual se desenvolve a agricultura de subsistência como atividade principal e a produção de objetos de barro e o labirinto como atividades complementares a renda das famílias que habitam o Grilo.

Quanto à criação de animais, a mesma se dá de forma pouco expressiva, com predomínio de aves e caprinos, que se constituem como elementos complementares da alimentação ou utilizados como auxílio no transporte de produtos agrícolas (no caso do gado e do cavalo). Todas essas atividades desenvolvidas no Grilo se materializam por meio do trabalho na paisagem quilombola, pois existe uma dinâmica social que dá vida, formas e sentido aos diferentes objetos, refletindo as marcas da sociedade na formação de uma territorialidade.

3. Territorialidade e cultura no quilombo grilo

3.1 – Apreciações teóricas

Os diferentes objetos, elementos e símbolos têm importância na construção de sentido para um determinado grupo. Assim, a diversidade de culturas existentes é resultante de processos que se materializam ao longo do tempo na paisagem, indicando a forma como os indivíduos interagem, produzem, reproduzem e interagem com o mundo em que vivem e constroem a sua identidade.

O estudo da cultura é a base para o entendimento de como se estabelecem as relações entre os grupos, pois ela dá significado a tudo e pode ser o fator determinante para a criação de um grupo, além de um importante meio de classificação de áreas a partir dessas diferenças existentes em cada lugar.

Assim, com a Propagação da corrente humanista no início dos anos de 1970, a Geografia passa a valorizar o subjetivo e os diversos elementos de ordem humana, contribuindo com o fortalecimento da prática cultural e a compreensão do espaço social em que estamos inseridos. Nas Palavras de Zanatta (2010, p. 289):

Tornou-se gradativamente expressivo o interesse de um maior número de geógrafos pela Geografia Humanista e Cultural, que propõe, com base na fenomenologia e no existencialismo, interpretar o lugar concreto das ações humanas, a subjetividade, os valores, os sentimentos, a cultura, a experiência, o simbolismo, a identidade, a intersubjetividade, a comunicação e a intuição.

Ademais, a Geografia cultural é responsável por estudar os produtos e normas culturais sobre os variados espaços e lugares, ela valoriza cada uma dessas possibilidades com o intuito de ampliar o entendimento a respeito da cultura e a sua reprodução. Assim, a palavra comunidade nos remete a uma ideia de coletivo, onde indivíduos compartilham as mesmas ideias, pensamentos, crenças e estilo de vida.

Nesse sentido, A realidade do Quilombo Grilo é única e se diferencia dos demais lugares pelas relações familiares e os traços culturais ali existentes, constituindo o que Claval (2007, p. 114) denomina comunidade de base:

Uma comunidade de base pode ser construída a partir de elos de sangue e de aliança que unem os membros de uma mesma família. Ela pode igualmente ser formada segundo um modelo análogo por um contrato de associações entre os membros unidos por um mesmo ideal e um projeto comum. Partilhar de uma mesma fé religiosa entre irmãos que se reconhecem filhos de um Deus criador é um cimento eficaz. Uma comunidade pode enfim resultar da coabitação de pequenos grupos num mesmo lugar.

O Grilo abriga em sua estrutura social laços intermédio de um lugar que representam traços culturais identitários, que são repassados através das gerações. As vestimentas, os utensílios artesanais, os tipos de moradias simples e a tradição religiosa, marcam o estilo de vida desses habitantes. São mais de 100 residências situadas no local, onde os moradores preservam entre si, vínculos afetivos, relações familiares e a vivência cotidiana.

O viver em comunidade aproxima esses indivíduos e amplia as suas relações, com reproduções de práticas e comportamentos que fortalecem a ideia de um território com aspectos funcionais e ao mesmo tempo simbólicos. Em conformidade com Haesbaert (2005, p. 677): “Todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir significados”.

Assim, a vivência na Comunidade Quilombola do Grilo, possui uma perspectiva funcional, em relação à apropriação do espaço, utilizado para a moradia, a coletividade e o desenvolvimento do trabalho, como também uma perspectiva material e simbólica, nos quais,

os laços afetivos, as práticas culturais e as relações sociais possuem significados na construção de uma identidade negra presente no território.

A paisagem então, se desenvolve também nessa perspectiva material e ao mesmo tempo imaterial. Possuindo estruturas concretas, em que é possível observar as formas e os elementos que permitem a análise das condições sociais, modo de vida e a organização do Grilo enquanto território. Mas também uma leitura sobre os elementos simbólicos, que mesmo não sendo visíveis, estão presentes e possuem significados para o grupo em estudo a exemplo das relações sócias, do sentimento de pertencimento e o apego a terra como meio de sobrevivência.

Assim, tomamos como base o conceito de paisagem enquanto elemento de vivência e construção de sentidos. Cosgrove (1995, p. 42) destaca a paisagem ligada à cultura e a ideia de que as formas materializadas na paisagem são representações de discursos e pensamentos. Assim, a paisagem para ele aparece como lugar simbólico.

Em conformidade com o autor, Dardel (2011, p. 32) afirma que: “A paisagem não é, em sua essência, feita para se olhar, mas a inserção do homem no mundo, lugar de um combate pela vida, manifestação de seu ser com os outros, base de seu ser social”. Nesse sentido, os conceitos de território e territorialidades não podem desconsiderar a relação com as paisagens, pois elas contêm as formas e as representações sociais que materializam os diferentes elementos presentes no processo de vivência entre os grupos.

A paisagem do Grilo (Figura 06) demonstra as modificações ocorridas no território em função do tempo, nos quais os habitantes são elementos influenciadores dessas modificações observadas no local. As formas de trabalho, os elementos sagrados religiosos e a vida cotidiana interagem entre si na construção de uma identidade cultural. Almeida (2008, p. 61) afirma que: “A identidade cultural dá sentido ao território e delinea as territorialidades. A territorialidade, por sua vez, pode definir uma relação individual ou coletiva ao território e se apoia nas paisagens”.

A Composição da Comunidade do Grilo se dá em função da formação social e histórica a partir dos laços de parentesco e as relações com a terra, aspectos que fazem os habitantes se autodefinirem quilombolas e continuarem ativos na resistência contra o preconceito e na garantia dos direitos que lhe assistem.

Figura 06: A paisagem e o trabalho no Grilo



Fonte: Pesquisa de Campo (Lima, 2017).

Enquanto comunidade negra rural, o Grilo dispõe de alguns elementos necessários a população residente. Na parte alta (Grilo de cima), temos a sede da Associação dos Moradores, a escola municipal (com educação infantil e ensino fundamental até o 5º ano) e uma pequena capela, construída há pouco tempo para atender as atividades religiosas do lugar.

O estilo das residências (Figura 07), apesar de simples, dispõe dos requisitos necessários. Essas, vem nos últimos anos agregando elementos da contemporaneidade, com a utilização de serviços de internet, e o crescente número de veículos, como carro e motocicletas, utilizados pelos moradores. Ressalta-se, entretanto que o trabalho com a terra constitui o fator principal no desenvolvimento das atividades econômicas, entre elas e a agricultura, da qual falaremos adiante.

Figura 07: Tipologia das residências do Quilombo



Fonte: Pesquisa de Campo (Lima, 2017).

4. O trabalho quilombola e as práticas culturais existentes

4.1 A agricultura no Quilombo Grilo

O ser humano veio, ao longo do tempo, aprimorando as suas técnicas com o objetivo de retirar da natureza os recursos necessários a sua sobrevivência. Nesse aspecto, o trabalho é de fundamental importância, pois é a partir dele que a espécie humana desenvolve suas atividades econômicas estabelecendo relações entre sociedade e natureza que resultam na organização do espaço geográfico.

No Quilombo Grilo, a terra é base sobre o qual se dá a produção da espacialidade para promoção do desenvolvimento das atividades que garantem o sustento e a renda econômica familiar dos que habitam o lugar. De forma complementar, as atividades artesanais⁵ também participam da economia local. Reiteramos, porém, que de todas essas atividades é a agricultura a que possui maior importância, por garantir a alimentação e o sustento das famílias.

⁵ É desenvolvido no Quilombo Grilo a arte do Labirinto (tipo peculiar de bordado, onde o trabalho é totalmente manual) e a atividade com o barro que permite a confecção de louças e objetos de cerâmica.

Apesar da topografia do Grilo apresentar áreas de difícil acesso, Maracajá (2012, p. 8) afirma que: “Os roçados são cultivados nas encostas da serra, tanto em decorrência da limitação da área que é de moradia, quanto pelo aspecto físico da rocha”. Esses roçados (Figura 08) são desenvolvidos com mão de obra familiar, nos quais a parentada trabalha cooperativamente para o auto sustento e a comercialização dos excedentes de seus produtos.

Figura 08: Os “roçados” do Grilo em áreas de encostas



Fonte: Pesquisa de Campo (Lima, 2017)

De acordo com Malta (2001) na produção em pequena escala o que sobra do autoconsumo representa o sobretabalho que é materializado nos excedentes comercializados e assim se torna produto excedente que é apropriado pelo capital comercial. É, portanto, através deste processo contraditório e dialético que o capitalismo recria e conserva a produção agrícola em pequena escala, afim de promover sua própria expansão.

Os principais cultivos desenvolvidos no Quilombo Grilo são os cultivos de feijão, milho, mandioca e fava que na colheita trazem benefícios a alimentação e ao sustento das famílias. Nesse sentido, Barros (2012, p. 107) nos afirma que: “No ciclo agrícola, o momento da colheita é o ápice, o que permite reforçar laços e festejar o sucesso de mais um movimento de manutenção”.

Os terrenos, apesar de íngrimes, não impedem a realização das atividades agrícolas ou a criação de animais, que mesmo sendo em pequena escala, é uma atividade fundamental naquele lugar. Algumas famílias arrendam terras de moradores das vizinhanças com o objetivo de expandir um pouco mais a sua produção, o que resulta, no fortalecimento de vínculos através

da ajuda mútua entre os parentes, amigos e compadres, que participam ativamente durante o processo de plantio e colheita.

A colheita é o momento de maior efervescência na comunidade, uma vez que permite às famílias, a garantia de vários meses de fartura. Durante o desenvolvimento da nossa pesquisa, tivemos a oportunidade de acompanhar o processo de armazenamento do feijão no Quilombo Grilo, para ser consumido ao longo dos 12 meses do ano. As etapas do armazenamento consiste na separação da palha e os grãos (Figura 09), a secagem (Figura 10) e por fim o armazenamento em sacolas de nalho (Figura 11).

Figura 09: Processo de separação dos grãos



Fonte: Pesquisa de Campo (Lima, 2017).

Figura 10: Secagem dos grãos de feijão



Fonte: Pesquisa de Campo (Lima, 2017)

Figura 11: Armazenamento dos grãos



Fonte: Pesquisa de Campo (Lima, 2017)

Apesar de o feijão e o milho constituir-se como elemento mais importante da produção agrícola do Quilombo Grilo, outros cultivos também são desenvolvidos no Quilombo. Paquinha, possui uma horta (Figura 12), onde são cultivados diversas hortaliças, a exemplo de: Couve-Flor, Berigela, Cenoura, “Alface Italiano” e Coentro. As atividades na horta são desenvolvidas com o auxílio dos filhos e as irmãs de paquinha, traços tipicamente associados a agricultura familiar no local.

Figura 12: Paquinha em sua horta



Fonte: Pesquisa de Campo (Lima, 2017)

Na atualidade, o papel da agricultura familiar é bastante discutido, por se tratar de uma alternativa ao desenvolvimento sustentável. No entanto, no Brasil ainda não se reconhece, de

fato, as vantagens e as potencialidades desse modo de produção agrícola, enquanto estratégia de desenvolvimento no meio rural.

Note-se, que nesse modelo de agricultura, tanto o trabalho, quanto a propriedade, estão ligados a família, como bem demonstra Denardi (2011), quando nos diz que a gestão é eminentemente familiar, ao mesmo tempo em que a produção e o consumo, prioritariamente, de produtos agrícolas e o do criatório de animais se destinam a elas. Mais não exclusivamente, pois parte da referida produção destina-se a comercialização, como já evidenciado anteriormente.

Destaca-se, que toda essa importância que a agricultura possui para o sustento familiar dos moradores do Grilo, se tornou possível mediante o reconhecimento e a posse efetiva da terra a qual a comunidade se constituiu. Adquirindo assim, o direito de desenvolver suas atividades econômicas, consolidando a reprodução de práticas que fortalecem os laços de sociabilidade e a identidade quilombola presente no lugar.

A agricultura no Quilombo Grilo constitui uma atividade que vai além da dimensão econômica e da produção alimentar que essa prática pode oferecer, ela é um elemento de relação e interligação simbólica entre as famílias que participam cotidianamente dos momentos que essa atividade proporciona (Figura 13), efetivando a importância do trabalho na construção das relações sociais.

Figura 13: O cotidiano familiar na horta de Paquinha



Fonte: Pesquisa de Campo (Lima, 2017)

Sobre o destino da produção, a agricultura grilense poderia ganhar novos caminhos se houvessem maiores incentivos no aprimoramento das técnicas de cultivos, podendo expandir os produtos para além do território do Grilo e a cidade do Riachão do Bacamarte, para onde, segundo Leonilda, os produtos são destinados:

- Os meus filhos vendem prá todo canto aqui da região, duas vezes na semana eles colocam numa moto. Os melhores ficam prá gente né? [se referindo a família] e o restante é vendido para a cidade do Riachão do Bacamarte.

O trabalho agrícola do Quilombo vêm ganhando notoriedade nas localidades próximas a Comunidade, por se tratar de produtos orgânicos, que não utilizam agrotóxico ou qualquer tipo de fertilizantes, uma vez que as famílias foram alertadas sobre o uso desses aparatos na agricultura o que, de certa forma torna-se um diferencial que contribui, de forma positiva, para a segurança do consumidor, fortalecendo a prática e os laços de sociabilidade.

4.2 A contribuição da produção do bordado e a arte com o barro

A maneira pela qual se constrói o cotidiano e as expectativas de vida também constituem elementos agregadores e identificadores da Comunidade Quilombola do Grilo. Os diversos elementos, a exemplo do trabalho, a Dança de Ciranda e a arte com o barro, produzem sentido para todos que se reconhecem como membro integrante daquela Comunidade.

Assim, retomamos a idéia de Haesbart (2005) acerca das perspectivas funcional e simbólica. Para esse autor, o território deve ser visto como as duas faces da moeda, uma vez que os signos e elementos possuem uma dimensão material e ao mesmo tempo um dimensão simbólica.

É nesse sentido, que Tuan (1980) nos lembra que a territorialidade se apoia nas paisagens, pois elas contém a vida materializada através das formas e também dos significados que produzem laços de sociabilidade e identificação dos indivíduos com o seu lugar de origem, fortalecendo a relação de pertencimento e apego ao lugar.

O artesanato é um instrumento de agregação e fortalecimento de vínculos para os moradores do Grilo, apresentando-se como elemento cultural de perspectiva material e simbólica. Segundo Amaral (2011): “Embora a comunidade grilense seja basicamente de agricultores, e no passado ainda era mais, o labirinto também funciona como um meio de ajuda financeira, pois aumenta a renda familiar”.

Outras práticas também podem ser observadas como integrantes da renda e sustento financeiro dessas famílias. O artesanato grilense se organiza a partir da produção do labirinto, louças de barro, trabalhos de desenhos em telhas, objetos feitos de madeira e vassouras produzidas a partir da palha do coco.

A confecção desses produtos se dão intercalados com a produção agrícola, respeitando os períodos de cultivo e colheita na agricultura, ocasião em que as famílias dão uma pausa na produção dos objetos artesanais, retomando novamente após a colheita e armazenamento da safra.

Mais do que o saber material de ver as peças artesanais e a arte do labirinto feitas para a apreciação dos compradores, deve-se destacar o processo de produção desses produtos, que se constituem como uma tradição passadas a várias gerações.

A confecção do labirinto (figura 14) é feita por etapas, que começa com o desfiar, o torcer, a fase do perfilo e por fim a lavagem, a esticagem e o recorte. Não são todas as artesãs que dominam a técnica de iniciação e finalização do produto, existindo assim, um compartilhamento de taferas, em que cada uma contribuem com a etapa a qual domina.

Figura 14: A produção do labirinto no Grilo



Fonte: Pesquisa de Campo (Lima, 2017)

Esse processo de produção e confecção do labirinto reforça os laços de afetividade entre as mulheres da Comunidade, constituindo-se como um saber compartilhado, quando as meninas, ainda na fase adolescente despertam o interesse por desenvolver alguma das etapas do processo de confecção, e as mais velhas repassam com orgulho os ensinamentos aprendidos anteriormente pelas suas gerações. Segundo Barros (2012, p. 103), é justamente esse saber

“partilhado que vem nos informar sobre as identidades na Comunidade Grilo. Saber esse, que passa de mãe para filha, de mulher para mulher, que contribui para fortalecer os laços de sociabilidade entre as mesmas”.

Existem cerca de 10 labirinteiras (mulheres que confeccionam o labirinto), no Quilombo Grilo, das quais, apenas 3 dominam todas as etapas de produção do trabalho. Próximo ao Grilo, mais precisamente no Sítio Serra Rajada, foi criada a Associação de Artesãs do Município de Riachão do Bacamarte, onde as mulheres receberam apoio e informações do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que tem atuado nos últimos anos, oferecendo subsídios para o desenvolvimento de pequenos negócios.

As peças de labirinto, produzidas na Comunidade são vendidas para diferentes lugares do Brasil. Algumas das artesãs costumam produzir e estocar, para vender assim que já tiver um considerável número de peças que, em geral, se resumem a toalhas de mesas e conjuntos que servem para decoração em geral. O trabalho com labirinto grilense já foi apresentado na Itália, por um grupo de turistas e pesquisadores que visitaram a localidade e se interessaram por levar o artesanato local para fora do Brasil. Sempre que retornam ao país, novas encomendas são propostas as artesãs do Grilo, contribuindo assim, para o aumento da renda.

Como já foi destacado, o artesanato não é mais importante que a agricultura desenvolvida no Quilombo, mas essa atividade também tem a sua contribuição na situação econômica das famílias, que conseguem adequar recursos com as vendas da produção. Além do grupo italiano, pessoas em geral, buscam as produções artesanais do Grilo, seja para presentear ou mesmo para uso próprio.

O reconhecimento da comunidade enquanto território remanescente quilombola, contribuiu para aumentar a procura pelo o artesanato desenvolvido na localidade, o que trouxe vantagens e perspectivas futuras no sentido de expansão e valorização do artesanato local, uma vez que o Quilombo Grilo tornou-se conhecido no campo cultural.

Em meio a um cotidiano humilde e pacato, a Comunidade vive seus dias, as louças de barro também constituem uma opção no que diz respeito aos utensílios para os afazeres domésticos, das donas de casa e suas famílias. Assim, como o labirinto, a produção de louça também é um conhecimento passado através de gerações e que até os dias atuais as artesãs continuam ensinando aos mais novos. Esse traço é percebido na fala de Paquinha, ao se referir a arte com barro:

- Aqui tem eu, tem Lurdes, somente eu e Lurdes, a gente que somos cabeça, mas os meninos estão tudo interessados, a gente estamos ensinando, quando

coloca barro, ensina para os meninos fazerem. Todo ano a gente faz para a ornamentação do colégio e vendemos cada um a 1 real.

Maria de Lurdes⁶ é a responsável pela a confecção dos utensílios de barro (Figura 15) que são vendidos e também utilizados na própria Comunidade. A ornamentação do colégio, ao qual Paquinha se refere, trata-se das culminâncias dos projetos de valorização da cultura africana e quilombola na escola, proposta pela lei 10. 639/2003, que constitui obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, nas instituições de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares.

Figura 15: Dona Lurdes e a arte com o barro.



Fonte: Pesquisa de Campo (Lima, 2017)

A arte com barro é um saber que não se perde, pois constitui uma prática material e ao mesmo tempo simbólica, que permanece viva na memória do lugar. A prática com o barro,

⁶ Maria de Lurdes é a irmã mais velha de Paquinha. Reconhecida por suas produções em barro e objetos de cerâmica, reside na comunidade do Grilo desde o seu nascimento.

reforça a lembrança de um passado difícil e ao mesmo tempo de muito trabalho, mas também de muita sabedoria popular que se entrelaçam as diversas histórias de vida existentes no Quilombo Grilo.

A produção de louças é um fator integrante dentro da Comunidade, pois, assim como a agricultura e o labirinto, ela também fortalece vínculos e laços de sociabilidade entre os membros. Quem visita o Quilombo Grilo, procura de imediato a arte da produção de louça, fazendo dessa atividade uma prática reconhecida.

Assim, podemos dizer que a cultura analisa todos os elementos e dá sentido as práticas que se estabelecem nos territórios e se apresentam nas paisagens através dos diferentes povos. Ela nos permite analisar e identificar a importância do material e o imaterial presente nos espaços e nas relações que se processam através dos laços de afetividade e no papel social do trabalho.

5. Considerações finais

A paisagem enquanto elemento de análise e interpretação das territorialidades existentes nos lugares é uma perspectiva possível e ao mesmo tempo desafiadora no estudo da geografia cultural, pois permite diferentes interpretações acerca da realidade que não é única, mas construída através dos seres humanos em seus processos de vivências. Se faz necessário entender que a paisagem possui elementos materiais, mas também pode ser analisada em sua dimensão imaterial.

O papel social do trabalho é fundamental para compreendermos a importância do estudo das territorialidades, uma vez que os laços afetivos e os vínculos existentes, dizem muito sobre a identidade dos grupos e dos indivíduos que desenvolvem o seu cotidiano sobre o território.

O Quilombo Grilo possui a terra como fator principal de sobrevivência dos seus moradores, uma vez que a agricultura é a atividade econômica de maior importância. Essa atividade desenvolvida na Comunidade é basicamente familiar e pode ganhar novas perspectivas se houver um apoio e uma melhor gerência dos recursos, podendo aumentar ainda mais a renda e a produção das famílias.

Apesar da agricultura ter o maior destaque, o labirinto e a arte com o barro também funcionam como importantes atividades complementares a renda das famílias grilenses, reforçando os laços de parentescos e sociabilidade. A arte com o barro constitui-se como um

saber que não se perde, pois é antes de tudo, uma prática material e ao mesmo tempo simbólica, repassada de geração para geração.

6. Referências

- ALMEIDA, M. G. Diversidade Paisagística e Identidades Territoriais e Culturais – Brasil sertanejo. In. ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. **Geografia e cultura: a vida dos lugares e lugares da vida**. Goiânia: UFG, 2008.
- AMARAL, Elane. C. do. Subindo a Serra, **Descendo a História: Memória e Identidade Cultural na Comunidade Remanescente de Quilombo Grilo – PB (1930 – 2010)**. (Dissertação de Mestrado). Campina Grande: UFCG, 2011
- BATISTA, M. R. R. **Grilo: das memórias de assujeitado ao direito quilombola**. Relatório Final da Pesquisa Antropológica. Campina Grande, INCRA /PaqTc, 2009.
- BARROS, R. da S. **Tradição e Modernidade: Os moradores da Comunidade do Grilo como protagonista social**. (monografia). Campina Grande: UEPB, 2012.
- CLAVAL, P. **A geografia cultural**. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.
- COSGROVE, D. E. **Social formation and symbolic landscape**. Madison: the University of Wisconsin Press, 1995.
- DARDEL, E. **O homem e a terra: natureza e realidade geográfica**. Tradução: WertherHolzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DENARDI, R. **Agricultura Familiar e Políticas Públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável**. Disponível em: http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n3/revista_agroecologia_ano2_num3_parte12_artigo.pdf Acesso em: 05 Nov. de 2017.
- HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais... X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo: 20 a 26 de março de 2005.
- INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo populacional de Riachão do Bacamarte, 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=251275> .Acesso em: 02 de Out. 2017.
- MARACAJÁ, M. S. L. **Território e Memória: a construção da territorialidade étnica da Comunidade quilombola Grilo, Paraíba**. (Dissertação de mestrado). João Pessoa: UFPB, 2013
- MCDOWELL, L. A Transformação da Geografia Cultural. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. **Geografia Humana: sociedade, espaço e Ciência Social**. Rio Janeiro: Zahar, 1996.

MALTA, Sérgio. Vale Mais do que Pesa: A Articulação dos Pequenos Produtores Agrícolas do Município de Paulo Afonso-BA, com o Circuito das Feiras da Região. **Revista Canudos**, Salvador, v. 05, n. 1/1, p. 97 - 117. Jun. 2001.

TUAN, Y. **Topofilia. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

ZANATTA, B. A. **As referências teóricas da Geografia escolar e sua presença na investigação sobre as práticas de ensino.** Educativa. Goiânia, v.13, n. 2, jul/dez 2010. p. 285-305

ALDEIA KOIUPANKA - O “NOVO” E O “TRADICIONAL” COMO FORMA DE HABITAR

VILLAGE KOIUPANKA - THE “NEW” AND THE “TRADITIONAL” AS DWELLING MODE

Marcos Rodrigues Lins

Universidade Federal de Alagoas -UFAL

Discente do curso de Engenharia Civil, na Universidade Federal de Alagoas -UFAL, Campus Sertão

Moabe Soares Lima

Universidade Federal de Alagoas -UFAL

Discente do curso de Engenharia Civil, na Universidade Federal de Alagoas -UFAL, Campus Sertão

Tiago Vieira Lima

Universidade Federal de Alagoas -UFAL

Discente do curso de Engenharia Civil, na Universidade Federal de Alagoas -UFAL, Campus Sertão

Mateus Lima Barros

Universidade Federal de Alagoas -UFAL

Discente do curso de Engenharia Civil, na Universidade Federal de Alagoas -UFAL, Campus Sertão

Roni da Silva Araújo

Universidade Federal de Alagoas -UFAL

Discente do curso de Engenharia Civil, na Universidade Federal de Alagoas -UFAL, Campus Sertão

Wellington Amâncio da Silva

Universidade Estadual da Bahia – UNEB

Mestre em Ecologia Humana pela Universidade Estadual da Bahia – UNEB/Campus VIII. É vinculado ao Grupo de Pesquisa “Ecologia Humana” – UNEB/CNPq. Núcleo de Estudos em Comunidades e Povos Tradicionais e Ações Socioambientais (NECTAS) UNEB/CNPq. Núcleo de Estudos Socioeconomia do Desenvolvimento Sustentável – Universidade do Estado da Bahia-UNEB/CNPq.

Resumo

Este artigo apresenta um breve estudo em que objetiva identificar pontos cruciais para compreender os contrastes gerados pela adoção arquitetônica e estrutural moderna. Portanto, buscamos identificar sua evolução, razões e justificativas para a mudança e compreender os impactos causados pela adoção do “novo” em detrimento do assim denominado “tradicional”. O estudo ocorreu no *lócus* da aldeia denominada Koiupanka (Inhapi-AL). Consideramos ainda as redefinições de *habitar*, segundo a noção dos seus habitantes, para entender o propósito da mudança dentro desse microcosmo.

Palavras – Chave: Koiupanka; arquitetura; estrutura; habitar.

Abstract

This article presents a brief study in which aims to identify critical points for the contrasts generated by the modern architectural and structural adoption. Please see their evolution, the reasons and justifications for change and the impacts caused by the adoption of the "new" to the detriment of the so-called "traditional". The study the study took place in the village named Koiupanka (Inhapi-AL). We also consider redefinitions of *dwelling*, according to the notion of their habits, to understand the purpose of the change within the microcosm.

Keywords: Koiupanka; architecture; structure; dwell.

1. Introdução

Pensando em uma pesquisa com sua abordagem por um ponto de vista na Engenharia Civil, começamos a questionar sobre a mudança dos modelos estruturais da aldeia, visto que, a cultura sendo dinâmica, está em constante mudança, lenta ou adiantada; hoje em dia diversas aldeias têm sua localidade transformada de acordo com a vizinhança urbana, mas deve-se analisar se esta mudança tem um benefício, se de fato houve a necessidade de mudança, e seus prós e contras.

Como objetivo geral buscamos compreender o significado da mudança do modelo nativo de moradia para o modelo habitacional do tipo “casa de alvenaria”. Com os objetivos específicos buscamos: a) apresentar narrativas sobre a compreensão da função ou utilidade das moradias do passado e do presente, considerando seus sistemas organizacionais, construtivos e estruturais; b) realizar um levantamento dos modelos das antigas casas e do modelo atual de moradia adotado considerando as justificativas dos seus moradores quanto à funcionalidade dos seus interiores (cômodos), no que diz respeito à manutenção da qualidade de habitar, à qualidade de vida; c) analisar as estruturas e metodologias de construção da aldeia Koiupanka de Inhapi/AL, no presente e no passado a partir de pesquisa de campo e entrevistas; d) detectar quais as influências e como se justifica a escolha pela “casa de alvenaria”; e) compreender as implicações das novas e antigas moradias relativamente à organização sócia habitacional, suas diferenças, vantagens e desvantagens, verificando os pontos positivos e negativos a partir dos relatos dos membros da sociedade Koiupanka.

As pesquisas de campo foram de suma importância para elaboração deste material, a composição vem de um acervo de relatos escritos, gravados e fotográficos, juntamente com estudos antes realizados, e estudos de uma perspectiva no ramo da engenharia civil, buscando compreender a qualidade ou falta da mesma nas estruturas e organizações estruturais da aldeia.

2. Da moradia como um conceito base

Em princípio deve-se compreender o conceito que se dá a palavra primordial neste texto. Moradia, é uma concepção que evoluiu através dos tempos, em seus mais variados sentidos, antes de tudo devemos compreender sua essência excêntrica. Moradia define tudo que se possa habitar, o buraco de um tatu é sua moradia da mesma forma que a casa contemporânea é nossa

moradia, mas não é somente onde se vive que denomina moradia, não carece de ser um lar, portanto este termo é despreendido da característica lar, pode-se dizer que a fábrica é a moradia do operário que trabalha doze horas por dia ou mais, não é seu lar, mas tornou-se sua moradia a partir da perspectiva de que passa maior parte de seu dia, e/ou noite na fábrica; e desta forma todo lugar tem uma excentricidade de moradia, seja lar ou não.

Contudo esta definição acima é fruto da contemporaneidade, moradia era associada a barracas, estruturas de pequeno porte, como cabanas, choupanas e etc... Em suma eram construções “pobres”, Domus era a palavra advinda da Roma Antiga para designar moradias de qualidades como casas grandes, estruturas de grande porte; posteriormente, moradia passa a substituir Domus e os conceitos se unem e moradia agora é local de habitação, de pequeno ou grande porte, a partir deste ponto não importa a qualidade e sim a significância para o indivíduo que no local encontra o sentido de habitar.

3. Do nascimento de um grupo social

Nesta produção textual há o objetivo de identificar os pontos importantes da adaptação à contemporaneidade em questões estruturais, arquitetônicas e organizacionais da aldeia Koiupanka, para tal precisamos compreender como se formou o grupo. A Aldeia que hoje conhecemos como Koiupanka, descendem do grupo Pankararú, situado geograficamente no estado de Pernambuco. Historicamente sabe-se que este é um povo de demasiada turbulência em sua trajetória por ter sido formada pela junção de vários outros grupos como afirma Arruti (1996, p. 9): “[...] um grupo de índios provenientes de diferentes tribos: ou transferidos de aldeamentos recém-extintos, ou fugidos da perseguição bandeirante, ou simplesmente recolhidos de sua perambulação vagabunda [...]”

Nenhum dos grupos que se uniram compartilhava dos mesmos conceitos existências, apesar de terem se unido eram grupos diferentes com culturas mais diversas ainda que da mesma época, e essa diferença tinha grande impacto, e nenhum cedia à transformação cultural, e isto levava aos conflitos. Neste contexto de desigualdade ainda há a intervenção cristã e de interesses políticos, e a principal chance de sobrevivência do ser como indígena puro (sem alterações culturais/religiosas) passa a ser dispersar-se, e surge aí a alternativa de novas possibilidades, encontrar um lugar que lhe sirva de moradia, sem preceitos políticos/religiosos estabelecidos; entre estes que se refugiaram, encontra-se os Koiupanka. A formação Pankararú dependia do cultivo da terra para sobreviver, e estas culturas variadas vêm a cultivar mandioca,

milho, batata-doce, feijão etc... Então peregrinam agora da aldeia situada no Brejo dos Padres, Pernambuco em busca de terras que sejam boas para o cultivo.

Os Koiupanka se constituem em três aldeias atualmente sendo elas, Baixa do Galo, Baixa Fresca e Roçado que é a que vamos explicar em nosso estudo por ser a sede, e principalmente onde se deu sua formação. Tem-se início com a chegada de Anselmo Bispo de Souza no ano de 1883, marcou seu território através de caçadas mata á dentro onde construiu seu rancho e em volta cultivou os roçados, denominando-se ali posteriormente Aldeia Roçado, depois de estabelecido seu território para um recomeço, abre oportunidade a seus irmãos e familiares.

O cacique atual, Zezinho, explana como se deu a chegada de Ancelmo e os demais e a delimitação do território, tornando ali sua moradia e de seus futuros descendentes. As características a priori da aldeia Roçado, denominada como “ás matas”, por haver somente uma vasta floresta e animais para caça, era conhecido antes de sua chegada em 1883, pois seu pai Bispo, já conhecia o local, e frequentemente falava de quão tranquilo era ali e as condições necessárias para haver vida em abundância.

A construção do rancho de Ancelmo marcou início a formação do território, seus roçados tornaram evidente a marcação, pois os Pankararu, agora Koiupanka eram extremamente habilidosos com a agricultura, ao passar dos anos, o que era floresta abre espaço as roças do primeiro Koiupanka; ao visitar Ancelmo seus parentes perceberam o quão fértil era aquele solo e sossegado longe dos conflitos anteriormente citados, e se mudam para lá, pouco a pouco. A formação inicial da aldeia se dá por “ocas” e roças à sua volta, conceito muito usado em sítios atualmente, onde facilmente podemos imaginar uma casa no meio de um terreno, com sua porta virada para a passagem de acesso, e entorno da casa um amontoado de terra com plantio, este era o modelo, que perdura em alguns sítios atualmente, prova de que a influência exterior modifica um grupo social, mas não muda sua essência.

Era notável a fertilidade que havia o solo antes conhecido como “ás matas” através de Bispo; e passa a migrar homens, não indígenas, em busca destas condições, após a chegada dos homens brancos, se tem conflitos religiosos, políticos e geográficos (brigas por terras), e a população veio a crescer, tornando-se posteriormente uma cidade, conhecida por Inhapi, que em tupi; *INHA* significa água e *PI*, pedra, em apologia as conhecidas lagoas próximas ao roçado de Ancelmo. A concepção das outras aldeias Koiupanka se dá pelos familiares de Ancelmo que se dispersão nas proximidades e expandem lá sua linhagem genética.

4. Organização estrutural

A partir da formação do povo como um grupo territorialmente demarcado, é de se pensar no convívio entre eles, que com pensamentos diferentes em um local sem nenhum sistema podem retornar facilmente a conflitos, então precisa ser estabelecida uma relação apaziguada entre eles; O que para Hobbes só é possível com a formação de um Estado, porém de modo significativo, o Estado neste grupo seria um Líder que os regessem e organizassem visando manter a ordem, fator primordial para a vivência social. Hobbes (2014 , p. 138) afirma que

A causa final, fim ou desígnio dos homens (que apreciam naturalmente, a liberdade e o domínio sobre os outros), ao introduzir a restrição a si mesmos que os leva a viver em Estados, é a preocupação com sua própria conservação e garantia de uma vida mais feliz [...].

A formação estrutural então vem a ser organizado na forma que represente o poder, o centro da aldeia é facilmente identificada pela oca do agora cacique Ancelmo, em volta tem outras ocas dos seus contemporâneos que migraram após ele para lá, e depois das ocas que cercam a do cacique temos os roçados, e pouco mais abaixo um terreno limpo para realizar as cerimônias religiosas; agricultura é a principal habilidade dos Koiupanka, eles separavam enormes blocos para o plantio com uma organização expandida, tinha as ocas para armazenar também toda a comida coletada para que em épocas secas houvesse alimento, e este sistema teve êxito, e como dizia o pai de Ancelmo, foi confirmado que ali poderia haver vida de qualidade.

5. Da formação da infraestrutura

Partindo ao exílio em terras férteis e tranquilas, Ancelmo chega onde hoje é a aldeia, e constitui seu território com processos construtivos, embora comuns, eram métodos bem avançados, na época não se tinha materiais de construções, tudo tinha de ser pensado e feito por ele.

Era necessário que o local escolhido fosse harmônico, fértil e relativamente de fácil acesso à água, então ele decide que será perto das *pias*, local que deu nome a cidade posteriormente; então era próximo d'água, conseqüentemente tinha um solo fértil, e um ótimo

relevo, sobretudo é situado no início de uma serra, alta o suficiente para ver quem chegasse, ainda que longínquo tempo bastante para se proteger, ou recepcionar; portanto se encaixava perfeitamente no que Ancelmo procurava, ele começa a construir, primeiro faz sua moradia a oca; sua moradia é do modelo taipa, basicamente o processo é simples, no caso da oca ela é de paredes circulares, seu diâmetro varia de aproximadamente três á cinco metros, com uma cobertura semelhante a um cone, há somente um cômodo, para viver em família possivelmente numerosa haveria um impasse.

6. A oca

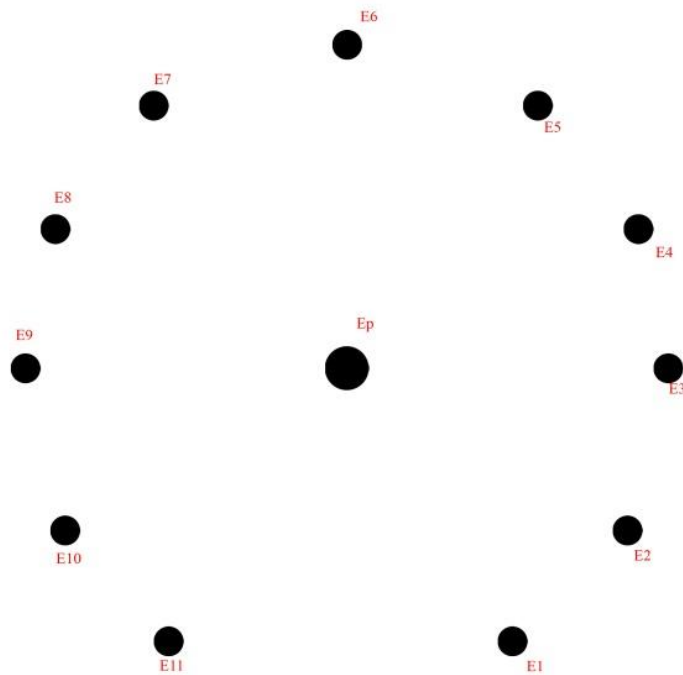
A oca (Foto 01), construída com modelo taipa tem um processo simples que necessita de materiais facilmente encontrados ao redor para sorte de Ancelmo; para erguer as paredes precisa primeiramente separar madeiras curtas, ou flexíveis que possibilitem fazer uma circunferência, um tronco alto para servir de centro estrutural, depois de separado este material, vem o novo desafio; montar a estrutura é basicamente, determinar o centro, e fincar no solo o tronco para tal finalidade (estaca principal), em volta fazendo uma circunferência ergue estacas, como na **imagem 01**; e entre elas, vai entrelaçando ou amarrando as madeiras, deixando obviamente o espaço para entrada/saída, **imagem 02**, após esta etapa faz-se a estrutura da que vai receber a cobertura, que são madeiras que vão da Estaca principal até as estacas menores da extremidade da circunferência, **imagem 03**; findando este processo, está concluída a estrutura. Agora prepara o barro, o qual há em abundância no local, junta um amontoado e nele despeja água e meche como uma receita de bolo simples; ao ficar uma pasta relativamente densa, este é o sinal de que está pronta, e vai aplicando camadas sob a estrutura vertical (paredes) até cobri-la com êxito, após esta tarefa, oitenta por cento se concluiu e depois do endurecimento do barro, com palhas de coqueiros, ou semelhantes, cobrir a estrutura, fazendo um telhado em formato de cone. Este é o primeiro processo construtivo dos Koiupanka, um passo para sua demarcação territorial/social.

Foto 01 – Oca



Fonte: os autores

Imagem 01



Fonte: os autores

Imagem 2

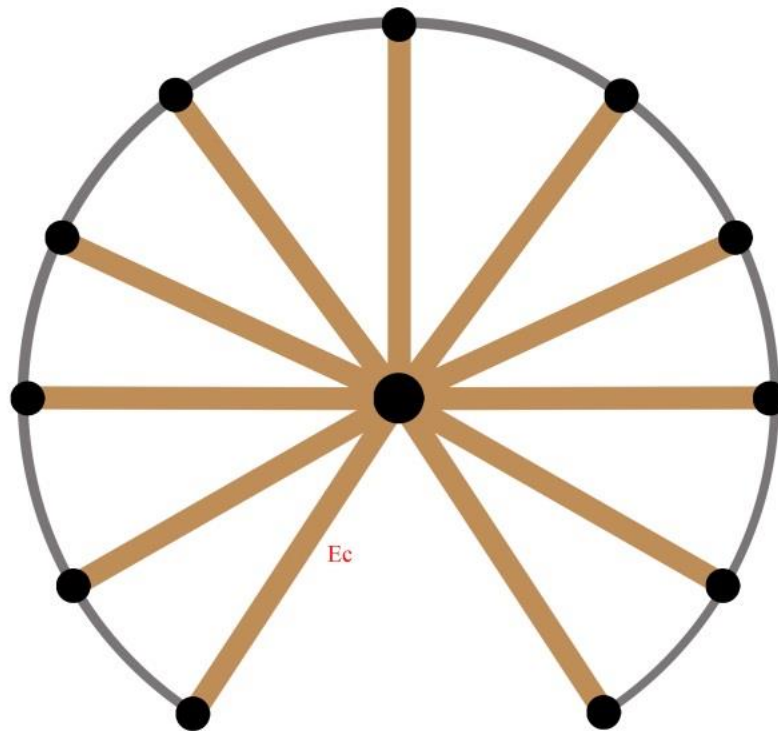
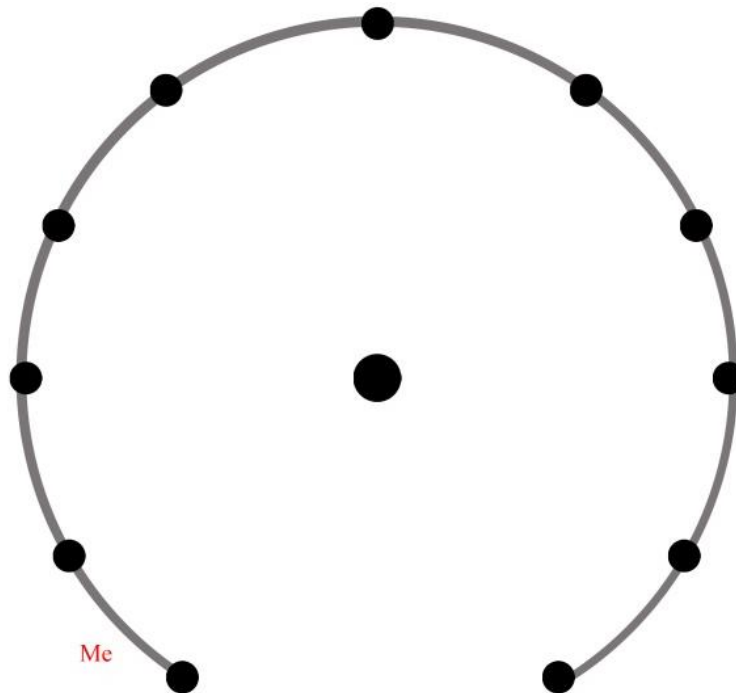


Imagem 03



Fonte: os autores

Moradia constituída, agora trataremos do entorno, como mencionado antes, os Koiupanka descendem de uma cultura diversificadamente influenciada, por outras culturas indígenas, e, portanto, seus conhecimentos agrônomo são bem expandidos, e ele faz a instalação desses roçados á volta de sua oca, um pouco mais abaixo.

Este então vem a ser o primeiro processo construtivo e organizacional da aldeia, e sua arquitetura lembra seus condescendentes, os Pankararu, com particularidades agora, por se distinguir como um novo povo. Com a vinda de parentes e semelhantes, este esquema organizacional precisa ser ampliado, então há mudanças nas formas organizacionais agora tem ocas ao invés de somente uma, cada família tem a sua, agora eles precisam de espaços para realizar festividades de suas crenças culturais e religiosas, então se faz um campo, de formato retangular a frente da oca principal, do líder, o Cacique, mestre das cerimonia e governador de seu povo.

7. Do aspecto sócio-históricos e suas dificuldades

Após a vinda dos homens brancos, e constituição da cidade *Inhapi*, a população cresce de forma grandiosa, e na cidade que é próxima a aldeia, institui-se ruas, casas, comércio, e tudo quanto conhecemos atualmente, com uma arquitetura e um sistema organizacional contemporâneo, órgãos de assistência como escolas, hospitais saneamentos e eletricidade, são extremamente importantes para a manutenção da sociedade; na aldeia agora temos crianças, crescendo e elas precisam estudar, precisam de saúde, mas a estrutura antiga não comporta tais conceitos para o novo, precisamos desligar-nos do antigo, ou por parte do mesmo, para progredir; a medicina natural, não dá conta da demanda, a educação não tem qualidade, tudo vem a mudar após o reconhecimento da aldeia como legítima, pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio); agora há o incentivo para manutenção da sociedade indígena, e a luta para mantê-la, mas para isso, desprender-se de certas coisas é necessário, tudo a sua volta está progredindo, o que era somente mata, aos poucos se torna uma pequena *polis*, e começa a ser notável o contraste entre cidade e aldeia, conseqüentemente contraste na eletricidade, no abastecimento hídrico, e na infraestrutura, tudo isso falta na aldeia para a progressão da vida, o método de pensar se transformou com o passar do tempo vindo a cidade a sua volta crescer e evoluir, e percebe-se então a necessidade também de eletricidade, água potável, um atendimento médico, e uma educação apropriada; após seu reconhecimento, passa por processos, **reconstrutivos** que

vão adaptar e incluir o grupo Koiupanka a sociedade sem perder sua identidade cultural/religiosa, esta repaginação se dá com a construção de escolas, posto de saúde e a sede da aldeia, em estrutura de alvenaria, por motivos de segurança, praticidade, e principalmente durabilidade, instalação de rede elétrica, e água encanada, eles agora tem acesso a uma educação de qualidade, um atendimento à saúde, e um centro administrativo a caráter. Instalações sempre no centro da aldeia, os indígenas percebem o quão superior é o novo método construtivo.

Anteriormente não tinha acesso a banheiro, banho de chuveiro, uma sala, quartos, era somente um salão, com solo de barro batido, e paredes semelhantes, com um frágil telhado de palha, que facilmente voava em relação à força do vento, mas surge uma chance para um recomeço trocar a moradia antiga por uma nova, aos poucos e de forma incrível, comprova-se o que Laraia (2005) escreve em “*Cultura: um conceito antropológico*”, a respeito de que a cultura de determinado grupo está sempre mudando, de forma dinâmica, lenta ou apressada; neste caso ela partiu do lento, e foi progredindo até chegar ao (bum!) do dinamismo cultural, quando as casas começam a surgir uma após a outra e a característica visual se transforma, o que era antigo, agora é mestiço, pois mudança é necessária, mas não se deve perder a identidade, atualmente existe do começo da aldeia somente algumas ocas e o campo de cerimônias, sinal mais forte de sua identidade e por isso não poderiam de forma alguma altera-la.

8. Considerações finais

É plausível a consistência deste grupo indígena, em conseguir um *tópos*, ou moradia, longe de preceitos políticos/religiosos, para exercerem suas crenças e manterem sua identidade, em um processo árduo de transformação. Analisamos a luta pela sobrevivência de um povo, em um lugar onde pudessem viver em paz com abundancias naturais, que proporcione prosperidade ao povo Koiupanka, depois de tanto sofrimento em terras longínquas; passam por vários pequenos processos, que vão dando característica ao lugar, a característica própria deste povo, primeiro escolhe o lugar, segundo se faz sua moradia, e ali a sua volta cultiva e procria, dando vida a sociedade, que aos poucos cresce a definição de um pequeno poder de Estado e leis internas para manter a paz entre eles; esta análise nos faz perceber o quão complexo é o conceito de mudança, e que o núcleo que estas alterações no espaço são feitas é o homem, este ser que necessita sempre evoluir. A mudança arquitetônica e estrutural é uma forma precisa de estudo de um povo, e ao analisar os processos, seja bom ou ruim, fica marcado a conquista de um povo

através de um ponto de vista, crítico construtiva, e o poder da influência cultural em relação ao homem e tudo que o rodeia.

Neste sentido, vimos como se deu a transformação de um povo em sua forma de habitar que é reflexo de sua cultura, e a influência externa de outra cultura causou impactos na aldeia, pois começa a gerar uma comparação entre um e outro, e cria-se a ambiguidade de moradia. A princípio a aldeia de forma tradicional, era perfeita para viver, não tinha necessidades que não fossem sanadas, mas com a chegada dos homens brancos e o início de suas instalações de alvenaria, com materiais de construções pré-produzidos, era espantoso o conforto, comodidade e segurança em comparação a aldeia, e levantou questões dentre os indígenas sobre o que era melhor para si, o que os levou a opção da reconstrução.

Cederam a sua forma intacta ao contemporâneo, e a forma de viver aos poucos vai melhorando comparado a idos. Nestes quesitos só se encontra satisfação em meio às entrevistas e pesquisas realizadas; em contrapartida, o que se enquadra em desvantagem desta mudança, é que embora lutado para manter sua imagem, uma vez que alterada, já não é mais a mesma, e se utilizado deste artifício a aldeia perde um pouco de sua identidade, pois já não se vivem como o povo tradicional, agora, um jovem Koiupanka acorda em seu quarto pintado de azul marinho, e vai direto ao banheiro ao lado da sala de estar, onde se prepara para ir à escola com seus semelhantes, já não “*puros*” como Ancelmo, mas agora reconstruídos, uma junção do velho e o novo, deste estudo nos resta em curtas palavras: “A transposição que se faz do velho para o novo na maior parte das vezes é benéfica, mas a partir do momento que se é concretizada, perdem-se também os ideais, agora do que é bom e o que é mal tem conceitos diferentes, um oposto do outro, há uma dualidade de existência, e a ambiguidade ganha forças, e se mostra necessária no processo de evolução”.

9. Referências

LARAIA, Carlos. **Cultura: Um Conceito Antropológico**. 18ª Edição. São Paulo: Ed. Zahar 2005.

ARRUTI, José Maurício. **O Reencantamento do Mundo**. Publicado 1996. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

SILVA, José João (Cacique Nezinho): **depoimento** (16.09.2017). Biblioteca Municipal do INhapi. AL. Consulta em 12 de Janeiro de 2017.

ARRUTI, José Maurício. **“A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco”**. Rio de Janeiro. Ed. Contra Capa: 1999.

SILVA, Cícera. **Depoimento** (21.09.2017). Biblioteca Municipal do INhapi. AL. Consulta em 12 de Janeiro de 2017.

HOBBS, Thomas. **O Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2014.